

ESTUDO GERAÇÕES E INTERGERACIONALIDADE NO BRASIL

Itaú
viver mais



PRESIDÊNCIA

CEBRAP

Adrian Gurza Lavallo

DIRETORIA CIENTÍFICA

CEBRAP

Arilson Favareto

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

CEBRAP

Victor Callil

COORDENAÇÃO DO ESTUDO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO CEBRAP

Priscila Vieira

EQUIPE

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO CEBRAP

Juliana Shiraishi

Sabrina Guimarães

EQUIPE

ITAÚ

Luciana Nicola

Kelly Fiel

Daniela Zen

REVISÃO

Denise Souza

PROJETO GRÁFICO

Juliana Shiraishi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vieira, Priscila
Estudo gerações e intergeracionalidade no Brasil
[livro eletrônico] / Priscila Vieira, Juliana
Shiraishi, Sabrina Guimarães. -- São Paulo : Centro
Brasileiro de Análise e Planejamento, 2025.
PDF

ISBN 978-65-86362-42-8

1. Ciências sociais - Brasil 2. Desigualdade
social 3. População - Brasil 4. Políticas públicas -
Brasil 5. Problemas sociais - Brasil I. Shiraishi,
Juliana. II. Guimarães, Sabrina. III. Título.

25-308931.0

CDD-304.6

Índices para catálogo sistemático:

1. População brasileira : Projeção da demanda
demográfica habitacional : Resultados :
Sociologia 304.6

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

SOBRE O CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) é uma instituição de pesquisa na área de ciências humanas que desenvolve estudos multidisciplinares sobre a realidade brasileira há mais de 50 anos. O Núcleo de Desenvolvimento realiza estudos para subsidiar e orientar ações para o desenvolvimento socioeconômico em diferentes níveis de gestão territorial – local, municipal, estadual e federal – e para diversos grupos populacionais (moradores de áreas urbanas e rurais, populações tradicionais e grupos em diferentes ciclos de vida). Para saber mais acesse: cebrap.org.br.

SOBRE O ITAÚ VIVER MAIS

O Itaú Viver Mais é uma associação sem fins lucrativos focada no público com mais de 50 anos, que emprega esforços no fomento do poder público, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, promovendo o acesso e a ampliação de direitos, melhorando a qualidade de vida nas cidades e fortalecendo o poder de transformação das pessoas por meio do investimento social privado. Para saber mais acesse: itauvivermais.com e pelas redes sociais @itauvivermais

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 METODOLOGIA	11
2.1 Revisão bibliográfica e sistematização	
2.2 Entrevistas com especialistas no tema	
3 DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE GERAÇÃO	16
3.1 Do que falamos quando usamos o termo geração?	
3.2. Categorizações geracionais predominantes e suas críticas	
3.3 Abordagem socioantropológica da noção de geração	
3.4 Geração como marcador social da diferença	
3.5. Abordagem contextualizada das gerações	
4 CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO: GERAÇÕES NO BRASIL	46
4.1 Panorama das abordagens geracionais nas áreas de conhecimento	
4.2 Articulação da discussão geracional com outros marcadores sociais da diferença	
4.3 Gerações e temas estratégicos para compreensão das dinâmicas sociais: temas predominantes e lacunas no debate geracional	
4.4. Novos marcos temporais para a delimitação de gerações no Brasil?	
5 INTERGERACIONALIDADE	94
5.1 Panorama do tema da Intergeracionalidade	
5.2. Intergeracionalidade nas dinâmicas e esferas sociais	
6 APONTAMENTOS FINAIS	127
6.1. Síntese dos Achados do Estudo	
6.2. Problematisações para a construção de uma agenda de pesquisa	
7 REFERÊNCIAS	139



1 APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta um estudo que investiga o tema das gerações no Brasil. Os principais objetivos são: sistematizar o que vem sendo produzido no contexto nacional, elaborar problematizações sobre a forma como a questão é tratada atualmente e apoiar a construção de uma reflexão sobre intergeracionalidade, seus desafios e oportunidades. Trata-se de um balanço da produção nacional sobre a temática que visa a identificação de seus principais avanços e lacunas.

Defende-se neste trabalho que a dimensão etária e geracional é um importante marcador das diferenças entre as pessoas. Considera-se que esse debate é relevante para enriquecer e aprofundar a análise das dinâmicas sociais e das interações grupais no Brasil. No entanto, há lacunas expressivas e passos importantes a se dar na direção do fortalecimento dessa agenda de pesquisa. Este estudo pretende contribuir nesta direção.

A identificação e nomeação das gerações cria caminhos simples de compreensão da complexa e diversa realidade social. Assim, o debate sobre as gerações X, Y, Z, *baby boomers* e *millennials* ganhou as conversas cotidianas, as redes sociais e tornou-se repertório para construção de estratégias organizacionais e de Marketing. Organizações de diversos setores buscam conhecer as características das diferentes gerações e desenvolver serviços e produtos adequados às necessidades de cada uma delas. Os conflitos entre as gerações também constituem uma preocupação, ainda mais em um contexto de aumento da longevidade, onde espera-se que distintas gerações convivam de modo harmonioso nos mais diversos espaços da sociedade. Porém, a amplificação desse debate não vem sendo acompanhada necessariamente de um aprofundamento e enriquecimento. O que se observa é que a discussão geracional, por vezes, parte de reducionismos ou visões estigmatizadas, e categoriza pessoas em “caixinhas” relacionadas a letras e siglas, produzindo visões simplistas e homogêneas.

O conceito de geração, embora frequentemente mobilizado no debate público e acadêmico, carece de uma análise mais robusta e contextualizada, especialmente no cenário brasileiro. A importação de classificações geracionais estrangeiras tende a negligenciar as particularidades históricas, sociais, políticas e culturais que moldam as experiências geracionais nacionais. Por esse motivo, esta pesquisa teve foco no Brasil e buscou problematizar a forma como a discussão corrente sobre gerações dialoga (ou não) com as particularidades da sociedade brasileira, sua história e sua cultura. O estudo se apoia em uma abordagem socioantropológica e parte das seguintes premissas:

- A pertinência do conceito de gerações para a compreensão da sociedade e a defesa desse conceito como um importante marcador social da diferença;
- A importância de uma análise contextualizada das gerações, enraizada nas particularidades sociais, políticas, culturais e econômicas das diferentes realidades sociais;
- A discussão sobre intergeracionalidade deve se apoiar em estudos e reflexões contextualizadas sobre gerações.

Esta é uma pesquisa exploratória e qualitativa e pretende, em primeiro lugar, fazer um balanço e sistematizar discussões provenientes de diferentes áreas de conhecimento, produzir questionamentos e apontar lacunas e oportunidades para o debate sobre gerações e intergeracionalidade na realidade brasileira. Realizou-se uma ampla revisão bibliográfica e uma sistematização da produção científica nas ciências humanas brasileiras, além de entrevistas em profundidade com pesquisadores e especialistas do país nos temas de interesse do estudo.

Tratou-se de um esforço artesanal de busca e priorização de textos, de mapeamento de temas predominantes e ausentes, de tensionamento de conceitos e de busca de perguntas. O objetivo não era fazer um grande resumo dos principais resultados de tantos estudos oriundos de diferentes áreas, mas apresentar uma visão panorâmica do debate geracional, revelando os caminhos que o binômio temático geração/intergeracionalidade vem percorrendo na produção acadêmica atual de algumas áreas das Ciências Humanas.

Este esforço produziu esta publicação que está dividida em sete capítulos. Além dessa apresentação, há um capítulo que descreve a metodologia do trabalho realizado. O terceiro capítulo busca fazer uma discussão sobre a noção de geração, seus usos, suas críticas e suas potencialidades para a pesquisa social. Já o quarto capítulo apresenta a sistematização da produção brasileira sobre gerações, e traça um panorama apontando os caminhos que ela vem percorrendo, seus temas e debates predominantes, bem como suas lacunas. O quinto capítulo trata especificamente da questão da intergeracionalidade, problematizando seus usos correntes e apontando as potencialidades das iniciativas intergeracionais. Há ainda um capítulo de apontamentos finais, onde há sistematização dos achados desse trabalho, apontamentos de problemas e lacunas no debate atual e delineamento de uma agenda de pesquisa com temas e perspectivas de investigação para se aprofundar no futuro. Por fim, a sistematização das referências bibliográficas citadas e consultadas no decorrer da investigação.

Reitera-se que, mais do que oferecer conclusões, este estudo pretendeu em primeiro lugar, fazer um balanço da produção para assim poder apontar problematizações e questionamentos e abrir novas perspectivas sobre o debate geracional no contexto brasileiro. Com isso, espera-se também qualificar a reflexão sobre intergeracionalidade, tema tão presente nas discussões sobre envelhecimento e longevidade. Mais que uma iniciativa voltada a apresentar grandes números ou conclusões fechadas, pretende-se expandir e fortalecer a discussão, semeando novos esforços nessa direção.

A pesquisa é mais uma parceria entre CEBRAP e Itaú Viver Mais que, desde 2019, viabiliza a produção de estudos e a disseminação de conhecimento no tema do envelhecimento. Tal parceria tem permitido explorar esta importante e incipiente agenda de pesquisa buscando qualificar o debate público e sensibilizar a sociedade. Passando por estudos sobre mercado de trabalho, impactos sociais do envelhecimento ativo, cuidado e desigualdades no envelhecimento, em 2025 a iniciativa investiu em novas temáticas e debates. A proposta é enfrentar a discussão sobre gerações e intergeracionalidade, que se torna especialmente relevante em uma sociedade onde cresce a população idosa e a convivência entre diferentes gerações.



2 METODOLOGIA

Para atender aos objetivos descritos na apresentação, este estudo exploratório foi desenhado para ser realizado a partir de duas grandes etapas que serão detalhadas a seguir.

2.1 Revisão bibliográfica e sistematização

Esta foi a etapa central do estudo. Trata-se de um levantamento exaustivo de dados e literatura e da organização de revisão bibliográfica. Realizamos um mapeamento e sistematização de estudos sobre o tema, com foco na realidade brasileira, ou seja, produção nacional sobre o debate geracional. Foi realizado um esforço interdisciplinar de busca e análise de materiais no campo das Ciências Humanas, incorporando as seguintes áreas de conhecimento: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia, Administração, Marketing, Comunicação, Demografia e Gerontologia.

Realizamos uma busca nos principais sites de artigos científicos, tais como: Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e Academia.edu, além de buscas diretas nos periódicos das áreas de interesse. Nessa busca usamos os termos “geração”, “gerações”, “intergeracionalidade” e “Brasil”.

O levantamento bibliográfico também se beneficiou das indicações e sugestões feitas pelos pesquisadores e especialistas consultados para esse estudo, etapa que será descrita a seguir.

Após o primeiro levantamento mais amplo, refinamos o processo de triagem lendo os resumos e descartando aqueles que se duplicavam ou não pareciam dialogar diretamente com os objetivos do estudo. Assim, foram eliminados trabalhos que não colocavam a questão geracional em perspectiva e focavam apenas na juventude ou na infância, por exemplo. A seleção final contou com 70 referências da produção brasileira, que foram consideradas prioritárias para os fins desse estudo.

Tal seleção, obviamente, deixou de fora uma série de trabalhos, mas foi necessária a priorização que tornasse possível o aprofundamento na análise das referências escolhidas. A priorização dos trabalhos se deu a partir de alguns critérios: foco na realidade brasileira, diálogo direto com a discussão geracional, diversidade de áreas do conhecimento, diversidade de abordagens metodológicas e diversidade de temas investigados.

Após a identificação e seleção dos trabalhos, realizou-se a leitura integral

e a sistematização detalhada das referências. Tal sistematização analítica foi realizada a partir de uma série de variáveis, tais como:

- **Informações bibliográficas**

- Título do trabalho
- Autoria
- Ano de publicação
- Área do Conhecimento
- Resumo

- **Análise Geral**

- Síntese das principais discussões
- Como a noção de geração está sendo usada?
- Como a noção de intergeracionalidade está sendo usada?
- Trata das especificidades das gerações no contexto brasileiro?
- Faz elaborações teóricas?
- Baseado em pesquisas empíricas?

A sistematização e análise também foi estruturada em torno de eixos analíticos e de assuntos considerados estratégicos para a compreensão das dinâmicas sociais como:

- **Marcadores Sociais da Diferença**

- Gênero
- Raça
- Sexualidade
- Classe

- **Intersecção com Assuntos e Temas estratégicos**

- Contexto econômico
- Contexto político
- Visões sobre família
- Valores pessoais
- Valores sobre trabalho
- Tecnologia
- Finanças pessoais
- Consumo
- Cultura e arte
- Religião
- Meio ambiente
- Participação social
- Políticas públicas

Nessa revisão e sistematização das referências, buscamos identificar se (e como) os temas apareciam na literatura brasileira sobre gerações e intergeracionalidade. Esse esforço gerou uma planilha que serviu de base para a análise apresentada nesta publicação.

Após a construção dessa matriz de sistematização, produzimos análises segmentadas para cada área do conhecimento incorporada ao estudo e para cada tema estratégico, com o fim de identificar as discussões predominantes e as lacunas.

Além da produção brasileira, incorporou-se uma literatura internacional que contribuiu para a discussão teórica realizada no capítulo 3, onde apresentamos a reconstrução do conceito de geração e suas controvérsias.

2.2 Entrevistas com especialistas no tema

Paralelamente à revisão bibliográfica, realizamos um mapeamento de pesquisadoras(es) brasileiras(os) que discutem os temas de geração e intergeracionalidade em diferentes áreas de conhecimento como: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia, Demografia, Comunicação, Marketing e Gerontologia.

Após esse mapeamento, selecionamos potenciais entrevistados(as) provenientes de diferentes áreas do saber para contemplar a diversidade temática.

Realizamos sete entrevistas em profundidade (EPS) com especialistas no tema. As EPS foram *online*, tiveram duração média de 60 minutos e se apoiaram em um roteiro semiestruturado. O roteiro buscou explorar a visão destes profissionais sobre o estágio atual do debate geracional no país (avanços e lacunas), especificidades das gerações brasileiras, temas predominantes e ausentes no debate nacional, potencialidades das pesquisas sobre intergeracionalidade e caminhos futuros para fortalecimento desta agenda no Brasil.

Os nomes desses especialistas foram preservados por acordo de anonimato. Mas, pode-se detalhar algumas informações sobre esse conjunto de entrevistados. Participaram cinco mulheres e dois homens, atuando em universidades públicas e privadas renomadas (USP, UFBA, UERJ, ESPM e PUC) ou em instituições brasileiras prestigiadas na pesquisa e atuação social (IPEA e SESC).

Quadro 1 - Especialistas Entrevistadas(os)

Especialista	Áreas de Atuação
1	Marketing
2	Economia
3	Comunicação, Gerontologia
4	Psicologia
5	Demografia
6	Sociologia
7	Administração

Fonte: autoria própria.

Com esse esforço, buscamos a colaboração de diferentes profissionais para compreender o estágio da discussão sobre gerações no país em distintas áreas do conhecimento, identificar tendências e solicitar indicações de bibliografias para complementar nosso trabalho de revisão de literatura. Além disso, indagamos sobre os desafios e oportunidades para a construção de uma sociedade que promova a intergeracionalidade.

Os aprendizados dessa coleta foram incorporados aos argumentos que estruturam este estudo, e algumas falas emblemáticas dos especialistas selecionados ilustram os capítulos a seguir. Registra-se o agradecimento por essa importante contribuição.



3 DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE GERAÇÃO

Este capítulo promove um debate abrangente sobre a noção de geração. Inicialmente, apresenta os diferentes usos desse conceito. Em seguida, descreve as classificações geracionais predominantes, bem como as críticas a elas associadas. Posteriormente, empenha-se em reconstituir o conceito de gerações sob uma perspectiva socioantropológica e, na sequência, defende sua pertinência como um relevante marcador social das diferenças e como uma noção especialmente útil para reflexões sobre desigualdades. Por fim, argumenta a favor de uma abordagem das gerações em contexto, que supere a simples transposição de modelos supostamente universais e valorize as singularidades das trajetórias nacionais na formação de suas gerações.

3.1 Do que falamos quando usamos o termo geração?

Importante começar este debate registrando que falar de gerações implica, inevitavelmente, tratar do tempo. Mais precisamente, da passagem do tempo e seus efeitos sobre as sociedades e os grupos sociais.

A relação entre tempo e geração enseja várias indagações, entre as quais perguntas sobre como cada geração vivencia o passado, o presente e o futuro. (Ferrigno, 2024, p. 88).

Sendo esse conceito relacionado a algo tão importante quanto os efeitos da passagem do tempo, não é surpreendente que seus usos remontam a Idade Antiga e Média. Mas é a partir do século XIX que ele ganha fôlego e adquire uma abordagem mais científica. Já no século XX, o termo se estabelece como tema relevante em diferentes áreas de conhecimento (Ferrigno, 2024; Marías, 1967). Pensadores como Comte, Stuart Mill e José Ortega Y Gasset enfrentaram a questão geracional, de alguma forma. Esse último, inclusive, atribui ao conceito de gerações o título de “conceito mais importante da história”:

Uma geração não é um punhado de seres humanos ilustres, nem simplesmente uma massa (...). A geração, compromisso dinâmico entre a massa e o indivíduo, é o conceito mais importante da história e, por assim dizer, a dobradiça sobre a qual esta executa seus movimentos (Jose Ortega y Gasset, 1956).

Vamos aprofundar o debate sobre o conceito de gerações ao longo desta publicação, mas por ora, iremos defini-lo de modo sintético.

Sob uma perspectiva socioantropológica, geração remete a um conjunto de pessoas nascidas em um mesmo período histórico e que compartilham experiências sociais, políticas, culturais ou econômicas. Tais experiências são coletivas e contribuem na construção de visões de mundo e de modos de agir. Esse conceito é usado para analisar a dimensão histórica e social da passagem do tempo e investigar como contextos históricos e culturais moldam o pensamento, os valores e o comportamento de grupos. Em sua acepção socioantropológica, a noção não se resume a uma mera delimitação etária, mas se configura como uma lente analítica para desvelar relações, diferenças e semelhanças entre grupos sociais.

A literatura (Ferrigno, 2024; Díaz, López e Roncallo, 2017; Motta, 2010; Weller, 2010 e Domingues, 2002) e os especialistas consultados neste estudo convergem na avaliação de que o termo “geração” tem diferentes sentidos e aplicações, tende a ser usado de forma difusa e, muitas vezes, pouco precisa. É comum também a percepção de que o conceito carece de teorização e refinamento. Como sintetiza Weller (2010): “gerações aparecem como uma espécie de conceito guarda-chuva ou como categoria pouco teorizada” (p. 205).

De acordo com Motta (2010), a discussão sobre o conceito de gerações, embora presente desde os primórdios da Sociologia (com Augusto Comte, por exemplo), é frequentemente negligenciada devido à polissemia e à fluidez do termo. Ferrigno (2024) destaca que falta a consolidação de uma área de pesquisa e conhecimento sobre gerações, com redes internacionais de pesquisadores em intercâmbio e uma agenda de pesquisa coletiva.

A noção de geração tem sido objeto de muitos usos. Ela está presente nos discursos sobre jovens, sobre os velhos, sobre as relações familiares etc. Ela é mencionada quando surgem mudanças sociais, políticas, econômicas e, também diante de inovações intelectuais, culturais e artísticas. Embora tenha aplicação ampla, seu conceito está em processo de construção desde meados do século XIX. Carece ainda de aprofundamentos, mas sua teorização vem se sofisticando nas décadas recentes. Evocação da vida, da morte e da reprodução, a ideia de geração remete a questões existenciais como a perenidade e a finitude humana (Ferrigno, 2024, p. 31).

Os especialistas entrevistados para o estudo corroboram a percepção de que, na academia, a noção ainda carece de mais aprofundamento, que está distante de consensos consolidados e que seus usos são diversificados. Abaixo algumas falas emblemáticas sobre isso:

No meio acadêmico, o que a gente estuda é uma classificação de geração que é muito nebulosa. Você não tem um conceito claro, não tem consenso, não existe. Hoje está tudo misturado. Enfim, é uma confusão, digamos assim. Importante refletir, pensar as possibilidades de amadurecimento desse conceito. (Especialista 3. Comunicação, Gerontologia).

Eu acho que a gente começou a discutir um pouco mais, mas ainda não sinto muita força. Na academia eu sinto que ainda falta muito. Estamos avançando, mas eu não sinto a academia abraçando com muita força a discussão. Acho que por ser um tema tão abrangente, atingir tantas áreas diferentes, tantos assuntos diferentes, ainda é algo que a gente está engatinhando. Mas começamos, esse é um ponto importante também. (Especialista 1. Comunicação, Marketing).

Eu acho que o debate geracional precisa se aprofundar, ir mais além. O debate em si da questão geracional precisa de ser mais considerado, do ponto de vista acadêmico. (Especialista 5. Demografia).

Analisando estudos de diferentes campos do saber observamos que não é incomum que a ideia de gerações seja usada como sinônimo de outras noções, principalmente como **coortes etárias e ciclos de vida**. Inclusive, vários estudos tentam traçar essas comparações (Ferrigno, 2024; Domingues, 2002; Motta, 1998 e Debert, 1998). Por isso, a seguir serão apresentadas as principais semelhanças e diferenças entre essas concepções.

A diferença entre **geração e ciclo de vida** é fundamental nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia e na Demografia, pois tratam de formas distintas de organizar o tempo e a experiência humana. A literatura analisada mostra que as duas abordagens podem até ser complementares, mas têm implicações distintas para análise social.

Ciclo de vida diz respeito às fases previsíveis ou esperadas pelas quais um indivíduo passa ao longo da vida, tais como infância, juventude, vida adulta e velhice. Também pode ser usada a expressão “idades da vida”. Esse conceito é usado para analisar a dimensão biográfica e individual da passagem do tempo e investigar a relação entre determinados estágios da vida, certos papéis e expectativas sociais. Nessa perspectiva está implícita a ideia de sucessão de fases da vida e o processo de maturação ao longo do tempo que está associado à idade cronológica dos indivíduos.

Em síntese, a ideia de “geração” remete a experiências históricas, sociais e culturais comuns de um grupo social e “ciclo de vida” diz respeito ao momento biográfico de cada indivíduo, independentemente do contexto histórico.

Outro conceito que, por vezes, é usado como sinônimo de **geração** é **coorte etária** ou grupo etário. A definição de coorte etária é relacionada a um grupo de pessoas que nasceu no mesmo intervalo de tempo e que, portanto, tem a mesma idade cronológica ao longo do tempo. Reflete o grupo estatístico ou demográfico de pessoas nascidas em um mesmo período, usado para análises comparativas de idade. Essa noção é bastante usada na Economia e na Demografia, em análises estatísticas aplicadas às mais diferentes áreas - como saúde, escolaridade, mortalidade, emprego - e em estudos longitudinais, onde se observa a evolução de um mesmo grupo ao longo dos anos. Como resume Domingues (2002): “a ideia de coortes aponta para uma noção de estratificação etária associada com papéis e status e que as pessoas nascidas no mesmo período os assumem no tempo sucessivamente” (p. 73).

De modo sintético, a diferença entre gerações e coortes etárias é que a primeira noção se apoia nas experiências sociais e coletivas vividas pelos grupos sociais ao longo do tempo, enquanto a segunda baseia-se na idade e ano de nascimento.

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo entre esses três conceitos que podem até ser utilizados como sinônimos, mas que implicam em diferentes objetos de análise.

Quadro 2 - Comparação Geração vs. Ciclo de Vida vs. Coorte Etária

Aspecto	Geração	Ciclo de Vida	Coorte Etária
Base Temporal	Experiências históricas compartilhadas	Etapas da vida (infância, juventude, adulto, velhice)	Idade ou ano de nascimento
Foco	Valores e comportamentos sociais	Papéis sociais de cada etapa da vida	Idade cronológica
Abordagem	Social e histórica	Biográfica	Estatística e demográfica

Fonte: autoria própria.

A noção de “geração” também é amplamente empregada para tratar da posição de indivíduos dentro de grupos. O caso mais emblemático é o que se refere ao **grupo familiar**. É muito comum o uso da noção de gerações no contexto da família, onde se refere à posição relativa de um indivíduo dentro de uma linhagem ou grupo familiar. Nesse sentido, gerações representam as camadas sucessivas de ascendência e descendência — por exemplo, avós, pais, filhos e netos correspondem, respectivamente, à primeira, segunda, terceira e quarta

gerações de uma família. Como veremos, esse uso é muito comum nas áreas de Psicologia e Antropologia, onde a noção de geração no grupo familiar se presta à compreensão das relações de autoridade, transmissão cultural e herança (Barros, 1989; 2006, 2013, 2014; Machado, Barros, 2009; Peixoto, Luz, 2007; Pereira, 2014; Ribeiro, 2016; Oliveira, 2011 e Ramos 2014). Em Antropologia, esse uso também é essencial para o estudo de sistemas de parentesco.

O termo “geração” pode também ser utilizado para designar conjuntos de indivíduos que compartilham experiências formativas e trajetórias dentro de um campo específico, como a arte, a política ou a intelectualidade. Fala-se, por exemplo, na “geração de 1922” na literatura brasileira ou na “geração pós-ditadura” da política latino-americana. Nesse tipo de uso, o termo geração funciona como uma categoria de identidade coletiva, muitas vezes autoatribuída ou reconhecida por críticos e historiadores, e ajuda a explicar afinidades de estilo, rupturas com tradições anteriores e o surgimento de movimentos ou escolas de pensamento.

Podemos observar que o termo é polissêmico e tem, de fato, diferentes usos. Esses se articulam, de alguma forma, com a dimensão temporal da experiência humana, mas permitem tratar de diferentes perspectivas e objetos de análise.

A seguir, vamos apresentar a forma como o termo vem se popularizando no debate público recentemente. Trata-se de uma abordagem que nasceu no mundo corporativo e se popularizou entre especialistas em Marketing, Administração e Gestão de Pessoas. Desenvolveu categorias e nomenclaturas a partir de períodos históricos, visando a descrição de características psicológicas, valores e hábitos.

3.2. Categorizações geracionais predominantes e suas críticas

As classificações geracionais mais conhecidas atualmente são aquelas que segmentam de acordo com o período de nascimento em categorias como: *Baby Boomers*, Geração X, Geração Y (*Millennials*), Geração Z e Geração Alfa.

As categorias geracionais que predominam no debate hoje têm origem no mundo corporativo e mercadológico norte americano nos anos 1950, mas se popularizaram nas décadas de 1980 e 1990, especialmente nos Estados Unidos. Nesse período, tais classificações ganharam estrutura teórica com autores como Strauss e Howe¹ e aplicação em estudos de Mídia e Marketing.

¹ William Strauss e Neil Howe são considerados os pais da chamada “teoria das

Desde então são muito utilizadas em pesquisas de mercado e pelas áreas de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos.

Essas categorias são geralmente usadas para analisar os hábitos de consumo e as relações entre as pessoas nos ambientes de trabalho. Tal abordagem visa melhorar estratégias de marketing e produção de bens e serviços, além de promover integração e redução de conflitos geracionais no ambiente de trabalho.

A seguir, vamos fazer uma breve descrição dessas categorias geracionais, destacando seus marcos temporais e principais características atribuídas a cada uma das gerações:

Baby Boomers: geralmente definidos como os nascidos entre meados da década de 1940 e de 1960 (aproximadamente 1945/46-1964). O nome deriva do “*baby boom*”, explosão do nascimento de bebês na esteira do processo de crescimento demográfico ocorrido em países anglo-saxônicos após a Segunda Guerra Mundial. Esta geração testemunhou eventos como a Guerra Fria, a chegada do homem à Lua, a Guerra do Vietnã e o auge de movimentos por direitos civis e fortalecimento de pautas sociais dos movimentos negro, gay e feminista. Acredita-se que a televisão desempenhou um papel crucial na integração cultural desse grupo. Já estão ou em breve entrarão na velhice. Parcelas dessa geração ainda se encontram no mercado de trabalho. Representados como profissionais que tendem a ficar muitos anos na mesma empresa e “vestir a camisa”, valorizando estabilidade, defendendo as hierarquias e as culturas organizacionais. Seu perfil também tende a ser associado às ideias de conservadorismo, falta de flexibilidade e apego a métodos mais tradicionais de trabalho e processos analógicos.

Geração X: geração com nascimento situado aproximadamente entre meados da década de 1960 e final da década de 1970 (aproximadamente entre 1965-1981). Cresceram durante o fim da Guerra Fria e vivenciaram a queda do Muro de Berlim, o surgimento dos primeiros computadores pessoais e a epidemia de HIV-AIDS. Frequentemente descritos como céticos e ambiciosos em suas carreiras, essa geração vivenciou a reestruturação do mercado de trabalho e a crescente entrada das mulheres na força de trabalho remunerada. São representados como uma geração que almejou, em primeiro lugar, “trabalhar e produzir”, colocando o trabalho como um pilar estruturante de suas vivências. Conservariam algum apego às hierarquias e métodos tradicionais de trabalho, mas em menos intensidade que a geração anterior. Podem ser bastante ativos e adaptados ao mundo digital, embora menos dependentes de *smartphones* que gerações mais novas.

gerações”. Em sua obra principal, “Generations: The History of America’s Future, 1584 to 2069”, propuseram uma teoria cíclica da história americana baseada em gerações. Delimitaram gerações com nomes, características e papéis sociais recorrentes.

Geração Y (*Millennials*): nascidos aproximadamente entre o início da década de 1980 e meados da década de 1990 (aproximadamente entre 1981-1996). Trata-se da geração que vivenciou a virada do milênio. Vivenciaram a popularização da internet e são considerados a primeira geração a crescer com as tecnologias digitais como parte integrante de suas vidas. Eventos marcantes vivenciados por essa geração incluem os ataques de 11 de setembro e a revolução promovida pela ascensão das redes sociais. Acredita-se que, diferentemente das gerações anteriores, não prestam a mesma fidelidade às empresas em que trabalham, buscam melhorias financeiras e oportunidades de crescimento. Têm habilidades multitarefas e valorizam menos as hierarquias.

Geração Z (*Centennials/Pós-Millennials*): este corte geracional abrange os nascidos entre meados da década de 1990 e 2010 (aproximadamente entre 1995-2010). Essa é a primeira geração a crescer na era dos *smartphones* e redes sociais e, portanto, são profundamente marcados pela cultura digital. Tal geração começa agora a entrar no mercado de trabalho e são vistos como impacientes, apressados e com maior dificuldade de trabalhar em equipe. São vistos como independentes, consumidores exigentes e que frequentemente dão voz a causas sociais.

Geração Alfa: nascidos a partir de 2010, são os filhos dos *millennials* e constituem a primeira geração inteiramente imersa no século XXI, lidando com um mundo altamente conectado e digitalizado. Também são mais expostos desde jovens às discussões sobre diversidade sexual e meio ambiente e vivenciaram a pandemia de COVID-19 em um momento de amadurecimento (infância e adolescência).

Os cortes temporais precisos variam entre os diferentes autores e essas categorias foram cunhadas levando em conta, principalmente, experiências e marcos temporais dos Estados Unidos e, em menor medida, da Europa Ocidental.

São consideradas ferramentas úteis, mas que devem ser aplicadas com senso crítico e contextualização, pois, muitas vezes, simplificam realidades complexas e engessam as representações (Ferrigno, 2024). Nas entrevistas com especialistas brasileiros, coletamos diversas elaborações críticas sobre essa classificação que predomina no debate atualmente. A seguir, algumas citações que vão nessa direção:

Como vem sendo conduzida essa discussão, vai trazendo um preconceito, aumenta o preconceito que existe entre as gerações e piorando a relação delas no trabalho, falando que a outra geração não sabe fazer nada. As pessoas pegam muito rápido essas etiquetas que colocam na geração X, Y millennial, tudo isso vira meme aqui no Brasil. E se perde um

pouco a compreensão mesmo. (...) O papel do debate e das pesquisas é trazer outras visões, ajudar a melhorar esse olhar estigmatizado que há hoje sobre as gerações. (Especialista 1. Marketing, Comunicação)

Essas classificações são simplistas e servem muito mais para método quantitativos e de mercado. Não é que não sirva para nada, serve para dar indicativos quantitativos, usado em surveys muito bem. Mas se você faz pesquisa, e sobretudo na questão empresarial e corporativa, você tem que trabalhar mais com qualitativo, com rodas de conversa, saber onde dói. (...) E quando a gente faz pesquisas, principalmente com as pessoas idosas, sabemos que é o grupo mais heterogêneo da população. Então, **não existe a categoria idoso, pessoa idosa**. Mas a gente usa essa categoria de uma forma generalista. Mesma coisa para essas classificações [de geração]. A gente usa, mas é simplificação. (Especialista 2. Economia)

Quem colocou esses termos na boca do mundo foi o mercado. É o mercado que classifica as diversas gerações a partir da relação das pessoas com a tecnologia principalmente. O mercado impulsionou essa discussão geracional. (...) Mas no meio acadêmico **não tem ainda** toda essa construção teórica [sobre o termo] porque o teórico está correndo atrás do que vai impondo o mercado. (...) Esses debates, eles estão ocorrendo no mundo acadêmico, mas o conhecimento acadêmico sempre leva um tempo e a dinâmica social do mercado e das redes é muito veloz. Até chegar na produção do conhecimento, leva, muito tempo. (Especialista 3. Comunicação, Gerontologia)

Se é útil essa classificação? Pode ser que sim, porque tem algumas características próprias do momento que se vive, o momento histórico e os valores da cultura da ocasião. Mas há imprecisões, primeiro sobre quando começa uma e termina a outra. E tem outras variáveis aí: classe social, condições étnicas, migratórias, de gênero, vários entrecruzamentos que impactam a caracterização das gerações. Não é só momento histórico em que elas vivem. Não é crítica, mas uma advertência para o mau uso dessas noções, para o exagero em firmar um perfil, inclusive isso pode atrapalhar ao invés de ajudar. (...) Então, usar com cuidado essa maneira de classificar gerações para não gerar estereótipos. (Especialista 4. Psicologia)

O que eu percebo é que se tornou muito confortável importar um conceito norte americano e se firmar nele. A gente precisa entender melhor o conceito de gerações, o que compõe, o que forma uma geração, entender esses pormenores permitiria ter um senso crítico sobre essa importação de uma classificação que não nos representa (Especialista 7. Administração).

Na literatura acadêmica internacional também identificamos críticas substantivas a essas categorias geracionais (Clemens, 2025; Nakagawa, Kobayashi, 2024; Costanza, Rudolph, Zache, 2023; Díaz, López, Roncallo, 2017). Sintetizando, as principais críticas são:

- **Falta de rigor científico:** os cortes de anos são arbitrários e faltam estudos empíricos para apoiar a construção dessas categorias;
- **Etnocentrismo:** baseados em contextos dos EUA, nem sempre aplicáveis globalmente. Desconsiderando as particularidades nacionais, esses modelos frequentemente ignoram as trajetórias históricas, os processos políticos, as estruturas socioeconômicas e os ritmos de desenvolvimento cultural próprios de cada nação;
- **Homogeneização:** ignoram diversidade cultural, étnica, de gênero e de classe dentro das gerações, e
- **Reforço de estereótipos:** com implicações negativas em políticas organizacionais, educacionais e sociais e risco de amplificar preconceitos e possíveis conflitos.

A popularização e o uso frequente, inclusive midiático, das classificações geracionais internacionais em realidades particulares, como a brasileira, podem ser interpretadas como uma forma de “colonialismo conceitual”². Essa adoção acrítica pode mascarar as clivagens internas da sociedade brasileira e o efeito de eventos históricos relevantes por aqui.

Contudo, é importante destacar que a crítica à universalização dessas categorias geracionais não implica necessariamente sua completa rejeição. Primeiramente, é necessário conhecer essa abordagem e suas limitações, para aprender a partir delas e superá-las. É o que sintetiza a citação abaixo, de entrevista com Especialista da área de Sociologia:

A gente não pode apagar [a classificação predominante] porque ela tá aí e é a forma como a mídia se apropria do debate geracional. E volta e meia a gente tá discutindo assim. Mas do ponto de vista analítico, ele não tem consistência (...) esse debate precisa ser compreendido, eu dou aula sobre isso, a gente discute muito isso. A gente pode criticar, mas a gente não pode ignorar, porque o tempo todo, quando você estiver

² O colonialismo conceitual refere-se a um processo de dominação que transcende a ocupação física de territórios, impondo as estruturas de pensamento, categorias de conhecimento e visões de mundo do colonizador sobre os povos colonizados. Esse fenômeno, também associado à noção de “colonialidade do saber”, implica na subjugação não apenas econômica e política, mas também epistêmica, afetando a autoestima e a identidade dos povos e dificultando a construção de conhecimento autônomo e mais aderente às suas realidades.

discutindo com as pessoas, as pessoas vão estar com essa referência. Mas é o nosso papel. Entender que, ainda que seja um debate dominante, é o nosso papel criticá-lo. A gente não vai trabalhar para sempre com aquela ideia da homogeneidade (Especialista 6. Sociologia).

Ademais, essas classificações podem ser úteis em certos contextos, usadas como enquadramentos gerais e servir como um “tipo ideal” ou um contraponto analítico. Ainda, ao contrastar as características e os marcos definidores das gerações em contextos internacionais com as realidades específicas, é possível iluminar, por diferença, as especificidades e heterogeneidades das formações geracionais locais. Essa abordagem permite uma análise mais nuançada, que reconhece tanto as influências globais quanto as particularidades locais, evitando tanto a importação acrítica quanto um isolacionismo analítico.

Por isso, esse trabalho defende uma abordagem contextualizada das gerações na realidade brasileira. Mas, para seguir o fio desse capítulo de debate teórico, será apresentado na sequência um aprofundamento da discussão socioantropológica sobre o tema e uma defesa do fortalecimento da noção de geração como um importante marcador da diferença.

3.3 Abordagem socioantropológica da noção de geração

Apesar das críticas às abordagens predominantes da discussão geracional, o presente trabalho defende a pertinência do conceito de gerações para a compreensão da sociedade e aposta nele como um importante marcador social da diferença. Para tanto, se apoia na revisão de trabalhos dos campos da Sociologia e da Antropologia para trazer novos elementos a esse debate. A partir das contribuições socioantropológicas evidencia-se o potencial de tal discussão para a compreensão das dinâmicas, relações e desigualdades sociais no mundo contemporâneo. Na perspectiva socioantropológica, o conceito de gerações é uma ferramenta analítica valiosa para compreender como grupos humanos se estruturam no tempo e reagem a transformações históricas.

3.3.1 Contribuições da sociologia clássica

O debate sociológico sobre o tema das gerações é antigo e esteve presente nas formulações de autores clássicos, como Auguste Comte. Entre os autores do século XX que passaram por essa questão, será dedicada atenção especial às contribuições de Karl Mannheim, considerado uma referência inescapável, que construiu uma abordagem sociológica sobre o tema e que

é ainda hoje inspiração importante para as pesquisas socioantropológicas. Também serão apresentadas as problematizações de Pierre Bourdieu, que deu destaque à dimensão de poder, hierarquia e dominação na discussão geracional e igualmente se tornou uma referência sociológica essencial no tema.

Mannheim tratou das gerações sociais em um célebre artigo traduzido para o português como “O problema sociológico das gerações” (Mannheim, 1982). Um ponto importante sobre sua teoria é que as gerações se formam principalmente a partir de transformações sociais. Para ele, a idade cronológica comum de um grupo geracional conta menos do que a experiência compartilhada de uma realidade social e suas mudanças e rupturas ao longo do tempo. Ou seja, as gerações ocupam um lugar na estrutura de diferenciações sociais inicialmente determinado pela data de nascimento, mas a dimensão biológica e a identidade cronológica não geram necessariamente e automaticamente uma consciência de geração ou um sentimento de pertencimento a um grupo. O que pode produzir isso é a cultura e sua força de expressão sobre valores e hábitos, além de eventos históricos de grande alcance como guerras, crises econômicas e transformações tecnológicas. A concretização da geração como um grupo que partilha algum senso de pertencimento está atrelada à vivência de importantes eventos históricos. Assim, podem surgir percepções de objetivos e destinos comuns, condicionados pelo contexto social e histórico em que estão imersos, ou surgir preferências, gostos e estilos de vida. Mas, de acordo com essa perspectiva, essas coletividades potenciais tendem a ser mais fluídas, instáveis e provisórias que outros marcadores sociais, como classe, por exemplo (Mannheim, 1982; Ferrigno, 2024; Motta, 2010; Domingues, 2002). E, ademais, tais coletividades potenciais não criam necessariamente grupos concretos com ações coletivas e objetivos comuns. Como sintetiza Weller (2010) sobre essa compreensão de Mannheim:

O autor chama a atenção para o fato de que a unidade de uma geração não consistir em uma adesão voltada para a criação de grupos concretos, preocupados em constituir uma coesão social, ainda que, ocasionalmente, algumas unidades geracionais possam vir a constituir grupos concretos, tais como os movimentos juvenis, entre os quais poderíamos citar o movimento estudantil de 1968. Mas à parte desses casos específicos, nos quais a conexão geracional pode levar à formação de um grupo concreto, Mannheim destaca ser ela uma mera conexão, ou seja, casualmente os indivíduos pertencem a ela, mas não se percebem como um grupo concreto (Weller, 2010, p. 210).

O autor clássico também já compreendia que as gerações são heterogêneas internamente, pois **são** constituídas a partir das interações com outras dimensões sociais (Ferrigno, 2024; Motta, 2010) e assim,

surgiriam subgrupos mais organizados ou coesos dentro das gerações. Além disso, sua teoria chamava atenção para a “*não contemporaneidade dos contemporâneos*”, sua forma de dizer que diferentes grupos etários convivem em um mesmo tempo cronológico ou em um mesmo período histórico, mas vivenciam tempos interiores diferentes. Assim, pessoas da mesma idade e de idades distintas são contemporâneos, mas, em razão de seu ciclo de vida particular, vivem esse mesmo tempo de formas distintas. Como diz Domingues sobre tal ideia de Mannheim: “Isso quer dizer que passados e presentes distintos convivem” (Domingues, 2002, p. 78).

O interesse pela intergeracionalidade estava presente e se expressava na discussão sobre a necessidade constante de transmissão cultural de uma geração mais velha para uma mais nova, mas igualmente pela defesa de que tais aprendizados são vias de mão-dupla, onde as gerações jovens também ensinam. Importante reter aqui a ideia de articulação entre cultura e gerações e a visão de que, em alguma medida, uma constitui a outra.

Essa teoria das gerações é rica e semeou uma agenda de pesquisa teórica e metodológica sobre o tema:

Sendo assim, a atualidade da análise mannheimiana das gerações, reside, por um lado, na elaboração de uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais. Por outro, Mannheim nos convida a repensar a construção de instrumentos analíticos capazes de mapear e dar forma à singularidade de experiências concretas, que carecem de uma análise teórica. Em outras palavras, sua perspectiva não representa apenas uma contribuição teórica para os estudos sobre gerações, mas também uma proposta teórico-metodológica de pesquisa, capaz de superar as dimensões binárias presentes em algumas correntes teórico-metodológicas (Weller, 2010, p. 220).

Ademais, tal perspectiva é ainda muito presente na produção contemporânea, inspirando revisões bibliográficas e trabalhos atuais de autores ao redor do mundo e do Brasil, como Ferrigno (2024), Motta (2010, 1999, 1998), Weller (2010) e Domingues (2002). Suas ideias dialogam com o que está sendo produzido pela Sociologia e Antropologia brasileira na discussão geracional, como veremos a seguir.

Cabe apresentar brevemente as reflexões de outro sociólogo clássico, Pierre Bourdieu, sobre o problema das gerações. Tal autor explora as dimensões de poder, hierarquia e dominação atreladas às definições de idade e de geração que, como ele também entende, são construções sociais que determinam os papéis sociais em uma coletividade:

As classificações por idade (também por sexo e classe) acabam sempre impondo limites e produzindo uma ordem em que cada um deve se manter... em seu lugar (Bourdieu, 1983, p. 112).

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas (...) isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (Bourdieu, 1983, p. 113).

O que o autor chama de manipulação das categorias de idade diz respeito ao que ele entende como uma luta de poder entre os grupos sociais, onde se disputa as posições na hierarquia da sociedade. É essa luta de poder simbólico, político e econômico que está no cerne dos conflitos intergeracionais, na visão desse autor. Debert (1998) sintetiza a contribuição de Bourdieu:

Como ressalta Bourdieu, a manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo de vida. Por isso, Bourdieu afirma que, ao tratar das divisões por idade, é um reflexo profissional do sociólogo lembrar que elas são uma criação arbitrária (Debert, 1998, p. 53).

A perspectiva bourdieusiana também aborda a transmissão de capital econômico, social e simbólico entre gerações no seio da família e enfrenta a questão das desigualdades de classe existentes no interior de uma geração ou categoria de idade, como o caso da juventude (Bourdieu, 1983). Assim, ele articula geração e classe e trata da transmissão de privilégios entre gerações da mesma classe social. É importante destacar essas ideias, pois elas também influenciam até hoje a perspectiva da Sociologia e da Antropologia brasileira na qual nos deteremos a seguir.

3.3.2 Perspectiva socioantropológica contemporânea brasileira

Com as contribuições da sociologia clássica podemos observar um enquadramento sociológico da questão geracional. Essa perspectiva passa por alguns aspectos que vale recapitularmos como: importância dos marcos históricos e das transformações sociais na constituição das gerações, problematização das classificações pautadas apenas nos aspectos biológicos/cronológicos, dimensão relacional das gerações, observação das

diferenças e desigualdades entre e intragerações, as dinâmicas de poder e dominação intergeracional.

Ou seja, identifica-se um modo geral de tratar o tema, que busca enriquecer as discussões sobre o papel da idade nas dinâmicas sociais e que tende a se refletir nos trabalhos contemporâneos que veremos a seguir. Estes, ademais, buscam atualizar e aprofundar novas discussões.

É o caso de Domingues (2002), por exemplo, que bebe das ideias de Mannheim para a elaboração de suas reflexões sobre os componentes etário e histórico da formação de coletividades geracionais. Ele defende a relevância da análise do que resulta da interação entre os tempos históricos e os tempos de vida dos indivíduos:

Ser um membro da espécie humana significa ser também parte de uma de suas subcoletividades. De forma variável e mutável historicamente, várias delas têm cumprido essa função. Por outro lado, tanto como seres biologicamente enraizados quanto como social e historicamente condicionados, passamos por várias fases no curso de nossas vidas, fases essas que compartilhamos de modo mais ou menos completo com outros indivíduos. Nascemos, amadurecemos biologicamente e socialmente, envelhecemos e morremos. Ao longo desse complexo processo, composto por várias e distintas fases, ocupamos posições sociais particulares, desempenhamos tarefas específicas e contemplamos o surgimento e o desabrochar, o ocaso e o desaparecimento de coletividades que nos precederam e que nos sucederão, contribuindo positiva ou negativamente, para isso. (...) Quer os percebamos ou não, aceitemos ou os recusemos, essas transições se inserem em processos mais amplos de mudança social, da qual são parte e para a qual contribuem. Apesar de sua variabilidade histórica, trata-se efetivamente de processos que possuem um caráter universal. Todas as formações sociais os incluem e todas têm de lidar com eles e seus efeitos mais abrangentes (Domingues, 2002, pp. 67-68).

O sociólogo brasileiro avança na elaboração teórica das dimensões que constituem as gerações como subjetividades coletivas. Para ele importam especialmente três dimensões: material, hermenêutica e de poder. A dimensão material refere-se ao substrato biológico e físico da composição geracional, ou seja, àquilo que concerne ao corpo e aos seus processos, assim como a capacidade de apropriação de recursos materiais de cada geração (tal como acesso à propriedade e formas de consumo). A dimensão hermenêutica se refere ao universo simbólico (cognitivo, normativo, expressivo) que molda a constituição interna das gerações e envolve a mediação de sentido entre gerações diferentes. O autor destaca a importância dos rituais para demarcar fronteiras e transições geracionais na história das sociedades. Por fim, há a dimensão do poder, que tem a ver com a capacidade das gerações

de influenciar umas às outras e a outros sistemas sociais, assim como as dinâmicas de dominação e submissão intergeracionais.

Se podemos visualizar gerações como coletividades com poder variável em função de seus processos internos, é necessário percebê-las como capazes de dirigir ou mesmo impor umas às outras, e a outras subjetividades coletivas, cursos de movimento que se conformem com o que almejam, seja isso produzido de maneira intencional e organizada, ou se passe como fruto de ações individuais ou movimentos de subcoletividades que acabam por tomar uma feição que favorece esse poder de uma sobre outra ou sobre outros sistemas. Com frequência no caso das gerações os “adultos” ou mesmo os “velhos”, por razões institucionais e culturais, possuem mais poder dentro de um grande número de sociedades (Domingues, 2002, p. 80).

Cabe registrar também a compreensão de que as identidades das gerações se constituem na interação de umas com as outras, e mais precisamente, nas visões que uma geração tem da outra e da sociedade. Ou seja, essa constituição das gerações é sempre relacional e interativa.

Agregue-se a isso que uma geração não se define isoladamente: é na interação com outras gerações que cada uma delas delinea sua identidade e contribui para a produção das outras. É nesses processos interativos que as gerações se moldam e são moldadas (Domingues, 2002, pp. 75-76).

Por fim, destaca-se que Domingues também prevê o cruzamento da dimensão geracional com outras identidades como gênero, raça, classe etc., enfatizando o aspecto multidimensional da constituição das subjetividades coletivas:

É importante frisar que isso permite conceituar as diversas gerações, mas também relacioná-las com outras subjetividades coletivas, com as quais se entrecruzam, como gêneros, raças, empresas, as diversas divisões do estado moderno, a família etc., elas mesmas também constituídas, em sua multidimensionalidade, relacionalmente (Domingues, 2002; pp. 68-69).

Alda Motta (1998, 1999, 2010, 2017) é uma socióloga brasileira que busca avançar em uma agenda de fortalecimento da discussão geracional nas Ciências Sociais. Ela defende o papel estruturante que a idade e a geração têm na constituição das diferenças e das desigualdades sociais, ressaltando também as dimensões de poder e hierarquia:

Idades e gerações são importantes fatores de organização social. Isto é tão universal e “tão evidente” que não se costuma referir.

Entretanto, a condição etária e, principalmente, o envelhecimento ainda **são, como** assinala Debert, “mecanismos fundamentais de classificação e separação de seres humanos” (Motta, 1999, p. 202)

A categoria idade/geração, como outras categorias sociais, também se expressa no marco das relações sociais de poder. (...) As idades constituem importante fator de organização social, mesmo no capitalismo, com posições e situações especificamente definidas em todas as sociedades, e variados graus de formalização e reconhecimento institucional (Motta, 1999, p. 202).

Diante da constatação de sua importância, a autora busca compreender por que a dimensão etária não se estabeleceu como um atributo analítico fundamental das análises sociológicas e antropológicas, tais como gênero e raça. Ela afirma que o grande desafio analítico é que as posições etárias e geracionais das pessoas e grupos mudam o tempo todo. Embora, de modo geral, atributos como sexo/gênero, raça/etnia e classe social de origem permaneçam estáveis, a idade e as expectativas a ela associadas mudam constantemente. Da mesma forma, o jogo de poder entre as gerações se desloca continuamente. Sobre isso, ela diz:

Por todo esse relativismo e transitoriedade de posições etárias que se tornam também geracionais é que, por suposto, se tem mantido teoricamente difícil a definição e análise do campo das relações entre as gerações e a sua inscrição teórica na visão articulatória com outras categorias relacionais, mesmo o fundamental gênero. Em resumo, a grande questão que parece tolher muitos estudiosos é decorrente basicamente dessa variabilidade ou mudança de posições etária e geracional das pessoas e grupos no tempo (Motta, 2010, p. 227).

Essa característica de mutabilidade e variabilidade constante produziria a percepção equivocada de que a dimensão etária não tem capacidade de estruturar a dinâmica social. No entanto, a autora questiona:

Mas que escasso poder estruturante é esse, que atrai tantas regulações – legais, tanto quanto informais, consuetudinárias e ideológicas – e promove, documenta e narra a memória social, além de motivar, no processo da sua própria sucessão, muito do dinamismo social? (Motta, 2010, pp. 227-228).

Ela defende que essa dimensão é estrutural da vida social, tecida com afetividade e relações de poder, através das quais se constituem as formas de exclusão e discriminação baseadas na idade, tal como o etarismo, que segundo ela, é tão presente na sociedade moderna quanto o sexismo, mas que se apresenta de forma mais naturalizada.

Motta também sublinha a relação socialmente construída entre as categorias de idade e as posições sociais. Ela aborda a produção de definições ou rituais sociais que articulam idades e posições sociais na nossa sociedade como: definições de idades para entrar ou sair do mercado de trabalho, para começar a vida escolar, para votar e ser votado, para se casar, para ser considerado idoso, entre outros marcos temporais (Motta, 1998).

Seus trabalhos também defendem que a dimensão etária é complexamente interligada com as dimensões de gênero e classe social, e ela trata dessas intersecções em suas pesquisas (Motta, 1998, 1999, 2010, 2017).

Numa perspectiva de idade/geração, ser jovem ou ser velho é uma “situação” vivida, em parte, homogeneamente e, em parte, diferencialmente segundo o gênero e a classe social dos indivíduos de cada grupo etário. (...) Gênero e idade/geração são dimensões fundantes de análise da vida social. Expressam relações básicas, por onde se (entre)tecem subjetividades, identidades e se traçam trajetórias. Proposta uma análise da condição social atual de velho, não há como fazê-la sem esse conhecimento sobre os diferenciais de gênero e de classe social que a constituiriam internamente e lhe dariam específicos sentidos (Motta, 1999, p. 207).

Mas o que a muitos parece insegurança de meios ou demasiada brevidade de realização e, portanto, aparente inexpressividade existencial, mas também epistemológica – mudança de idade de cada indivíduo a cada ano, assim como a gestação de uma nova geração a cada nova pulsação da vida social – em verdade significa o fazer-se estrutural de uma dimensão da vida social, que é, contraditoriamente, tecida com afetividade e relações de poder. Ao mesmo tempo complexamente entretecida com outros sistemas de relações, expressões das dimensões de gênero e classe social. Essa mudança, das idades e gerações, em suas posições também conflitos no tempo, perturba os estudiosos que se detêm sobre o assunto (Motta, 2010, p. 226).

Essa defesa também aparece com força em diversos trabalhos recentes. Em seu esforço de recomposição da história do termo “geração”, Ferrigno (2024) conclui que vem se fortalecendo o entendimento de que geração precisa ser articulada à outras dimensões relacionais. Porém, ele reconhece maior entrelaçamento com a questão de gênero, tais como os trabalhos das pesquisadoras brasileiras Motta (1998, 1999, 2010 e 2017) e Barros (1989, 2006, 2013, 2014) e aponta uma importante lacuna de pesquisas que façam a articulação com a questão de raça.

A compreensão do complexo fenômeno geracional passa pela análise do seu entrelaçamento com outras dimensões relacionais,

como classe social, gênero, religião, raça e etnias. Autores contemporâneos estão trazendo novos olhares para essa questão, desvelando aspectos de grande relevância, como os possíveis nexos entre geração e gênero (Ferrigno, 2024, p. 153).

Gostaria de ter incluído neste livro alguma referência de trabalhos envolvendo a intergeracionalidade em diferentes raça e etnias, especialmente em relação aos negros. Infelizmente, não os localizei. Soube da intenção de alguns colegas negros de aprofundar uma reflexão sobre as transmissões entre as gerações em famílias negras, observando como, nesse repasse, é trabalhado o trauma causado pelo racismo e pela tragédia que foi o escravagismo no Brasil. Fica aqui uma sugestão, tanto de um levantamento nacional e internacional sobre esse tipo de investigação quanto de sua realização (Ferrigno, 2024, p. 153).

Agora vamos às contribuições da Antropologia Brasileira. Começando por Debert (1998, 2012) importante referência nas reflexões antropológicas sobre a dimensão etária e, mais especialmente, sobre a velhice. Ela defende um olhar antropológico para processos biológicos, tal como envelhecimento, a partir do qual o objetivo é analisar como são elaborados simbolicamente nas diferentes culturas. Ela enfatiza que “idade” não é um dado natural e que infância e velhice, por exemplo, são representados de formas diversas nas diferentes culturas e em distintos períodos da história.

[...] As etnografias mostram que, em todas as sociedades, é possível observar a presença de grades de idades, mas cada cultura tende a elaborar grades de idades específicas. A pesquisa antropológica demonstra, assim, que a idade não é um dado da natureza, nem um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem ainda um fator explicativo dos comportamentos humanos. Essa demonstração exige um rompimento com os pressupostos da psicologia do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, seriam estágios pelos quais todos indivíduos passam e, portanto, teriam caráter universal. (...) A pesquisa antropológica é rica em exemplos que servem para demonstrar que fases da vida como a infância, a adolescência e a velhice não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário, o próprio da pesquisa antropológica sobre períodos da vida é mostrar como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades (Debert, 1998, p. 51).

A autora também partiu de uma perspectiva mannheimiana das gerações, que atribui papel determinante aos eventos e transformações sociais na

constituição das gerações, mais que aos cortes etários baseados na idade cronológica. Ademais, ela percebe o papel ativo dos grupos geracionais nas transformações dos comportamentos ao longo da história e na construção de memórias coletivas, referências e tradições. Da visão de Debert cabe destacar a importância da memória compartilhada e coletivamente construída na constituição geracional, além da compreensão de que essa atuação tem impactos na esfera pública. Além disso, é interessante notar que nessa formulação, as gerações não só transmitem e aprendem tradições, mas as criam e produzem ativamente.

A ideia de gerações não corresponde à sucessão de um grupo pelo outro, à substituição do mesmo pelo mesmo. Na verdade, apesar de suas conotações variadas, a ideia de geração implica um conjunto de mudanças que impõem singularidades de costumes e comportamentos a determinadas gerações. A geração não se refere a pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras. (...) As pesquisas sobre grupos de idade tanto mostraram que as gerações, mais do que a idade cronológica, é a forma privilegiada de os atores darem conta de suas experiências extrafamiliares, como também indicam que mudanças na experiência coletiva de determinados grupos não são apenas causadas por mudanças sociais de ordem estrutural, mas que esses grupos são extremamente ativos no direcionamento das mudanças de comportamento, na produção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição. Ou seja, apesar das várias conotações que o conceito de gerações assume, ele tem uma efetividade que ultrapassa o nível das relações da família direcionando transformações que a esfera da política tem que incorporar (Debert, 1998, p. 60).

Debert também dialoga com a visão de Bourdieu e dá destaque para a dimensão de poder e dominação existente nas definições de categorias de idade e geração. Ela mostra como essas categorias têm efeito simbólico, mas também prático e jurídico. Ademais, destaca o papel de certos marcos temporais estabelecidos em nossa sociedade que funcionam como espécies de rituais de passagem de um estágio para outro. Esses rituais não são exclusivamente orientados pela idade cronológica dos indivíduos, mas pela transmissão de *status* sociais, como poder e autoridade jurídica, através de marcos específicos (Debert, 1998, p. 56).

Afirmar que as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios. A fixação da maioria civil, do início da vida escolar, da

entrada no mercado de trabalho é, em nossa sociedade, fundamental para a organização do sistema de ensino, a organização política, a organização dos mercados de trabalho. Mecanismos fundamentais de distribuição de poder e prestígio no interior das classes sociais tem como referência a idade cronológica. Categorias e grupos de idade implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (Debert, 1998, p. 53).

Encerramos essa discussão teórica com uma importante provocação de Debert. Ela defende que o trabalho antropológico nessa temática é justamente o de entender como o envelhecimento físico ou a idade legal tornaram-se mecanismos fundamentais de classificação e separação de seres humanos:

O antropólogo que, ao tomar como objeto uma população, supõe que sua essência definidora seja a idade legal ou o estado de envelhecimento biológico, nega de início o seu objeto de estudo, por desconsiderar uma das primeiras questões que deveriam orientar sua pesquisa: como o envelhecimento físico ou a idade legal tornaram-se mecanismos fundamentais de classificação e separação de seres humanos. Desprezar essa questão significa perder a oportunidade de descrever os processos pelos quais os indivíduos passam a ser designados socialmente como velhos, jovens, adolescentes ou crianças (Debert, 1998, p. 61).

A seguir um esforço de síntese dos aprendizados da perspectiva socioantropológica. Partimos de uma perspectiva sociológica que afirma que o termo “gerações”, trata de um conjunto de pessoas que convive em um mesmo espaço geográfico, tem uma vivência similar, participa de eventos significativos e situações cotidianas partilhando um mesmo tempo-espaço. Mas nesta seção buscamos identificar mais alguns elementos importantes da visão socioantropológica sobre o tema das gerações. Para isso, fizemos o resgate de algumas contribuições da Sociologia Clássica e apresentamos trabalhos que são referência nas Ciências Sociais brasileiras que se apropriam dessas ideias e trazem novos avanços e problematizações. Para encerrar esse debate teórico, vamos recapitular algumas ideias-chave da visão socioantropológica que parecem interessantes para enriquecimento da discussão etária e geracional.

Nesse enfoque, as gerações não são apenas agrupamentos etários, mas grupos que compartilham uma posição histórica e uma experiência coletiva de socialização. A experiência compartilhada de grandes eventos, como a vivência de guerras, revoluções, mudanças culturais ou tecnologias disruptivas, molda visões de mundo, padrões de comportamento e valores sociais. Ou seja, a ideia de geração se refere ao potencial de um grupo desenvolver determinadas características sociológicas típicas de seu tempo,

tornando-se predisposto a certas visões de mundo por terem compartilhado um conjunto de experiências próprias daquele contexto. Porém, aqui não se espera que tal “potencial” e “predisposição” se concretize de forma imediata ou mesmo integral. Tal processo é concebido como complexo, mediado por outras experiências e identidades sociais - como gênero, classe, raça e sexualidade- e eventos de menor alcance territorial, mas de grande importância local ou comunitária.

Nessa visão, as gerações também podem ser concebidas como agentes históricos, cuja formação se dá na intersecção entre o tempo vivido e os contextos institucionais, familiares e simbólicos que definem suas práticas e identidades.

A abordagem antropológica do tema insere a variável cultura nessa discussão como algo incontornável para compreendermos as gerações e seus comportamentos nas diferentes culturas e países. Além disso, na perspectiva antropológica, a noção de geração permite captar a dinâmica das relações intergeracionais e as formas de transmissão e ruptura cultural que ocorrem entre pais, filhos e netos, ou entre mestres e discípulos, dentro de diferentes esferas sociais. Dessa forma, as gerações funcionam como categorias relacionais e simbólicas, revelando não apenas continuidades, mas tensões, negociações e conflitos que moldam a mudança social ao longo do tempo. Estudos antropológicos também revelam que, em algumas sociedades ou comunidades, por exemplo, os sistemas de parentesco e rituais de passagem estão intimamente ligados à ideia de gerações, marcando momentos críticos de transição e reprodução social.

3.4 Geração como marcador social da diferença

Com base nas contribuições da perspectiva socioantropológica apresentada na seção anterior, esta seção busca avançar na discussão e fechar o debate teórico defendendo que a dimensão geracional ganhe mais espaço nas análises dos marcadores sociais da diferença e das desigualdades sociais.

O conceito de marcador social da diferença refere-se aos atributos sociais e culturais que são mobilizados para identificar, distinguir, classificar e, frequentemente, hierarquizar pessoas dentro de uma sociedade, produzindo desigualdades e legitimando formas de exclusão. Os principais marcadores sociais da diferença hoje são: gênero, raça, classe e sexualidade. Mas existem outros atributos que exercem esse papel distintivo, tais como nacionalidade, deficiência, religião e idade.

Este modo de enquadrar as dinâmicas de relação e diferença dentro da sociedade começou a ganhar força no meio acadêmico nos anos 1980 e 1990. Neste século, se consolidou como um campo de estudos das Ciências Sociais que analisa a constituição das desigualdades e hierarquias entre os sujeitos, e a forma como estas operam na vida social.

Importante destacar que na Antropologia e na Sociologia esses marcadores não são entendidos como características naturais, mas como construções sociais historicamente situadas. Definem relações de poder, pertencimento e exclusão em diferentes contextos. São fundamentais para a análise das desigualdades sociais e das identidades coletivas.

Nesse debate, para além da temática fundamental da diversidade e da diferença, importa compreender a problemática central dessas marcas sociais: como produzem desigualdades. Para entender esse desdobramento de 'diferença' em 'desigualdade', torna-se necessário compreender como essas diferenças são produzidas, como estão imbricadas e como se constituem mutuamente, produzindo desigualdades interseccionadas (Macedo, Medeiros, 2025, p. 3).

Gênero, raça e classes são temas clássicos dos estudos socioantropológicos, e se fortaleceram nas últimas décadas, transbordando a esfera acadêmica e ganhando o debate público, influenciando movimentos sociais, políticas públicas, arte e cultura. A dimensão da sexualidade também vem sendo incorporada nesses debates.

Como nos tornamos “nós”? Como nos tornamos “eles”? Como alguns se tornam “nós” e outros “eles”? Ou, talvez a melhor maneira de formular essa pergunta seja: de que modo os dispositivos de poder produzem a diferença entre o “nós” e “eles”? Muitas das recentes reflexões acerca da produção da diferença e da análise da desigualdade social vêm investindo na articulação dos chamados “marcadores sociais da diferença”. As questões acima colocadas informam ora explícita, ora implicitamente esse campo de análise. Nesse amplo cenário, que envolve os debates acerca dos direitos diferenciados e das políticas de reconhecimento, da produção de novas sensibilidades e da concomitante ressemantização de antigas formas de exclusão, a intersecção entre raça, nação, sexualidade e gênero ganha destaque (Moutinho, 2014, p. 203).

E, no bojo desse movimento, a perspectiva da interseccionalidade também ganhou espaço. A interseccionalidade é um conceito que reconhece que as pessoas são constituídas por múltiplos marcadores sociais, e que esses diversos atributos se cruzam e se combinam produzindo experiências únicas de desigualdade e discriminação. Ao invés de analisar os marcadores sociais separadamente, a perspectiva da interseccionalidade busca compreender como eles se articulam e se influenciam mutuamente.

Em seu clássico trabalho, Greenshaw (2004) utiliza a famosa metáfora de uma encruzilhada para explicar que a discriminação pode fluir de várias direções. Assim, as políticas e estruturas legais que tratam gênero e raça como categorias mutuamente exclusivas falham em proteger as pessoas que se encontram nessas intersecções, como as mulheres negras. Para Collins e Bilge (2020) também é fundamental compreender que as categorias sociais não operam de forma isolada, elas se cruzam e criam experiências únicas e complexas de opressão e privilégio para os indivíduos. As autoras argumentam que a interseccionalidade deve transcender a mera descrição das múltiplas identidades de uma pessoa, mas constituir um método para entender as estruturas de poder e como elas produzem e reproduzem desigualdades. Já Akotirene (2020) contextualiza o conceito para a realidade brasileira.

A perspectiva interseccional aprofundou a discussão sobre desigualdade e discriminação, produzindo mudanças importantes na abordagem desses temas e grandes contribuições teóricas e práticas, principalmente nos debates de gênero, raça e sexualidade. Mas o que é importante destacar aqui é que a dimensão etária e as desigualdades, discriminações e preconceitos relacionados à idade e posição geracional, no entanto, vem sendo pouco problematizada até agora no debate interseccional.

No presente estudo, destacamos essa lacuna que, ademais, vem sendo apontada por outros pesquisadores, tal como evidencia a fala abaixo de Especialista da área de Sociologia. O trecho trata da ausência de uma abordagem interseccional de geração e seus efeitos, com a produção de uma homogeneização e descontextualização das análises geracionais:

Quando a geração é lida como um recorte isolado, é a homogeneização que eu acho que é o grande problema, porque ela coloca em suspenso os outros marcadores, então não pensa interseccionalmente como a gente vive geração através da classe, da raça. E geração vai ser vivida sempre através da raça e da classe. E geração potencializa os efeitos deletérios de todos esses marcadores. Então, ela precisa ser pensada, ainda que o etarismo não esteja no mesmo status político de patriarcado, racismo e capitalismo. Mas ele [etarismo] é igualmente estruturante. Porque a gente vai viver todas essas dimensões de forma entrelaçada. Então, quando uma abordagem pensa a geração de uma maneira descontextualizada, isolada, produz uma análise que tende a homogeneizar os grupos, como se só a idade aproximasse as experiências (Especialista 6. Sociologia).

A reflexão segue explicitando as potencialidades analíticas de uma abordagem interseccional que inclua a idade e a geração, no esforço de

captar as multidimensionalidades dos marcadores sociais da diferença e defende a força da dimensão geracional de intensificar as diferenças de gênero, raça e classe:

Então, é preciso reconhecer a potencialidade da dimensão de geração para o debate das interseccionalidades, como dimensão capaz de agudizar as diferenças mais clássicas, digamos assim, raça, gênero, classe. (...) A potencialidade dela é ativar ou desativar fatores. A gente sempre pensa a interseccionalidade a partir das desvantagens, mas ela vai na mesma direção em relação aos privilégios. E quando pensamos em geração, isso é dinâmico e vai mudando, quem porta o privilégio em um momento deixa de portar em outro. (...) E aí é que está o grande desafio de trabalhar esse marcador, de pensar cortes geracionais. É aquela ideia de Bourdieu: você é sempre jovem ou velho de alguém”. Mas é exatamente essa relacionalidade que é tão poderosa quando a gente lida com recortes geracionais. Se a gente não olhar assim, a gente homogeneiza o que nunca foi homogêneo. (Especialista 6. Sociologia)

Por isso, **defende-se aqui que a noção de geração pode oferecer uma contribuição crítica e complementar ao debate dos marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero, sexualidade e territorialidade, ao introduzir o tempo vivido e a experiência histórica compartilhada como dimensões estruturantes da identidade social.**

Enquanto os marcadores clássicos enfatizam posições e desigualdades inscritas nos corpos, nos espaços e nas relações sociais, o conceito de geração permite compreender como essas desigualdades se transformam e são reproduzidas ou contestadas ao longo do tempo. Por exemplo, mulheres da geração dos anos 1950 experienciaram o patriarcado de formas muito distintas das mulheres da geração pós-2000, ainda que compartilhem o mesmo marcador de gênero. Assim, a geração introduz a temporalidade como categoria analítica fundamental, mostrando que a vivência de outros marcadores é historicamente situada.

Além disso, a perspectiva geracional permite analisar como grupos sociais, como aqueles estigmatizados, elaboram respostas distintas a partir de suas experiências coletivas, moldadas por eventos históricos, políticas públicas, movimentos sociais e tecnologias específicas. **Ao articular a geração com outros marcadores, surgem oportunidades de enriquecimento da compreensão das desigualdades sociais.**

Com essa lente analítica podemos nos aproximar das identidades coletivas multifacetadas e delimitar o recorte de investigações olhando, por

exemplo, para a juventude negra na era das redes sociais, para os idosos LGBTQIAP+ sobreviventes da ditadura e da epidemia da AIDS ou para mulheres indígenas que vivenciam a migração e a urbanização. Tomando o primeiro exemplo, não se assume que todas as pessoas vivenciam as redes sociais da mesma forma, nem que todas as pessoas negras o façam e nem mesmo que isso ocorra com todas as pessoas jovens. O cruzamento e intersecção desses atributos e vivências que importam.

A defesa dessa perspectiva multidimensional para a compreensão das desigualdades e dos cruzamentos dos distintos marcadores sociais também se observa na reflexão a seguir, produzida por especialista da área de Sociologia:

Essa ideia da multidimensionalidade é fundamental para a gente pensar as nossas categorias e como elas às vezes são pensadas a partir de uma lógica já sacralizada. E aí eu acho que geração é prisioneira, de certa forma, da sua irrelevância dentro da Santíssima Trindade “raça, gênero e classe”. E também porque é mais difícil pensar o ativismo do ponto de vista geracional, porque estamos o tempo todo viajando no tempo e mudando de posição na linha geracional, isso torna muito mais difícil pensar esse ativismo. Mas ao mesmo tempo, a dimensão geracional é inescapável, não apenas pela sua inexorabilidade, mas porque o tempo todo ela atua ativando ou desativando os outros marcadores (Especialista 6. Sociologia).

Assim, **em vez de funcionar como um marcador essencialista, a geração deveria ser mobilizada como um marcador relacional, que revela como a diferença se articula de forma dinâmica no tempo, possibilitando uma análise mais interseccional e histórica das desigualdades sociais.**

Em síntese, conclui-se que as categorias relacionadas ao tempo não vêm sendo realmente apropriadas nas discussões sobre diferenças e desigualdades sociais e, por isso, o presente trabalho registra tal lacuna e defende sua superação.

3.5. Abordagem contextualizada das gerações

Na seção anterior, discutimos a pouca relevância que a dimensão etária e geracional vem desfrutando nos debates sobre diferenças e desigualdades, ao mesmo tempo que buscamos apresentar seus potenciais analíticos.

Por outro lado, o debate teórico apresentado neste capítulo também revela outra lacuna importante nesse debate, relacionado à incorporação das discussões sobre espaço e território. Aqui estamos tratando de contextos

nacionais e regionais, com suas dinâmicas culturais, econômicas e sociais próprias, que tendem a ser suprimidos nas discussões geracionais. Assim, podemos questionar a ideia de que o recorte e a caracterização de gerações se apliquem integralmente a todos os contextos culturais e nacionais.

Após discutir a pertinência do conceito de geração como um marcador social da diferença social, propomos uma perspectiva contextualizada da análise geracional que supere a mera transposição de modelos e valorize a singularidade dos contextos locais na formação de suas gerações. Argumenta-se que a compreensão das dinâmicas geracionais em um país, por exemplo, exige um olhar atento aos eventos críticos e processos de transformação que marcam sua própria história.

Seguindo nesse argumento visando uma compreensão mais aprofundada do Brasil, defendemos que a discussão geracional incorpore as especificidades da realidade brasileira - com suas particularidades culturais, políticas e econômicas. De tal forma, a aplicação direta de rótulos como “*Baby Boomer*” ou “*Millennial*” ao contexto brasileiro, sem a devida mediação crítica, poderia levar a anacronismos e generalizações indevidas. Os marcos definidores dessas gerações, como o pós-Segunda Guerra Mundial e o *boom* econômico para os *Boomers*, a virada do milênio e a revolução digital para os *Millennials*, tiveram impactos distintos no Brasil, que atravessava processos sociopolíticos próprios. Alguns estudos apontam para a necessidade de vincular os perfis geracionais a períodos históricos brasileiros específicos, como a ditadura, a redemocratização e a estabilização econômica, ressaltando que privilégios e experiências são condicionados por divisões internas à sociedade brasileira (Milhome, Rowe, 2021; Milhome, 2022).

Ademais, a análise geracional no Brasil não pode prescindir da compreensão de como a cultura, a política e, fundamentalmente, as profundas desigualdades sociais atravessam e modulam as experiências de cada geração. As persistentes desigualdades sociais no Brasil deveriam ser elementos de análise nas dinâmicas geracionais, pois revelariam como a suposta experiência geracional comum **não se sustenta**. O acesso a bens materiais e simbólicos, incluindo educação de qualidade e tecnologias digitais, é desigual por aqui, restringindo a participação de segmentos da população a vivências consideradas definidoras de uma geração em contextos mais homogêneos. Assim, a “Geração Z” brasileira, por exemplo, não poderia ser caracterizada como 100 % digital, já que uma parcela significativa de jovens enfrenta a exclusão digital ou dificuldades de acesso a infraestrutura tecnológica de qualidade e ambientes promotores de habilidades tecnológicas.

Os especialistas ouvidos no estudo elaboraram reflexões interessantes que vão nessa direção:

Acho que tem realidades diferentes no Brasil e talvez nem tudo [dessa categorização predominante de gerações] se encaixe. Esse ponto acho que é importante a gente olhar. Por exemplo, da relação dos jovens com o trabalho. Tem essa percepção [na categorização predominante] de que os jovens têm uma relação mais fluida com o trabalho, não tem tanta prioridade do trabalho, que querem tirar sabático e dois anos sem trabalhar para viajar, essa discussão das realizações pessoais frente às profissionais. Isso é um pouco mais complexo no Brasil até por conta da necessidade de algumas famílias. (...) E olhando pra outra ponta, essa visão de que as pessoas estão envelhecendo com mais saúde e com mais condições financeiras... Aqui no Brasil isso também é relativo. Aqui no Brasil a gente tem pouca preparação para a velhice, até porque boa parte do povo brasileiro não tem condições de pensar numa preparação. Por isso acho que faltam estudos e faltam a gente falar mais sobre isso, porque as pessoas estão. (Especialista 1. Marketing e Comunicação)

O que que tem de particular por aqui é que isso tudo bate no Brasil com muito mais intensidade, porque somos um país desigual. Nós temos é boletos não pagos do passado, em saúde, em educação, etc... No Brasil ainda há uma grande quantidade de jovens que precisam de política pública, nós temos uma ponta dos jovens para entrar no mercado de trabalho com muito mais dificuldade do que nos outros países. Então, nós temos problemas nessas duas pontas. Porque temos também a vulnerabilidade na ponta do envelhecimento, da renda na velhice que só fez achatar nas últimas décadas. (Especialista 2. Economia)

O que tem de particular no Brasil olhando para as gerações, é olhando primeiro para a geração mais jovem, você tem uma alta mortalidade. Nós estamos falando de uma geração que vai encolhendo [por conta das tendências demográficas], mas além disso, nós estamos desperdiçando recursos. Isso é típico do Brasil, a mortalidade dos jovens brasileiros, em especial os jovens negros. Você já tem uma geração jovem pequena, encolhendo, e você ainda deixa morrer uma parte. É uma especificidade brasileira. Você precisa dessa geração, mas você precisa de uma geração qualificada. Você tem que investir. O que nós podemos fazer, nós temos que fazer. O que precisamos fazer é investir nessa geração. Variável fundamental, uma é condição de educação, escolaridade, vamos educar, educar e educar. E aí quando você tem, né? Dado do Censo de 2010: temos ainda de 2/3 das crianças que nascem em famílias de renda baixa. Então essa é outra particularidade. Então essa geração de jovens é uma geração pobre. Existem mais jovens nas famílias pobres. As famílias mais ricas põem menos pessoas no mundo. É o que nós temos, então é o nosso futuro. (Especialista 5. Demografia)

Sem falar de classe a gente não pode pensar em nada, sem pensar nas nossas desigualdades, porque é outra característica do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Desigualdade de gênero, desigualdade de raça, desigualdade de classe. Então não dá para falar de geração sem falar de classe, não existe uma geração homogênea. Os velhos aqui não são um grupo heterogêneo. Tem os velhos que estão indo pro baile da terceira idade, vivendo a eterna juventude, cruzeiros da CVC, mas também velhos acamados, velhos nos asilos necessitando de cuidados e isso tudo se soma a diferença de renda, de classe, de raça, porque como você envelhece depende de como foi a sua vida, como você nasceu, e em que berço que você nasceu. (Especialista 5 Demografia)

Em síntese, no Brasil o acesso diferenciado à educação, saúde, bens culturais e tecnológicos e oportunidades de trabalho, condicionado por classe, raça, gênero e sexualidade, produzem um contexto social onde mesmo dentro de uma mesma “posição geracional” comum, as vivências podem ser radicalmente distintas. Assim, a geração é um marcador social da diferença que se integra aos demais na construção de uma abordagem interseccional, mas é também uma dimensão que precisa ser enraizada em um contexto específico.

Observamos que a análise geracional no Brasil enfrenta um desafio significativo: a frequente importação acrítica de modelos e marcos temporais desenvolvidos em contextos eurocêntricos ou norte-americanos. Tais modelos, ao serem transpostos sem a devida mediação crítica, tendem a ofuscar as singularidades de uma nação com uma trajetória histórica ímpar. O Brasil tem peculiaridades: é caracterizado por um legado colonial e escravocrata, processos de industrialização tardia e urbanização acelerada, a alternância entre regimes democráticos e autoritários, um processo complexo de redemocratização, e a persistência de desigualdades socioeconômicas. Estes elementos configuram um solo histórico e social distinto, que demanda abordagens analíticas igualmente específicas.

Assim, a busca por discussões originais sobre as gerações no Brasil transcende a mera adaptação de modelos estrangeiros; ela convoca um diálogo crítico com as próprias narrativas históricas e sociológicas brasileiras. Este diálogo implica questionar quais vozes e quais experiências geracionais foram historicamente silenciadas ou sub-representadas nas análises predominantes. A superação da superficialidade no uso do termo “geração”, frequentemente reduzido a faixas etárias ou a grupos com características estereotipadas, é outro passo analítico e metodológico crucial para esta empreitada.

Ao identificar os eventos críticos e as narrativas que definem cada época, e ao investigar como diferentes grupos sociais vivenciaram e interpretaram esses momentos, poderemos avançar para discussões originais e mais robustas sobre as gerações no Brasil, reconhecendo suas especificidades e a complexa interação entre tempo histórico, biografia individual e estruturas sociais. Somente assim o conceito de geração poderá, de fato, iluminar as particularidades das dinâmicas de diferenciação e mudança social no país.

O próximo capítulo apresentará um balanço sobre como o tema das gerações vem sendo tratado na produção brasileira, principalmente nas Ciências Humanas. Com base em uma revisão bibliográfica interdisciplinar, propõe-se uma visão panorâmica do debate, com o intuito de apontar as discussões predominantes e as principais lacunas.



4 CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO: GERAÇÕES NO BRASIL

Esta seção apresenta os resultados do levantamento bibliográfico de estudos brasileiros que abordam o tema das gerações. A revisão bibliográfica interdisciplinar buscou estudos brasileiros teóricos ou empíricos que mobilizam, de alguma forma, a noção de geração. A bibliografia foi identificada, selecionada e sistematizada de acordo com procedimentos detalhados no capítulo 2. Metodologia. Esta revisão abrange principalmente as seguintes áreas: Administração, Marketing, Demografia, Economia, Psicologia, Gerontologia, Sociologia e Antropologia.

O presente capítulo se baseia em um esforço exploratório de construção de uma visão panorâmica sobre o tema em um recorte da produção acadêmica brasileira. Buscou-se identificar as linhas gerais e os rumos que o debate vem percorrendo. Esse tipo de esforço nos permite identificar as principais discussões, os temas predominantes e as lacunas que se apresentam de modo geral. Importante registrar que, dentro das tendências prioritárias, obviamente existem exceções e estudos que destoam da visão geral. Quando possível, vamos apontar esses casos, mas o objetivo era delinear o cenário de forma mais abrangente.

Tais características da pesquisa implicaram em algumas limitações que demandaram escolhas. Por isso, é importante registrar que não se trata de uma revisão exaustiva e muitos estudos, infelizmente, ficaram de fora em nome da priorização de trabalhos com diálogo mais explícito com a questão geracional e da diversificação de temas e assuntos abordados. E, por sua natureza panorâmica, esse esforço também não permitiu detalhar resultados e conclusões de cada estudo, mas apontar os caminhos gerais que as áreas vêm delineando no que diz respeito ao debate geracional no Brasil.

Esse tipo de esforço, apesar de suas restrições, nos permite traçar um cenário do debate geracional na produção brasileira, compreender seu estágio de maturação em relação ao desenvolvimento teórico e empírico e identificar saturações e ausências. Considerando a relevância do tema, suas potencialidades e a defesa de sua pertinência para uma análise das complexas dinâmicas sociais do Brasil, este levantamento e sistematização busca apontar possibilidades de aprofundamento e fortalecimento desta agenda de pesquisa no futuro. Assim, visando captar retratos do debate geracional atual, pretende-se ajudar na orientação de passos para a consolidação desta área de estudo num horizonte breve.

Este capítulo vai apresentar um panorama das abordagens geracionais nas diferentes áreas do conhecimento. Em seguida, passa pela análise de como esses estudos articulam o debate de gerações com outros marcadores sociais da diferença - gênero, raça, classe e sexualidade. Posteriormente, o capítulo descreve como esses estudos abordam diferentes temas estratégicos para a compreensão das dinâmicas sociais como: contexto econômico, contexto político, visões sobre família, valores pessoais, valores sobre trabalho, tecnologia, finanças pessoais, consumo, cultura e arte, religião, meio ambiente, participação social, políticas públicas e cuidado.

Por fim, vamos lançar um olhar para estudos que propõem a delimitação de marcos temporais brasileiros para o refinamento da discussão sobre gerações no Brasil. Tais estudos apontam eventos críticos e processos de transformação que marcaram a nossa própria história e que podem fornecer elementos-chave para a delimitação de experiências geracionais com contornos próprios por aqui.

4.1 Panorama das abordagens geracionais nas áreas de conhecimento

Nesta seção apresentamos uma visão panorâmica da forma como as diferentes áreas vêm abordando o debate geracional no contexto brasileiro. Procuramos evidenciar as principais discussões e abordagens teóricas e empíricas, revelando as contribuições de cada área, destacando o que predomina e o que falta.

Buscando complementar e enriquecer essa análise bibliográfica, serão incorporadas as percepções e elaborações tecidas pelos especialistas que contribuíram com o estudo. Eles foram estimulados a refletir sobre as principais contribuições e lacunas de suas áreas. Assim, puderam sugerir referências bibliográficas que foram incorporadas à revisão de literatura e formular suas críticas e apontamentos para agendas de pesquisa.

Antes de apresentar os dados, é importante registrar que há uma percepção compartilhada entre os especialistas das diferentes áreas sobre a escassez de elaboração teórica e desenvolvimento metodológico sobre o tema das gerações no âmbito acadêmico brasileiro. Foi possível identificar uma demanda generalizada por mais estudos sobre gerações com profundidade teórica e solidez metodológica. Ao mesmo tempo, foram apontadas dificuldades práticas para esse tipo de empreitada. Em consonância com Ferrigno (2024), pode-se dizer que a área de estudos geracionais ainda está em fase incipiente no país e são necessários esforços institucionais para fortalecer uma agenda de pesquisa coletiva sobre o tema.

A seguir, a fala de especialista em Marketing sobre o estágio do debate de gerações no Brasil hoje – área onde o tema tem mais visibilidade que em outras, mas ainda com pouco desenvolvimento acadêmico e científico:

Eu vejo como algo que a gente começou a discutir um pouco mais hoje, mas ainda não sinto muita força. Pelo menos na academia ainda falta muito. Estamos avançando, conheço pessoas que estudam isso, que já estão com tema no doutorado, mestrado, mas não sinto academia abraçando com muita força. (...) Sinto que é algo ainda que a gente precisa colocar mais em pauta, trazer pra discussão, justamente pra melhorar essas relações, as questões todas que envolvem preconceito e as etiquetas que são colocadas. Acho que ainda falta por ser um tema tão abrangente, atingir tantas áreas diferentes, tantos assuntos diferentes. Eu vejo que ainda é algo que a gente tá engatinhando, mas começamos, né? Esse é um ponto importante também (Especialista 1. Marketing e Comunicação).

Como veremos, a noção de “geração” é usada de formas variadas pelos estudos. Nesta análise bibliográfica também pudemos observar a polissemia e fluidez do termo, tal como discutido na seção 3.1. Muitos trabalhos usam a noção de geração como sinônimo de ciclo de vida (infância, juventude e velhice), outros como coortes etárias da população e alguns como grupos sociais que compartilham experiências históricas e culturais.

A adoção das categorias internacionais ainda predomina, mas é possível observar alguns esforços na direção de problematização dessa adesão, de proposição de recortes temporais e nomenclaturas mais aderentes à realidade brasileira.

A análise da discussão geracional nas diferentes áreas de conhecimento revela que a categoria geração pode, de fato, se articular à investigação das mais diversas temáticas e com recortes empíricos variados, ressaltando sua força como dimensão explicativa das dinâmicas sociais. Este esforço permitiu mapear de forma sistemática como cada área do conhecimento se posiciona e contribui para a discussão geracional, revelando as convergências, divergências e os focos específicos que caracterizam a produção acadêmica nacional. A seção oferece não apenas um mapa do que é discutido, mas um guia de como as diferentes lentes acadêmicas constroem o complexo mosaico do debate geracional no Brasil.

Abaixo, apresentamos uma breve descrição do cenário da discussão geracional nas áreas analisadas na revisão bibliográfica deste estudo.

• Psicologia

A principal discussão que perpassa o conjunto de textos desta área é a complexidade das relações intergeracionais na sociedade contemporânea, com suas dinâmicas, desafios e oportunidades. A Psicologia presta atenção especial às relações geracionais no ambiente doméstico e familiar, ainda que o espaço de trabalho também seja alvo de interesse de alguns estudos.

Pereira (2014) e Ribeiro (2016) investigam as relações no ambiente familiar, analisando a transmissão de valores e representações sociais entre pais, filhos e avós, e as mudanças e continuidades que ocorrem nesse processo. Camargo et al. (2014) abordam as representações sociais do envelhecimento entre diferentes gerações em contextos culturais distintos (Brasil e Itália). Os estudos de Comazzetto et al. (2016) e Chiuizi et al. (2011) tratam das diferenças e semelhanças entre gerações (como *Baby Boomers*, Geração X e Geração Y) no mercado de trabalho, suas expectativas e desafios de gestão. Há um consenso, particularmente articulado por Ferrigno (2009) e França et al. (2010), sobre a necessidade de promoção da solidariedade, cooperação e diálogo intergeracional para superar preconceitos e conflitos, e para garantir a transmissão cultural e de saberes, reconhecendo a pessoa idosa tanto como mestre quanto aprendiz.

Os textos definem ‘geração’ como um grupo de indivíduos que, por compartilharem um mesmo período de nascimento, vivenciaram eventos sociais marcantes durante fases cruciais de seu desenvolvimento – o que, por consequência, moldou suas crenças e valores. Embora os textos tragam certa complexidade na conceituação de geração, abordando-a como uma construção social baseada em determinado contexto histórico-social, e buscando intersecção com marcadores sociais (de gênero, principalmente), as pesquisas empíricas não incorporam esses elementos na construção de sua metodologia. Observamos que nos estudos empíricos o recorte de participantes é geralmente delimitado por cortes etários pré-definidos e genéricos, e a partir deles, coletam-se percepções e opiniões. Não se adota o caminho inverso: coletar visões de mundo para, então, delimitar os grupos geracionais, muito menos basear essa segmentação em marcos históricos e sociais específicos do Brasil.

Nas entrevistas com especialistas, identificaram-se percepções relevantes sobre as contribuições e lacunas da Psicologia no debate intergeracional.

Evidenciou-se, por exemplo, uma deficiência na formação acadêmica sobre o tema, o que limita oportunidades para que pesquisadores desenvolvam estudos e teorias robustas sobre gerações. A perspectiva psicológica é muito baseada na visão de ciclos de vida, devedora da psicologia

do desenvolvimento humano e com interesse predominante pela infância.

A Psicologia, infelizmente, não trabalha muito com as questões geracionais propriamente ditas. A grande parte dos estudos está olhando para a infância e juventude de forma muito recortada. É uma lacuna enorme na formação curricular. E aí prevalece a psicologia da do desenvolvimento humano, que é por onde a nossa cultura brasileira e a nossa organização jurídica segue. Esse pensamento de dividir o ciclo de vida em infância, juventude, adulto e velhice. Existem outras teorias sobre o desenvolvimento humano, mas essa é a que acabou organizando a nossa sociedade. Mas eu diria que há uma iniciativa de profissionais da psicologia olhando para gerações e para o envelhecimento. Mas são poucos ainda. E é como categoria prática e não é não como conceito (Especialista 3. Comunicação, Gerontologia).

Outro ponto observado é de que há um olhar muito recortado e focado nas relações geracionais familiares, o que dificulta que a temática seja trabalhada em outras organizações e instituições que contam com a atuação de profissionais da Psicologia.

Se a psicologia discutisse intergeracionalidade além da família ela poderia contribuir formando profissionais e esses profissionais estariam levando essas informações para os seus respectivos lugares, o trabalho em serviços públicos, nas organizações, estaria tendo uma capilaridade, mas se você não promove essa educação.... (Especialista 3. Comunicação, Gerontologia)

• **Economia e Demografia**

Economia e Demografia serão analisadas de forma conjunta, pois as áreas têm muita interlocução e se assemelham em seus enquadramentos, objetos e argumentos. De modo geral, os textos destas áreas abordam o conceito de “geração” principalmente como coortes etárias distintas que vivenciam fenômenos sociais e econômicos. A principal discussão dos textos gira em torno do envelhecimento populacional acelerado no Brasil e suas múltiplas implicações, especialmente de natureza econômica, e a preocupação com a sustentabilidade previdenciária.

Essa avaliação é compartilhada por alguns especialistas consultados no estudo, como fica evidente nas críticas tecidas a seguir:

Tem uma parte da academia que trabalha com transferências intergeracionais, gasto público, previdência... Todo aquele discurso que se gasta muito mais com idosos do que com crianças e jovens, esse é um olhar fiscalista para essa questão, é a visão predominante da área econômica sobre o debate geracional. (Especialista 5. Demografia)

A economia ainda está devendo muitas respostas na questão do envelhecimento e das relações geracionais. Se você perguntar para um economista como você vê o problema do envelhecimento populacional, a primeira coisa que ele vai falar para você é a questão fiscal e a questão do sistema de previdência, ele não enxerga outra coisa. É preciso uma visão mais holística da economia, como a área, para dar resposta às transformações demográficas e econômicas. (Especialista 2. Economia).

O grande desserviço da Economia é tratar o envelhecimento como um problema econômico, como um custo e como um fardo para o Estado. É assim que é alimentada uma guerra geracional. Os líderes explicaram para os jovens que o fato deles não terem trabalho, da economia não conseguir mais reproduzir o nível de bem-estar dos avós era culpa dos próprios avós, que recebiam aposentadorias muito “generosas”. (Especialista 2. Economia)

Muitos autores como Felix (2019), Camarano (2002) e Flores (2015) observam o nível macroestrutural e tratam da transformação demográfica que o Brasil vem enfrentando e que resulta em famílias com menos crianças e mais idosos. Costanzi et al. (2017) e Flores (2015) destacam o impacto fiscal do envelhecimento na Previdência Social e nos sistemas de saúde, apontando para a insustentabilidade das regras atuais e a necessidade de reformas. Felix (2019, 2007) e Flores (2015) propõem uma mudança de visão em relação aos supostos custos do envelhecimento para a sociedade, apresentando a ideia de oportunidade de desenvolvimento econômico, impulsionada pela “economia da longevidade” e pela gerontecnologia.

Analisando também o nível das dinâmicas familiares, Camarano (2002, 2003), Alonso (2011), Ribeiro et al. (2014) e Coutinho et al. (2014) exploram a heterogeneidade das condições de vida das pessoas idosas no Brasil, seu papel de apoio financeiro e de cuidado nas famílias, enfatizando que o envelhecimento não significa necessariamente dependência. Tratam também de aspectos como transmissão intergeracional da pobreza e das desigualdades educacionais e raciais.

Camarano (2002, 2003) e Alonso (2011) partem da noção de geração para discutir relações intergeracionais de apoio que produzem fluxos de

recursos (materiais, de tempo e de cuidado) dentro da instituição familiar. Esses estudos destacam a intergeracionalidade como eixo estruturante da sobrevivência das famílias e do pacto intergeracional que sustenta o sistema de bem-estar social brasileiro, através do cuidado familiar e do custeamento da Seguridade Social. Já Ribeiro et al. (2014) e Coutinho et al. (2014) usam “geração” como base para investigar a transmissão da pobreza e das desigualdades (educacionais, ocupacionais e raciais) entre pais e filhos, evidenciando como condições de uma geração afetam a seguinte.

Ou seja, identificamos alguns estudos que cruzam a discussão geracional com outros marcadores e tratam de desigualdades, mas segundo um especialista que participou do estudo, essa não é a tendência predominante do debate geracional nas áreas de Economia e Demografia. Estes campos do saber, no entanto, têm se beneficiado de algum diálogo com estudos de gênero, que trazem novas problematizações:

Mas, por exemplo, na área de gênero, tem mais avanços nessa questão, estão falando das mulheres jovens que deixam de estudar ou de trabalhar para cuidar e isso vai implicar no futuro, na carreira, e provoca esse debate para reforçar a questão das políticas de cuidado. O fato de você não ter uma política de cuidado inclusive para a primeira infância, a importância de você ter política de cuidado mais ampla e abrangente, até para que a fecundidade volte a aumentar. Essa é uma discussão que está acontecendo mais nos estudos de gênero. (Especialista 5. Demografia)

A partir da bibliografia consultada, observamos que essas áreas geralmente abordam geração como coortes etárias da população ou como posições sociais na linhagem familiar (avós, pais, filhos e netos). Os trabalhos geralmente têm o cuidado de incorporar o contexto socioeconômico, os marcadores sociais (gênero, raça, classe, local de residência) e as políticas públicas. Mas, não fazem discussões teóricas e nem metodológicas sobre a dinâmica geracional. Há pouca preocupação em definir o que é uma “geração” e o foco recai nos efeitos sociais das mudanças demográficas, bem como nas novas demandas de seguridade social para o futuro.

Também é possível fazer questionamentos metodológicos, pois a maior parte dos estudos empíricos trata de geração de forma estática e não dinâmica, que vai transformando os grupos sociais ao longo do tempo. Assim, a dimensão temporal das dinâmicas geracionais não é consistentemente enfrentada. Ademais, há escassez de estudos longitudinais que acompanhem grupos geracionais ao longo do tempo e possibilitem comparações.

A citação abaixo expressa essa percepção e crítica, especialmente focada na Demografia, mas que também pode se aplicar, de certa forma, à Economia:

Eu não tenho visto a demografia trabalhar com gerações, quando trata é uma coisa estanque. Eu acho que uma coisa é você estudar juventude isoladamente, outra coisa é você estudar juventude no enfoque de gerações. Tem muitos estudos que falam de momentos de ciclos de vida isolados, infância e velhice como momentos recortados e isolados, falta essa visão mais geracional do processo, o processo temporal é meio negligenciado, de forma geral. (...) Você teria que fazer os estudos e pensar dentro dessa perspectiva, longitudinal (Especialista 5. Demografia).

• Marketing e Administração

Os textos dessas áreas discutem principalmente a relação entre geração, consumo, trabalho e tecnologia. Na área de Administração, destaca-se a análise dos comportamentos e conflitos geracionais no ambiente profissional, com foco em estilos de liderança, comunicação e expectativas em relação ao trabalho.

Predomina uma abordagem que entende as gerações a partir dos recortes de períodos histórico-sociais, focando nos comportamentos e valores associados a determinados contextos temporais. Diferente de áreas como Antropologia e Psicologia, os estudos de Administração e Marketing tendem a se concentrar menos nas categorias de ciclo de vida — como juventude ou velhice — e mais nas gerações, como em grupos definidos por experiências sócio temporais comuns.

No geral, os textos referem-se às classificações internacionais predominantes de gerações (Batista, Bessa, 2023; Almeida et al., 2016; Fantini & Souza, 2015; Moraes et al., 2016; Melo et al., 2019; Silva, 2022; Rudge et al., 2017; Severo et al., 2017). Importante registrar que alguns estudos questionam a validade das classificações geracionais importadas, defendendo a necessidade de recortes mais contextualizados para o Brasil. É o caso de Milhome (2022), Milhome e Rowe (2021) e Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012), que criticam essa simplificação e argumentam que a realidade sociocultural, os eventos históricos, a situação de classe e as relações familiares e de parentesco são elementos fundamentais para a formação de uma geração em um contexto nacional. A desigualdade social no Brasil é fator que impediria a existência de uma “geração planetária” homogênea, de acordo com Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012), que também defendem o uso de “juventudes” no plural para representar a diversidade de experiências juvenis no país. Mas, no geral, os trabalhos buscam a compreensão das características, valores e comportamentos das diferentes gerações, de acordo com as nomenclaturas dominantes (*Baby Boomers*, X, Y e Z) e com interesse especial ao uso da

tecnologia, padrões de consumo e comportamento no trabalho.

Na área de Administração, muitos estudos são empíricos, coletando dados primários através da aplicação de questionários (Ribeiro & Chiusoli, 2023; Fantini & Souza, 2015; Milhome e Rowe, 2021; Milhome, 2022; Severo et al., 2017; Morais et al., 2016), e/ou entrevistas em profundidade (Rudge et al., 2017; Almeida et al., 2016; Vaccari, Cohen & Rocha, 2016).

Já na área do Marketing há maior escassez de trabalhos empíricos, como evidencia também a fala abaixo de Especialista na área. E, de modo geral, nas duas áreas há pouco investimento teórico e analítico na problematização e elaboração das categorias ligadas ao debate geracional.

Na área de marketing você vai encontrar muita gente falando sobre comportamento, livros que falam de tipos de gerações e o Marketing 5.0, Marketing para geração Z, mas muita coisa muito fraca. Tem essas questões com relação ao trabalho e no Marketing ainda precisa de embasamento, e eles não fazem isso. Enfim, tem muita fala sobre isso, mas que muitas vezes não, não entram profundamente no tema, ficam em estudos rasos, sem base empírica (Especialista 1. Marketing e Comunicação).

Mas é importante registrar que as duas áreas se destacam pelos esforços de aplicação prática da discussão geracional, o que se expressa na elaboração de ferramentas de gestão e de personalização de produtos e serviços.

Então acho que o marketing tem muito a contribuir com isso, né? Com essas questões de comportamento, de consumo, com essas questões mais mercadológicas, porque acho que isso faz com que a gente tenha produtos melhores, serviços mais bem pensados para essas pessoas, personalizados. Desde saúde, viagem e serviços de todos os tipos. (Especialista 1. Marketing e Comunicação)

A principal contribuição da Administração para a discussão geracional vem desse olhar para o trabalho, que é onde a gente passa grande parte da nossa vida adulta. Muitas das nossas relações e até da nossa construção enquanto indivíduo vem das relações no trabalho e de como a gente vive a realidade de trabalho. (...) Isso impacta no nosso bem-estar emocional. Entender o contexto do trabalho, como ele é afetado pelas mudanças na sociedade e como é vivido pelas diferentes gerações, isso é muito importante. A contribuição da Administração é entender essas diferenças em relação ao trabalho e à interação entre as pessoas dentro do trabalho, porque isso vai impactar diretamente a vida dela dentro e fora do trabalho. (Especialista 7. Administração)

• Gerontologia

A discussão geracional na área concentra-se na perspectiva da velhice e da experiência do envelhecimento, com um foco particular nos desafios, preconceitos e necessidades de suporte às populações idosas. Os textos da área convergem na crítica às estigmatizações da velhice e na defesa de abordagens mais humanas e integradas. O conceito de “geração” é abordado a partir da perspectiva de grupos etários em determinados ciclos da vida, com interesse predominante pela velhice.

Castro et al. (2024) e Pazos et al. (2024) utilizam o termo explicitamente ao discutir a intergeracionalidade, definindo-a como a interação planejada entre pessoas de diferentes idades e contextos histórico-sociais para mútuo aprendizado e desenvolvimento. Pazos (2024) aponta ainda para a necessidade de uma “cultura organizacional geracional” e para o combate a “diferenças geracionais” no trabalho. Barbosa et al. (2023) reconhece os “conflitos geracionais entre idosos e jovens” e propõem um “pacto social de educação” para promover uma “convivência respeitosa e empática entre as gerações” como forma de combater o ageísmo. De forma mais implícita, Antunes (2010) através das narrativas das travestis entrevistadas, mostra a “geração” como um ponto de referência e inspiração; as travestis mais velhas são vistas como “precursoras” e “modelos” para as mais novas, compartilhando suas trajetórias de luta e resiliência. Barros e Barros (2014) discutem as “relações geracionais” dentro das famílias e como as mudanças socioculturais influenciam as impressões e expectativas dos idosos sobre elas. Mendes e Côrte (2009) abordam o contexto social e a longevidade para apontar as diferenças nas relações interacionais na família.

Os textos da área de Gerontologia tendem a discutir os efeitos do envelhecimento nas trajetórias das pessoas, apontar os impactos do etarismo e propor intervenções, visando o bem-estar e a melhoria da vida das pessoas idosas. Assim, a discussão geracional parte sempre do lugar das pessoas idosas, incorporando pouco a análise relacional ou comparativa com outras gerações.

Vieira et al. (2024) abordam a criação e validação de um instrumento (QualificaLPI) para autoavaliação da qualidade do cuidado em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), visando a melhoria do bem-estar dos residentes. Em contraste, Barbosa et al. (2023) exploram as repercussões do ageísmo (etarismo) direcionado a pessoas idosas durante a pandemia de COVID-19, revelando estereótipos de fragilidade, a necessidade de um pacto social e educação para o combate ao preconceito. Antunes (2010) trata da experiência do envelhecimento de travestis, destacando a dupla estigmatização (idade e gênero) e a urgência de políticas públicas que lhes garantam dignidade e reconhecimento desde cedo. Pazos et al. (2024)

examinam o impacto do idadismo no mercado de trabalho para pessoas idosas, ressaltando a escassez de estudos sobre a saúde do trabalhador idoso e a necessidade de políticas inclusivas. Castro et al. (2024) discutem a promoção da saúde da pessoa idosa através da intergeracionalidade, enfatizando a educação e programas intergeracionais como meio de fomentar o protagonismo e o envelhecimento bem-sucedido. Barros e Barros (2014) e Mendes e Côrte (2009) complementam essa discussão ao explorar as memórias, relações familiares e o ambiente que influenciam a vida e o bem-estar dos idosos. A Gerontologia é uma área interdisciplinar e com abordagens muito variadas. Mas a análise dos textos selecionados revelou uma preocupação em comum: são voltados à avaliação e recomendações para qualidade de vida das pessoas idosas. Os textos discutem ações práticas e aplicadas, o que é uma contribuição relevante. Por outro lado, não foi possível observar nenhum esforço de teorização sobre “gerações” ou mesmo de problematização ou adesão a uma perspectiva consolidada. O uso do termo geração é impreciso e se refere apenas a grupos etários de idades diferentes. A discussão geracional aqui se presta, fundamentalmente, a conduzir o debate para a intergeracionalidade, aspecto considerado importante para qualidade de vida e saúde das pessoas idosas.

• Sociologia

Os textos de Sociologia demonstram um esforço teórico em discutir o conceito de geração de forma crítica, questionando abordagens que o reduzem a recortes temporais fixos e desconsideram fatores históricos, sociais e os processos de subjetivação. Karl Mannheim é amplamente referenciado como base conceitual. Além disso, é comum que o debate se articule aos ciclos de vida — como juventude, envelhecimento e velhice — e a reflexões sobre intergeracionalidade e convivência entre gerações, especialmente no contexto familiar, ressaltando que gerações coexistem, se influenciam e são moldadas por relações sociais e simbólicas.

O conjunto de textos discute, fundamentalmente, a complexidade e a relevância do conceito de “geração” nas análises sociológicas e em campos correlatos, explorando como as experiências geracionais são moldadas por diferentes contextos. Weller (2010) foca na atualidade e potencialidades do conceito de geração de Karl Mannheim para os estudos contemporâneos, enfatizando sua natureza sócio-histórica em detrimento de visões biológicas. Domingues (2002) propõe uma reconceitualização de gerações com foco em sua heterogeneidade na modernidade e com especial interesse à discussão de subjetividade coletiva. Motta (1999, 2017) estende essa discussão para o tema da longevidade e das famílias multigeracionais no Brasil, analisando a superposição de papéis e a dinâmica de apoio e conflito (inclusive expresso

em violência) entre gerações, com forte ênfase na articulação com as categorias gênero e classe. Hooper (2017) aborda a formação de gerações em momentos traumáticos da história brasileira, como a “Geração AI-5” no Brasil. Já Ramos (2014) trata das relações intergeracionais construídas entre avós e netos, analisando como as experiências urbanas e o uso da tecnologia influenciam a proximidade afetiva e a socialização dessas duas gerações no ambiente familiar. Por fim, Medeiros et al. (2019) estudam o planejamento gestacional sob a ótica de diferentes gerações de mulheres, revelando seus impactos na qualidade de vida da mãe e do bebê, as mudanças no ambiente familiar e nas visões sobre família.

Em suma, os textos convergem na importância de se olhar para as gerações como categorias dinâmicas, influenciadas por fatores sociais, econômicos e culturais, seja no âmbito familiar, político ou pessoal. Nessa área, também observamos maior disposição para elaborações e problematizações de natureza teórica e metodológica.

Os textos que se dedicam à discussão teórica do conceito, como Weller (2010) e Hooper (2017) referenciam Karl Mannheim como o principal autor no desenvolvimento da questão geracional de forma sistemática. Eles sublinham que para esse autor, geração vai além da data de nascimento, sendo definida pela participação em um mesmo processo sócio-histórico e pela vivência de influências homogêneas. Motta (1999) aprofunda essa abordagem e explicita a polissemia do termo, diferenciando “coorte” (referência estatística), “grupos etários” (categorias de idade com atributos culturais) e “geração” (coletivo que compartilha experiências em um tempo social) e enfatiza que as gerações coexistem em um jogo contínuo de poder. Enquanto Hooper (2017) nota que o conceito de geração tem sido frequentemente “embaralhado” com o de juventude, Motta (1999) destaca a instabilidade teórica e a pouca atenção dada às posições sociais geracionais. Já Ramos (2014) e Medeiros et al. (2019) empregam o conceito de “geração” de forma mais aplicada, ao estudar as relações e experiências de grupos etários específicos (avós/netos e mulheres em diferentes fases da maternidade, respectivamente), sem aprofundar-se em sua teorização abstrata.

• Antropologia

Nos textos de Antropologia analisados, observa-se que a noção de geração não é tratada apenas como um recorte temporal rígido, associado a nomenclaturas amplamente difundidas que pressupõem grupos coesos e homogêneos. Ao contrário, os autores frequentemente mobilizam o conceito de geração para refletir sobre dinâmicas relacionais e contextuais, como as posições etárias dentro da estrutura familiar — por exemplo, a geração dos

pais, dos avós ou dos filhos — ou para marcar etapas específicas do ciclo de vida, como juventude, maturidade ou velhice. Com isso, a categoria geração adquire sentidos mais situados, que articulam idade, experiência social e posição relacional

Os textos discutem principalmente a heterogeneidade das experiências de envelhecimento e a complexidade das relações intergeracionais em diversos contextos sociais e culturais, buscando desconstruir estereótipos e concepções homogêneas.

Debert (1998, 2012) e Brandão e Côrte (2016) investigam as narrativas do envelhecimento na Gerontologia social, visando identificar estereótipos e promover uma visão mais qualificada do processo de envelhecimento. Barros (2006, 2009, 2013) se dedica à investigações sobre velhice, com especial atenção as interseções de classe, gênero e geração. A autora traça a trajetória dos estudos antropológicos sobre a velhice no Brasil, enfatizando a pluralidade das trajetórias de vida, de memória e de sociabilidade. Alcântara (2010) enfrenta a discussão geracional por meio de uma análise empírica das trocas intergeracionais de apoio familiar em domicílios multigeracionais em áreas urbanas e rurais, evidenciando a fluidez e as contradições dessas relações, bem como o impacto da aposentadoria na redefinição de papéis familiares.

Os textos abordam o conceito de “geração” de maneira complexa e multifacetada e trazem problematizações teóricas e empíricas. Alcântara (2010) define geração não apenas como uma coorte de idade (dimensão demográfica) ou filiação (etnológica), mas como um grupo que compartilha a experiência de envelhecer de forma singular. Barros (2013) também salienta que pertencer a uma geração implica em ocupar uma posição específica na vivência de certos acontecimentos, o que molda trajetórias de vida, projetos e memória. Barros (1989) aprofunda essa perspectiva destacando o papel da memória nesse debate e argumentando que pertencer a uma geração não é apenas participar de um mesmo momento histórico, mas estar em uma posição específica para vivenciar esses acontecimentos.

Henning (2008, 2014, 2017) oferece uma contribuição importante ao debate quando cruza as noções de geração e sexualidade. Ao focar especialmente nos homens homossexuais, o autor evidencia como a velhice se torna um terreno de disputas: de um lado, a pressão pelo cumprimento de um ideal heteronormativo de “boa velhice”; de outro, as possibilidades de resistência e ressignificação que emergem na valorização de corpos maduros e experiências acumuladas. Nesse movimento, Henning expõe como os marcadores sociais da diferença - geração, sexualidade, classe, gênero e raça - se entrelaçam, gerando vivências diversas e, muitas vezes, hierarquizadas. Ao trazer à tona as “diferentes diferenças” que atravessam as

gerações, o trabalho amplia o horizonte dos estudos sobre envelhecimento e desafia tanto as visões homogêneas da velhice quanto a noção de que a comunidade LGBTQIAP+ seria igualmente inclusiva para todos os seus membros.

A análise da literatura e das entrevistas com especialistas revela um panorama fragmentado, mas rico, sobre o debate geracional no Brasil. Três temas recorrentes emergem com clareza, ainda que com abordagens distintas.

O primeiro é a preocupação macroestrutural com o envelhecimento populacional e seus impactos, uma pauta dominante na Economia e na Demografia, focada na sustentabilidade de sistemas previdenciários e de saúde. O segundo tema é o das relações e transmissões no âmbito micro, especialmente na família, que constitui o principal objeto da Psicologia, Sociologia e Antropologia, onde se exploram as dinâmicas de apoio, conflito e transferência de valores e capitais. Por fim, um terceiro eixo, de natureza mais aplicada, investiga as diferenças de comportamento geracional no trabalho e no consumo, sendo este o foco da Administração e do Marketing. Atravessando todos esses campos, nota-se uma instabilidade conceitual, onde “geração” é mobilizada ora como coorte demográfica, ora como posição na linhagem familiar ou como um grupo sócio-histórico com uma consciência coletiva.

As contribuições da literatura analisada são notáveis, a Sociologia e a Antropologia fornecem uma densidade teórica e crítica, a Economia e a Demografia ancoram o debate em dados materiais e estruturais e a Gerontologia e a Psicologia trazem à tona as dimensões do cuidado, do bem-estar e da subjetividade.

Contudo, emergem lacunas significativas que limitam a profundidade da discussão. A principal delas é de ordem metodológica: observa-se uma forte dependência de modelos geracionais importados e pouco adaptados à realidade brasileira, especialmente em Marketing e Administração, e um descompasso, como no caso da Psicologia, entre uma conceituação complexa e uma operacionalização empírica simplificada, baseada em recortes etários genéricos. Além disso, a carência de estudos longitudinais em quase todas as áreas impede uma compreensão mais dinâmica de como as gerações se transformam e interagem ao longo do tempo.

Por fim, é possível identificar gargalos que dificultam um debate mais produtivo e integrado sobre o tema no Brasil. O primeiro é a própria polissemia do conceito de “geração”, cuja imprecisão permite usos superficiais e dificulta o diálogo interdisciplinar. O segundo é a predominância de uma narrativa “fiscalista” e economicista que enquadra o envelhecimento como um “problema” ou “fardo”, alimentando uma retórica de “guerra geracional” que obscurece as dimensões de solidariedade e interdependência.

4.2 Articulação da discussão geracional com outros marcadores sociais da diferença

Nesta seção, a análise aprofunda a articulação do conceito de geração com outros marcadores sociais da diferença que são fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira: gênero, classe, raça e sexualidade. O material a seguir explora como a literatura acadêmica investigada realiza (ou deixa de realizar) essa intersecção, detalhando o nível de centralidade que cada marcador ocupa nas diferentes áreas do conhecimento. Buscou-se traçar um panorama que evidencia não apenas as contribuições existentes, mas também as lacunas e os tratamentos desiguais, revelando um campo de estudo com avanços notáveis em certas áreas e silêncios eloquentes em outras.

A pertinência deste tipo de análise reside na necessidade de superar uma visão genérica e universalizante de “geração”. Um evento histórico, uma crise econômica ou uma transformação cultural não são vivenciados da mesma forma por todos os membros de um mesmo grupo geracional. Portanto, cruzar o debate geracional com outros marcadores sociais da diferença é um passo metodológico essencial para conferir complexidade e precisão à análise, desfazendo generalizações e revelando as múltiplas e desiguais realidades que coexistem dentro de um mesmo recorte geracional.

Para além de uma simples comparação entre grupos, a incorporação desses marcadores aponta para a importância de consolidar um debate verdadeiramente interseccional nos estudos sobre gerações. Uma abordagem interseccional não apenas soma categorias, mas busca compreender como se entrelaçam e se constituem mutuamente ao longo do tempo histórico para produzir experiências geracionais específicas. Como será visto a seguir, embora essa perspectiva ainda seja incipiente na maioria dos trabalhos, os estudos que a adotam demonstram seu imenso potencial analítico para desvendar as complexas dinâmicas que estruturam a sociedade brasileira, tornando-a um caminho indispensável para o futuro da pesquisa na área.

- **Gênero**

Ainda que com uma variação no aprofundamento, estudos de todas as áreas reconhecem o gênero como um marcador social da diferença fundamental nos estudos sobre gerações, dado que molda e diferencia as experiências, os papéis, os desafios e as percepções das diferentes gerações. No tratamento desta intersecção, destacam-se as áreas da Sociologia, Antropologia e Psicologia, abordando principalmente os papéis de gênero nas famílias e as desigualdades na divisão sexual do trabalho, com base na concepção de geração como ciclo de vida e papel familiar.

Na Sociologia, há uma predominância de estudos empíricos qualitativos que realizam entrevistas com pessoas de diferentes gêneros que compõem uma geração específica e desenvolvem uma análise comparativa (Medeiros et al., 2019; Motta, 1998, 1999, 2010, 2017; Ramos, 2014).

Para a socióloga Alda Britto da Motta, é fundamental tratar de gênero, além de classe, ao estudar geração (Motta, 1998, 1999, 2010, 2017). A autora entende a experiência em diferentes ciclos de vida (infância, juventude e velhice) se diferencia conforme o gênero, enquanto parte de uma construção social e cultural. Ao entrevistar mulheres e homens da mesma geração vivenciando a velhice, constatou que os papéis socialmente atribuídos a cada grupo ao longo da vida produzem diferentes percepções sobre liberdade e autonomia no envelhecimento (Motta, 1999).

Gênero e idade/geração são dimensões fundantes de análise da vida social. Expressam relações básicas, por onde se (entre)tecem subjetividades, identidades e se traçam trajetórias. Proposta uma análise da condição social atual de velho, não há como fazê-la sem esse conhecimento sobre os diferenciais de gênero e de classe social que a constituíram internamente e lhe dariam específicos sentidos (Motta, 1999, p. 207).

Semelhante à Sociologia, na Antropologia os estudos são predominantemente empíricos e qualitativos, realizados por meio de etnografias e entrevistas, principalmente com mulheres, tendo gênero como um marcador social central na análise (Alcântara, 2010; Barros, 2013; Machado & Barros, 2009; Peixoto & Luz, 2007; Henning, 2008, 2014).

A antropóloga Myriam Lins de Barros entende que, afora classe, o gênero também é um marcador social indispensável para compreender as distinções tanto em uma mesma geração quanto entre as gerações (Barros, 2006; Barros, 2013; Machado & Barros, 2009). Ao investigar as (des)continuidades nas representações de gênero em três gerações de famílias (avós, mães e filhas), identificou algumas mudanças e diferenças como redução do tamanho dos grupos familiares, aumento da escolaridade e

participação no mercado de trabalho, além transformações na relação com a religião.

As próprias condições de geração e de gênero são construídas em campos sociais específicos que marcam diferentemente as relações das mulheres de gerações e de camadas sociais distintas com a família, com o trabalho e com a religião (Machado & Barros, 2009, p. 390).

Na Psicologia, boa parte das pesquisas empíricas tem um escopo que abrange a mesma proporção de homens e mulheres - ainda que algumas não se aprofunde analiticamente na discussão sobre gênero (Comazzetto et al., 2016; Souza, 2021). Destaca-se a pesquisa realizada por Camargo et al. (2014), que buscou investigar as representações sobre o processo de envelhecimento, identificando as diferenças entre homens e mulheres. Já a investigação de Ribeiro (2016) se concentrou nas mudanças nos papéis sociais dos membros da família ao longo da história e em diferentes gerações. Nos estudos teóricos, há discussões sobre as diferentes experiências de homens e mulheres da mesma geração no âmbito familiar e na carreira (Magalhães & Borges, 2011), bem como sobre a discussão intergeracional na família que envolve a atribuição do cuidado às mulheres, gerando conflitos e sobrecarga de trabalho e impactando a saúde mental (Rabelo, 2014).

Mesmo que com menor frequência ou centralidade, as áreas da Administração, Economia e Gerontologia também fazem intersecção entre geração e gênero. Na Administração, destacam-se pesquisas empíricas quantitativas, com base em questionários, e qualitativas, com base em entrevistas, abordando a presença das mulheres no mercado de trabalho (Menezes et al., 2016; Melo et al., 2019; Milhome, 2022). Na economia, as pesquisas são majoritariamente quantitativas, baseadas em dados secundários, aprofundando-se nas discussões acerca das desigualdades socioeconômicas de gênero e o impacto das mudanças demográficas na formação familiar (Camarano, 2002, 2003; Flores, 2015; Alonso, 2011). Por fim, na Gerontologia, pesquisas quantitativas e qualitativas discutem as diferenças nas experiências da velhice entre homens e mulheres (Mendes & Cortê, 2009; Barros & Barros, 2014).

Gênero é um marcador social com forte presença nos estudos sobre geração em todas as áreas do conhecimento investigadas no estudo. A Sociologia e a Antropologia são destaques quanto ao volume de pesquisas empíricas que fazem intersecção entre geração e gênero, ainda que sejam proeminentemente qualitativas, faltando análises longitudinais e quantitativas que possam explorar as discussões à nível macro (como

observado com maior frequência na Economia/Demografia). A Psicologia também se dedica à discussão de gênero, principalmente nas pesquisas empíricas qualitativas. Mesmo com uma coleta que incorpora homens e mulheres, alguns trabalhos não fazem análises comparativas entre os grupos, aprofundando a discussão de gênero. Isso também ocorre em pesquisas realizadas no âmbito da Administração.

Em síntese, mesmo sendo uma dimensão trabalhada em diversos estudos das diferentes áreas do conhecimento, ainda há limites na aplicação de gênero como um marcador social da diferença central nas análises geracionais, seja pela abrangência metodológica ou pela falta de aprofundamento analítico. Nas áreas em que há mais intersecção com gênero, as discussões são baseadas principalmente na noção de ciclo de vida ou no papel social familiar, sendo pouco explorada a noção de geração como categoria delimitada por grandes marcos históricos e sociais.

• Classe

A centralidade da classe social como categoria analítica no debate geracional é inquestionável, porém, sua aplicação varia drasticamente entre as disciplinas, revelando diferentes enfoques metodológicos e problemas empíricos. Na Sociologia, Economia e Demografia, a classe é o alicerce para explicar como as desigualdades se perpetuam e moldam as experiências de vida. Inspirando-se em Mannheim, Weller (2010, p. 210) identifica um paralelo fundamental: tanto a classe quanto a geração definem um lugar social no mundo. Segundo Weller:

A situação de classe e a situação geracional apresentam aspectos similares devido à posição específica ocupada pelos indivíduos no âmbito sócio-histórico. Mas essa posição gera uma modalidade específica do viver e do pensar, da forma como os membros interferem no processo histórico, ou seja: uma tendência inerente a cada posição e que só pode ser determinada a partir da própria posição (Weller, 2010, p. 211).

Quando o debate geracional faz a intersecção com classe, os problemas investigados são concretos: a seguridade social, a previdência e o acesso a bem-estar, saúde e lazer são analisados através do prisma da renda e da posição socioeconômica de grupos geracionais específicos, elucidando como a classe determina drasticamente as condições na velhice, por exemplo. Áreas como Economia, Demografia e Administração apresentam com maior frequência estudos quantitativos, recorrendo tanto a dados de fonte primária quanto secundária, o que contrasta com a presença de abordagens qualitativas do tema da classe em campos como a Sociologia e a Antropologia.

No âmbito dos estudos familiares, a classe é um recorte crucial para desvendar as dinâmicas das relações intergeracionais. A interação entre geração e classe se dá de forma material e relacional: a capacidade de uma geração mais velha de auxiliar financeiramente a mais jovem ou a necessidade inversa, redefine hierarquias, projetos de vida e até a coabitação, tornando a classe um determinante não apenas das condições de vida, mas das próprias dinâmicas de solidariedade e conflito familiar. Metodologias qualitativas e quantitativas demonstram como a dependência financeira ou o papel de provedor influenciam as posições que os sujeitos desempenham dentro da família em diferentes ciclos de vida.

Contudo, em campos como Marketing, Administração e parte da Gerontologia, o conceito de classe perde sua profundidade crítica e assume uma função utilitária e descritiva. Transforma-se em um mero instrumento de segmentação para identificar padrões de consumo e poder de compra, sem aprofundar a análise sobre as estruturas que produzem e perpetuam essas desigualdades.

A Antropologia, por outro lado, mergulha fundo na intersecção entre os marcadores. Pesquisas etnográficas, por exemplo, como a de Barros (2009), mostram como a classe determina trajetórias pessoais e memórias coletivas, ainda que, por vezes, seja utilizada apenas como um recorte de campo (e.g., “mulheres maduras de classe média do Rio de Janeiro”) sem uma exploração teórica mais densa.

A verdadeira potência analítica surge quando a classe é articulada com outros marcadores, como gênero e raça, para resolver problemas sociais complexos. Um exemplo marcante é o estudo de Antunes (2010) sobre travestis de diferentes gerações. A intersecção de classe e geração é crucial: oriundas majoritariamente de estratos pobres, as gerações mais antigas viam a prostituição como uma via possível de ascensão econômica, inclusive com deslocamentos para a Europa em busca de capital e *status*. Essa experiência, porém, é profundamente desigual: enquanto uma minoria conquistou estabilidade, a maioria permanece em vulnerabilidade. A classe aqui, interage diretamente com a geração, determinando o acesso a procedimentos estéticos mais seguros e moldando a luta por direitos trabalhistas e previdenciários que garantam um envelhecimento com dignidade.

Por fim, trabalhos como o de Milhome (2022), realizam uma análise histórica que evidencia como mudanças macroeconômicas e políticas nacionais criam experiências geracionais distintas moldadas pela classe. O período de expansão de políticas de distribuição de renda e ampliação do acesso ao ensino superior via cotas e bolsas, por exemplo, criou uma geração que vivenciou uma mobilidade social inédita, rompendo com históricos

familiares de inserção precária. Este caso demonstra como a geração é um conceito que não pode ser dissociado da classe social, exigindo que futuros estudos considerem metodologicamente as diferenças de classe para compreender plenamente as trajetórias e os desafios de cada grupo geracional.

É lógico que determinadas classes sociais vão sentir muito mais o impacto de algumas de alguns marcos sociais do que outras classes, porque a gente tem muitos brasis dentro do Brasil e é importante entender isso quando se fala de gerações no Brasil. É importante que a gente tenha noção de que para algumas realidades brasileiras, um evento ou marco histórico vai ter um peso muito maior do que para outras (Especialista 7. Administração).

- **Raça**

O marcador social “raça” surge na literatura sobre gerações com uma presença paradoxal: é mencionado como fundamental para compressão das experiências geracionais, mas raramente é abordado em profundidade analítica. Como salienta Domingues (2002), as gerações não podem ser analisadas de forma isolada, pois se constituem relacionalmente em um “jogo mútuo de influências” com outras subjetividades coletivas — entre elas, gênero e raça — “com as quais se entrecruzam”. Para o autor, as gerações “têm-se subdividido em classes, gêneros e raças desde sempre”, o que torna a interseccionalidade não uma agenda recente, mas uma condição constitutiva. Apesar disso, a produção acadêmica permanece, em grande medida, silenciosa ou superficial diante dessa articulação, resultando em um panorama no qual a interação entre raça e geração figura mais como lacuna do que como campo consolidado de investigação.

Nos poucos trabalhos que incluem raça, as abordagens qualitativas tratam a raça como um dos elementos do recorte investigativo, articulando-a a outros marcadores sociais, como classe e gênero. Pesquisas quantitativas também aparecem, usando questionários estruturados ou bases de dados para observar padrões de desigualdade racial ao longo das gerações. Esses estudos evidenciam o potencial de análises interseccionais que considerem raça, classe e gênero como categorias constitutivas da experiência geracional.

O estudo “Transmissibilidade Intergeracional da Pobreza: visões e percepções” (Coutinho, Guimarães e Fernandes, 2014) demonstra que a raça atua como um “filtro persistente” que estrutura a transmissão de desigualdades entre gerações. A pesquisa evidencia que, mesmo diante de avanços na universalização do acesso à educação, as desvantagens

educacionais e econômicas são transmitidas com maior intensidade para e entre famílias negras, perpetuando ciclos de pobreza. Esse trabalho é paradigmático porque não trata raça como variável descritiva, mas como um eixo interseccional crucial que, em conjunto com classe e geração, conforma trajetórias e oportunidades de vida radicalmente distintas, consolidando empiricamente a percepção de que a experiência geracional é racializada.

A capacidade dos jovens de aproveitar oportunidades e de evitar riscos depende, em grande medida, de características tais como gênero, raça/cor, classe social, local de residência etc. De especial interesse será a investigação da maneira pela qual tais circunstâncias marginalizam jovens negros (Coutinho, Guimarães e Fernandes, 2014, p. 9).

Um exemplo de como políticas públicas impactam a condição das classes sociais, especialmente quando a classe se articula ao fator racial, aparece nas discussões de Milhome (2022). A autora destaca que medidas de acesso à educação superior, como a ampliação de vagas gratuitas e a implementação de cotas, transformaram significativamente as trajetórias de jovens de classes populares e racializadas no Brasil. Segundo Milhome (2022, p. 60), citando Marques, Ximenes e Ugino (2018):

[...] Já que os estudantes de classes populares que passaram a acessar a universidade por conta da ampliação de vagas gratuitas e das cotas podem assim romper o histórico familiar de inserção precária nos campos econômico e cultural (Milhome, 2022, p. 60).

A ausência da temática racial na literatura analisada revela um aspecto estruturante do debate geracional brasileiro. Ao universalizar a experiência geracional branca como norma, os estudos silenciam sobre as formas pelas quais o processo de racialização molda a experiência histórica de cada geração. Quando a temática racial aparece de forma mais consistente, isso ocorre sobretudo em áreas com maior tradição crítica, como a Sociologia e a Antropologia. Nestes campos, a raça é reconhecida como eixo fundamental de análise. No entanto, a articulação analítica com a condição geracional é, geralmente, pouco explorada. Ainda assim, há exemplos que demonstram o potencial: estudos que evidenciam a vulnerabilidade de mulheres negras jovens ou a precarização laboral precoce enfrentada por jovens vítimas de preconceito étnico-racial. Tais investigações mostram que raça não é apenas um fator externo, mas um elemento constitutivo da experiência geracional. Porém, esses esforços são exceções.

Em áreas como Demografia e Gerontologia, a presença da raça é pouco relevante. Quando mencionada, frequentemente reduz-se a uma variável descritiva ou de controle, sem historicidade nem profundidade estrutural. Uma exceção importante é o estudo de Camarano (2003) que

analisa as condições de vida de mulheres idosas, apontando disparidades de mortalidade e desigualdades significativas em saúde e renda entre brancas, pretas e parda. Segundo a autora, é inegável que a idade traz vulnerabilidades, mas o momento em que se iniciam, bem como a sua intensidade, são diferenciados por gênero, raça, grupos sociais etc. (2003, p. 35). Esse exemplo evidencia como o cruzamento de marcadores gera resultados empíricos cruciais, mas também destaca a regra: a quase inexistência de análises que articulem raça e geração de modo interseccional.

Já na Psicologia e em áreas aplicadas como Administração e Marketing, a abordagem é ainda mais superficial. Quando a raça aparece, serve apenas como marcador de tendência: certas gerações seriam “mais abertas à diversidade” ou tenderiam a valorizar empresas comprometidas com a “equidade racial”. Essa formulação reduz o debate a uma lógica de preferências individuais ou de consumo, obscurecendo a dimensão estrutural da raça na produção das desigualdades que atravessam diferentes gerações.

Em síntese, a literatura sobre gerações tem deixado de explorar um campo fecundo: como a racialização produz subjetividades e identidades geracionais específicas. A invisibilização desse processo não apenas limita a compreensão da experiência histórica de distintos grupos, mas também reforça o viés universalizante de uma geração abstrata, branca e neutra. Avançar metodologicamente requer deslocar a raça do lugar de variável residual ou atributo de consumo e reconhecê-la como categoria constitutiva da experiência geracional.

- **Sexualidade**

A dimensão da sexualidade é um marcador social pouco abordado nos estudos de geração, em todas as áreas do conhecimento analisadas por esta pesquisa. Nos estudos em que tal dimensão é articulada, predomina a concepção de geração como ciclos de vida, tendo foco na velhice ou juventude.

Há maior frequência e centralidade dessa questão na área da Antropologia, onde se explora principalmente as representações sociais que cada geração tem em relação à sexualidade e como se estabelecem as relações intergeracionais na comunidade LGBTQIAP+. Destacam-se os estudos de Henning, que discutem gerações com recorte na comunidade LGBTQIAP+, sendo aqui a sexualidade um marcador social central da análise (Henning, 2008, 2014, 2017). A intersecção entre geração e sexualidade se soma também aos marcadores de gênero, raça e classe, revelando que há distinção no interior de um mesmo grupo social (Henning, 2008). Por meio

de uma pesquisa qualitativa, com base em observações, o autor explora as especificidades do envelhecimento na comunidade LGBTQIAP+, com ênfase em homens cis gays, tanto no enfrentamento de estigmas pela idade e pela sexualidade, quanto na sociabilidade e formas de relacionamentos intergeracionais.

A ênfase na análise se ateuve à lógica local da “desqualificação social das diferenças” (Córdova, 2006:197), que no caso do exame das sociabilidades homoeróticas chamo de ‘diferenças na diferença’: uma vez que as práticas divergentes da heteronormatividade já tendem a ser vistas socialmente como importantes referenciais para a diferença. Para fins de exequibilidade dividi em cinco grandes eixos de marcadores sociais que emergiram em campo como relevantes em suas interseções com homoerotismo: geração, gênero, raça, corporalidades e classe. A análise dessas interseções se estabeleceu de maneira a explicitar as configurações hierárquicas locais que influíam valorativamente nas relações entre os indivíduos circulantes pela cena GLS, assim como na própria localização dos sujeitos no gradiente hierárquico que se estabelecia localmente (Henning, 2008, p. 13).

Na Gerontologia a identidade de gênero apareceu com centralidade na pesquisa de Antunes (2010), que trata das experiências das travestis mais velhas, bem como das relações entre gerações no interior desse grupo social. O estudo de natureza qualitativa realizou entrevistas com travestis que estavam vivenciando o processo de envelhecimento para explorar sua história de vida e analisar aspectos sobre saúde, violência, preconceito e seguridade social. Destaca-se também a relação entre as gerações (intergeracionalidade) no interior desse grupo social. O autor entende que tanto geração quanto a identidade de gênero são marcadores socialmente construídos, que variam conforme o tempo e o espaço.

Este estudo trata do envelhecimento de travestis. Com o aumento da população idosa, as travestis que envelhecem merecem destaque, justamente por ser um segmento populacional que sofre exclusão em qualquer idade. Pouco se sabe sobre esse período da vida delas. Mesmo entre os membros de seu próprio grupo. Será que envelhecem? Se sim, como isso acontece? (Antunes, 2010, p. 10).

Tanto o gênero como a velhice são performatizados por meio de atos que reiterados transmitem a impressão de que há uma espécie de essência fixa e natural, que se manifesta no corpo de cada um. Esses atos fazem parte do conjunto de comportamentos padronizados para o gênero e velhice. Eles variam conforme a época e o local (Antunes, 2010, pp. 11-12).

Com menor centralidade em suas abordagens, os trabalhos das áreas da Sociologia e Psicologia observam a questão da sexualidade apontando para as mudanças nas composições familiares nas diferentes gerações, especialmente considerando casamentos LGBTQIAP+ e adoção de filhos. Por fim, na Economia e na Demografia, não há aprofundamento dessa intersecção entre geração e sexualidade.

Nosso levantamento revelou que, de modo geral, há poucos estudos que fazem intersecção entre geração e sexualidade em todas as áreas do conhecimento. Nos trabalhos levantados em que a sexualidade aparece com centralidade, tanto da Antropologia quanto da Gerontologia, a concepção de geração predominante é a dos ciclos de vida. Ainda que os textos apresentem o contexto histórico e político como pano de fundo, a discussão geracional geralmente trata apenas um grupo social, sem comparações com outros grupos sociais que vivenciaram o mesmo período. Por fim, na abordagem dessa intersecção geração-sexualidade, predominam estudos empíricos qualitativos, revelando uma falta de pesquisas com dados de natureza quantitativa.

Em síntese, a análise sobre a intersecção entre geração e outros marcadores sociais na produção acadêmica brasileira revela um tratamento marcadamente desigual e hierárquico. Gênero e classe surgem como as dimensões mais consolidadas, reconhecidas como fundamentais para diferenciar experiências dentro de uma mesma geração, especialmente nos estudos sociológicos e antropológicos. Contudo, o marcador raça ocupa um lugar paradoxal: sua importância teórica é frequentemente afirmada, mas sua aplicação empírica e analítica permanece uma lacuna na maioria das áreas. Por fim, a sexualidade figura como a dimensão mais negligenciada, abordada apenas em estudos de nicho e raramente integrada a uma análise geracional mais ampla, evidenciando um campo ainda incipiente e fragmentado.

Observou-se que mesmo os marcadores mais presentes, como gênero e classe, são por vezes subutilizados, reduzidos a variáveis de controle ou a recortes de campo sem o devido aprofundamento crítico. Ao invisibilizar as categorias raça e sexualidade, a produção acadêmica corre o risco de construir um sujeito geracional abstrato que, implicitamente, é representado como branco, de classe média e heterossexual. Com isso, perpetua-se o silenciamento de certas experiências históricas e geracionais.

Como discutido no capítulo 3, a abordagem interseccional é condição indispensável para a análise geracional no contexto brasileiro, pois trata-se de um país onde a raça define trajetórias de vida, a classe determina o acesso a oportunidades e o gênero delimita papéis sociais. Portanto, um conceito de “geração” que não leve em conta esses fatores acabar por negligenciar como o racismo, o machismo e a disparidade de renda moldam a experiência histórica para diferentes grupos geracionais. Para superar esses limites, é imperativo que as pesquisas avancem da simples menção à importância dos marcadores para a sua efetiva incorporação no desenho dos estudos e análise dos dados, especialmente no que tange à raça e à sexualidade.

4.3 Gerações e temas estratégicos para compreensão das dinâmicas sociais: temas predominantes e lacunas no debate geracional

Após a identificação das diferentes abordagens disciplinares sobre o tema das gerações, esta seção aprofunda a análise ao explorar, por um lado, os temas e dimensões analíticas que emergem com maior frequência e centralidade na discussão geracional brasileira e, por outro, as lacunas e ausências neste debate. Essas duas categorias de temas e assuntos são tratadas aqui como “Predominantes” e “Lacunas”. Esse esforço permitiu entender como a discussão geracional se articula (ou não) a outros temas estratégicos para interpretação das dinâmicas sociais.

Durante o trabalho de análise e sistematização dos textos selecionados, buscou-se identificar quais temáticas apareciam (ou não) no debate geracional. Foi realizada uma análise qualitativa do material levantado para identificar a presença e a relevância de temas considerados estratégicos para uma análise social como: contexto econômico, contexto político, visões de família, valores pessoais, visões sobre o trabalho, finanças pessoais, tecnologia, consumo, cultura e arte, meio ambiente, religião, políticas públicas, participação social e movimentos sociais. A análise não se restringiu à simples ocorrência de cada tema, mas buscou compreender como esses tópicos foram mobilizados, distinguindo de quando aparecem apenas de maneira pontual de quando foram objeto de problematização e debate mais aprofundado. Além disso, identificou-se de que maneira cada temática se relaciona com o debate geracional, se estabelece interseções com outros campos de discussão e como essas conexões são apresentadas. Dessa forma, foi possível mapear não apenas a frequência com que determinados assuntos emergem, mas também a densidade, a relevância e os diálogos que estruturam as discussões sobre gerações.

A seguir, um esforço de descrever como a discussão geracional se articula

ao tratamento de cada um desses temas, sejam eles predominantes ou lacunas. Apresentaremos uma visão panorâmica de cada tema, descrevendo como ele aparece na discussão geracional (principais discussões, recortes analíticos e empíricos), quais são as áreas em que é mais trabalhado e aquelas em que não tem relevância. E finalmente, uma breve síntese de como o assunto é tratado nas áreas em que é importante.

Quadro 3 - Temas Predominantes e Lacunas no Debate Geracional Brasileiro

Debate Geracional Brasileiro	
Temas Predominantes	Lacunas
Visões sobre Família	Finanças Pessoais
Visões sobre Trabalho	Tecnologia
Contexto Econômico	Participação Social
Valores Pessoais	Contexto Político
Políticas Públicas	Cultura e Arte
	Consumo
	Religião
	Meio Ambiente

Fonte: elaboração própria.

4.3.1. Temas predominantes no debate geracional

Neste item apresentaremos uma análise dos grandes eixos temáticos que estruturam o debate sobre gerações na produção acadêmica brasileira. Estes temas, assuntos e dimensões são os mais recorrentes e relevantes na literatura analisada e serão chamados aqui de Temas Predominantes. São os cinco temas centrais identificados: Visões sobre Família, Visões sobre Trabalho, Contexto Econômico, Valores Pessoais e Políticas Públicas.

Quadro 4 - Temas Predominantes no Debate Geracional por área de conhecimento

VISÕES SOBRE FAMÍLIA

As visões sobre família aparecem com alguma importância nos textos da maioria das áreas do conhecimento investigadas, especialmente nos trabalhos que adotam a perspectiva de geração vinculada a ideia de posição social na família e de ciclo de vida, tal como Antropologia, Sociologia, Psicologia e Gerontologia. De forma geral, a literatura aponta que as mudanças geracionais impactam nas formações familiares no mesmo instante em que apresenta a família como um espaço primordial de interação intergeracional para transmissão de valores, comportamentos e condições sociais, além de solidariedade e de conflito. Assim, como a família é um lócus privilegiado de análise das dinâmicas geracionais, as visões sobre composições familiares e sobre papéis no grupo familiar são questões bastante debatidas.

Antropologia: ênfase, de um lado, na reconfiguração e nas definições culturais de família em diferentes gerações, de outro, na família como núcleo fundamental para a formação da identidade de grupo e a manutenção de uma memória compartilhada de uma geração para outra. As discussões abordam a tensão entre as gerações acerca do modelo normativo de família. Destaca-se as visões sobre família em diferentes grupos sociais, como a formação de “famílias do coração” em comunidades LGBTQIAP+. Ainda, há ênfase acerca

da visão de família a partir da sua concepção como espaço de relação intergeracional, que proporciona troca de ajudas e apoio.

Sociologia: destaque para representação dos papéis sociais no âmbito familiar e para reconfiguração dos arranjos familiares em diferentes gerações, conforme as diferentes classes sociais e gênero. A família é entendida como o espaço primordial da relação entre diferentes gerações, marcada não apenas pela solidariedade e pelos conflitos, mas também pela transmissibilidade de condições sociais.

Psicologia: muito ancorada na ideia de ciclo de vida, as visões de família são centrais para definir o que se refere por gerações. Destaca a relação intergeracional no âmbito familiar, explorando as condições de saúde mental a partir dos papéis sociais na família. As discussões abordam a família como fonte essencial de apoio, proteção e bem-estar psicológico para os indivíduos, mas também como cenário de conflitos decorrentes de diferenças geracionais de valores e expectativas.

VISÕES SOBRE TRABALHO

As visões sobre trabalho aparecem de forma central especialmente nas áreas de Administração, Economia e Sociologia. Enquanto na Administração as visões sobre trabalho são abordadas no nível dos indivíduos de uma organização, explorando quais são as prioridades e os planos de carreira de cada geração, bem como as relações conflituosas ou harmônicas entre diferentes gerações, observa-se que na Economia e Sociologia há uma análise mais social, focada em entender quais as condições e oportunidades de trabalho, além de expectativas de mobilidade social, de grupos sociais de uma mesma geração. Já na Gerontologia, na Antropologia e na Psicologia há uma centralidade mista: alguns textos apresentam contribuições significativas e outros abordam a temática de forma lateral. De modo geral, a literatura explora como as experiências sociais e históricas que definem as gerações moldam as suas perspectivas sobre o trabalho. Em síntese, discute-se as diferenças na relação dos trabalhadores com as empresas e corporações - mais estável no caso das gerações mais velhas e mais flexível das mais novas- como isso potencializa conflitos intergeracionais e como podem ser superados. Afora isso, aborda-se as continuidades ou descontinuidades entre as gerações em relação ao acesso à melhores oportunidades e condições de trabalho.

Administração: ênfase em como as organizações se adaptam e gerenciam sua força de trabalho formada por diferentes gerações, frequentemente definidas por categorias internacionais. As discussões enfatizam como as experiências sociais e históricas moldam os valores, expectativas e comportamentos de cada geração no trabalho, desde a busca por estabilidade

e lealdade das gerações mais antigas até a priorização de flexibilidade, propósito, reconhecimento e desenvolvimento pessoal pelas mais jovens. Abordam-se temas como a construção da identidade profissional, desafios de liderança, conflitos multigeracionais, fatores motivacionais e a influência das expectativas na retenção de talentos e na dinâmica do mercado multigeracional.

Economia: o trabalho é analisado como um pilar da estrutura econômica, afetando a empregabilidade, a renda, a previdência e a transmissão de condições socioeconômicas entre gerações, comumente definidas pelos coortes etários. O foco é nas dinâmicas do mercado de trabalho, empregabilidade, participação econômica das gerações (especialmente jovens e idosos), impacto na previdência social e a transmissão intergeracional da pobreza. As visões de trabalho das diferentes gerações se articulam às condições de trabalho vividas e almejadas pelas diferentes gerações, bem como o acesso a oportunidades e a necessidade de políticas públicas de educação e empregabilidade.

Sociologia: análises partem de como as estruturas sociais e contextos históricos, definidoras das gerações, impactam a relação com o trabalho. As discussões estão ligadas à transmissibilidade da pobreza e do acesso à educação, à inclusão ou exclusão no mercado de trabalho, à participação feminina e suas aspirações por independência financeira e às lutas por direitos previdenciários. Estudos analisam como o trabalho define papéis sociais e as possibilidades de mobilidade social, além de como as condições de trabalho são transmitidas ou transformadas entre gerações.

CONTEXTO ECONÔMICO

O contexto econômico é um tema recorrente na produção brasileira sobre gerações. Tratado como dimensão estrutural da experiência geracional e muitas vezes apresentado como elemento que delimita e separa uma geração da outra. Aparece com centralidade em áreas como Sociologia, Demografia/Economia, Administração e Sociologia. Entre os eventos mais mobilizados estão crises econômicas, a abertura de mercado, processos de estabilização monetária, a crise financeira global de 2008 e os impactos da pandemia de COVID-19, além do fim do bônus demográfico e das reformas ligadas à Previdência Social.

Administração: o tema contextualiza a formação das gerações em relação a trabalho e consumo. Tratam de marcos históricos (crises, abertura de mercado e estabilizações) que moldam valores e trajetórias profissionais, destacando o impacto da economia nas experiências geracionais. Associam cenário econômico e hábitos de consumo, indicam que momentos de crescimento/recessão influenciam como diferentes gerações consomem e atribuem valor aos bens. Alguns textos abordam o tema superficialmente, mencionam eventos históricos sem aprofundar suas implicações para as gerações.

Demografia: ênfase no envelhecimento populacional e suas implicações socioeconômicas. Principal preocupação: consequências do envelhecimento para a sustentabilidade da Previdência. Tratam de macroeconomia e ciclos econômicos, mas também das condições de vida experimentadas pelas diferentes gerações, comparando jovens e idosos. Falam de aposentadoria, renda familiar e reformas previdenciárias.

Economia: ênfase nos impactos econômicos do envelhecimento sobre políticas públicas, previdência e saúde: desafio fiscal imposto pela mudança demográfica. Tratam da renda como um tema transversal, aparece na composição da renda dos idosos (destaque para a importância de aposentadorias e pensões) e na análise da pobreza intergeracional e sua reprodução no tempo. Também são discutidas mudanças no consumo e a emergência da Economia da Longevidade, que reposiciona o envelhecimento como oportunidade de mercado.

Sociologia: na Sociologia, o tema econômico é usado para mostrar como condições materiais e classe social moldam experiências geracionais. Desigualdades no acesso a recursos afetam consumo, trabalho, moradia e cuidado, enquanto desemprego, reestruturação produtiva e retração do Estado reorganizam papéis familiares e prolongam dependências. Destaca-se a transmissão da pobreza e o papel da renda na reprodução das desigualdades, analisadas do plano macro — crises e transformações pós-1964 — ao micro, nos arranjos familiares. Aposentadoria, previdência, consumo e planejamento financeiro aparecem como marcadores sociais dos impactos das crises e das políticas públicas sobre cada geração.

A análise dos valores pessoais é fundamental na diferenciação entre os grupos geracionais, uma vez que influenciam comportamentos, identidades e dinâmicas intergeracionais. Os valores pessoais são aspectos subjetivos como propósitos e expectativas de vida, que afetam diferentes esferas (como trabalho, família e relações sociais) e que podem envolver, por exemplo, menor ou maior adesão à solidariedade ou ao individualismo. Eles também revelam representações e julgamentos sociais associados a determinadas gerações, como a supervalorização da juventude e a negação da velhice. Os valores pessoais aparecem de forma central na maioria das áreas para compreender características e conflitos geracionais, especialmente na Administração, na Antropologia e na Psicologia.

Administração: os valores pessoais são abordados na definição das gerações. Os estudos discutem algumas características geracionais, por exemplo, que as gerações mais novas buscam um estilo de vida baseado na liberdade, flexibilidade, imediatismo e sustentabilidade, enquanto as gerações mais velhas costumam apreciar estabilidade, regras rígidas e alinhamento a ideais mais conservadores. As análises da área apontam como esses valores e propósitos mais abrangentes impactam a relação com o trabalho e os comportamentos nos ambientes organizacionais. Ainda, explora-se como esses valores pessoais influenciam nos hábitos de consumo de cada geração.

Antropologia: os valores pessoais são abordados para compreender as experiências e as particularidades de

cada grupo geracional, frequentemente associado às posições sociais na família e ao ciclo de vida. Entende-se que os valores pessoais, tais como liberdade e autonomia, de determinados grupos sociais de uma geração moldam suas trajetórias de vida e as dinâmicas familiares. Discute-se as representações simbólicas e atributos sociais valorizados ou desvalorizados, como a supervalorização da juventude e a negação da velhice.

Psicologia: ênfase em como os valores pessoais influenciam os comportamentos, as visões de mundo e a própria formação da identidade ao longo do ciclo de vida. Discute-se temas como a transmissão cultural e moral na família, especialmente na dinâmica intergeracional, envolvendo aspectos como individualismo e solidariedade, conflitos e coeducação. Além disso, explora-se como as representações sociais do envelhecimento e da juventude afetam as relações entre as gerações e as suas consequências na saúde mental.

O tema das políticas públicas é frequente nas discussões geracionais. Aparece com centralidade em estudos de Sociologia, Antropologia, Economia/Demografia, Gerontologia e Psicologia. A abordagem geracional das políticas públicas é normalmente articulada à perspectiva do ciclo de vida (da infância à velhice). Essas áreas analisam como diferentes políticas públicas - como saúde, educação, previdência, habitação e assistência - são formuladas para diferentes grupos etários e geracionais e se relacionam com desigualdades, direitos e subjetividades. A Sociologia enfatiza como as políticas afetam as diferentes gerações e, ao mesmo tempo, são produzidas por demandas dos diferentes grupos geracionais. A Psicologia mostra como as políticas públicas podem moldar as subjetividades e afetar as concepções de família, infância e envelhecimento. As áreas de Economia/Demografia e Gerontologia tratam das políticas públicas principalmente como respostas às transformações populacionais e como garantia de direitos nas diferentes fases da vida (infância e velhice principalmente). Em campos como Administração e Marketing, o tema tem pouca relevância.

Sociologia: o tema é relevante na área por estar no centro das análises sobre produção e manutenção de desigualdades sociais. A abordagem sociológica não se limita a avaliar os efeitos dessas políticas na vida das diferentes gerações, mas também considera as formas pelas quais diferentes grupos geracionais formulam demandas e tensionam o Estado. A Sociologia trata tanto dos impactos desiguais da ação estatal nas diferentes gerações quanto os processos de

disputa e reconhecimento que moldam as políticas públicas ao longo do tempo.

Gerontologia: trata as políticas públicas como ferramentas essenciais para assegurar direitos na velhice, mas aponta suas falhas e exclusões históricas, principalmente para grupos marginalizados. Defende políticas intersetoriais (habitação, saúde e trabalho) e intergeracionais, capazes de reduzir desigualdades e romper ciclos de exclusão.

Economia/Demografia: nestas áreas, as políticas públicas são analisadas como possíveis respostas estruturais às mudanças populacionais, como o envelhecimento. Ambos os campos as entendem como potenciais mecanismos de ajuste demográfico e promoção de equidade, o que nem sempre se concretiza efetivamente na realidade brasileira.

Psicologia: analisa políticas públicas como estruturas que moldam subjetividades e as relações entre as gerações. Mostra como elas institucionalizam concepções de família, envelhecimento e infância, além de expor contradições entre direitos formais e experiências reais, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

A análise transversal dos cinco temas predominantes revela uma clivagem fundamental na forma como o debate geracional é construído pelas diferentes áreas do conhecimento. De um lado, disciplinas como a Psicologia, a Antropologia e a Gerontologia tendem a um enfoque micro e relacional, utilizando os temas da Família e dos Valores Pessoais para compreender as dinâmicas de subjetivação, a transmissão cultural e as interações interpessoais. De outro lado, a Economia, a Demografia e a Sociologia priorizam uma abordagem macroestrutural, mobilizando o Contexto Econômico, o Trabalho e as Políticas Públicas para analisar como as grandes transformações sociais e as desigualdades moldam as oportunidades e trajetórias de grupos geracionais inteiros. A Administração, por sua vez, atua como uma ponte, conectando o contexto macro às práticas de gestão e consumo no nível organizacional.

Apesar das diferentes lentes disciplinares, observam-se importantes pontos de convergência. A Família é quase unanimemente reconhecida como o *locus* primordial da interação e transmissão intergeracional, enquanto o Contexto Econômico é consistentemente apontado como uma força estruturante que delimita as experiências de uma geração. Em contrapartida, as divergências tornam-se nítidas em temas como o Trabalho, que é visto ora como um desafio de gestão de equipes (Administração), ora como um campo de desigualdades estruturais e mobilidade social (Sociologia e Economia). Da mesma forma, as Políticas Públicas são interpretadas como ferramentas de resposta a desafios demográficos (Economia), como arenas de disputa por direitos (Sociologia) ou como estruturas que moldam subjetividades (Psicologia), evidenciando a profunda distância entre os enquadramentos de cada área.

Arriscando uma síntese analítica da forma como esses cinco temas estratégicos se consolidam na literatura investigada, podemos dizer que o Contexto Econômico atua como a força estruturante que delimita as experiências coletivas, moldando os Valores Pessoais, que por sua vez constituem a essência da identidade de cada geração e a fonte de seus comportamentos e expectativas. Esses valores são primordialmente transmitidos e negociados na Família, consolidada como o *locus* central de apoio, conflito e reprodução social. As diferenças geracionais se manifestam de forma explícita na Família, mas também no mundo do Trabalho, que funciona como uma arena pública de tensões e um claro indicador das desigualdades de oportunidades. Finalmente, as Políticas Públicas emergem como a resposta do Estado e o campo de disputa para mediar essas relações, alocar recursos e garantir direitos ao longo do ciclo de vida.

4.3.2. Lacunas no debate geracional

A análise desta seção evidencia que, para além dos temas consolidados, a discussão sobre gerações na produção acadêmica brasileira é marcada por significativos vazios temáticos e por uma abordagem fragmentada de assuntos estratégicos para a análise das dinâmicas sociais. As principais lacunas no debate geracional são: Finanças Pessoais, Tecnologia, Participação Social, Contexto Político, Cultura e Arte, Consumo, Religião e Meio Ambiente.

Quadro 5 - Temas pouco presentes no debate geracional, por área de conhecimento

FINANÇAS PESSOAIS

O tema de finanças pessoais aparece com alguma recorrência nas análises geracionais, mas geralmente no contexto de discussão de outras temáticas mais centrais como renda, previdência/aposentadoria, mercado de trabalho e consumo. Apesar dessa presença, raramente o tema é o foco principal dos estudos, que dedicam pouca atenção à gestão cotidiana da vida financeira pelas diferentes gerações, por exemplo. O tema é mais explorado nas áreas de Administração e Marketing, enquanto tem menor relevância em Economia, Gerontologia, Antropologia e Sociologia, onde aparece de forma indireta ou pontual

Administração: o assunto é tratado principalmente a partir da renda e do consumo. Estudos apresentam as diferenças geracionais de valores, necessidades e prioridade que orientam atitudes no trabalho e hábitos de consumo. Pesquisas da área não aprofundam temas como planejamento financeiro, gestão de dívidas ou investimentos pessoais, mantendo o foco nas percepções geracionais sobre remuneração, estabilidade e consumo.

Marketing: as finanças aparecem como pano de fundo para escolhas de consumo, influenciadas por valores, estilos de vida e prioridades atribuídas a diferentes gerações. Estudos destacam mudanças históricas no contexto econômico que produzem impactos no poder de compra e comportamento de consumo das gerações. O tema não é tratado com foco na gestão direta das finanças. Os textos articulam comportamento financeiro a identidade, distinção social e adesão a padrões de consumo.

O tema da tecnologia aparece de forma desigual nas diferentes áreas, sendo muito relevante em Administração e Marketing, mas pouco explorado nas demais áreas, especialmente irrelevante na Antropologia e Gerontologia. De modo geral, a tecnologia é entendida como um vetor de mudanças comportamentais, culturais e relacionais, reconfigurando tanto a vida cotidiana quanto as interações entre as diferentes gerações. Nas áreas onde é mais relevante, a tecnologia é diretamente associada à caracterização das gerações, como elemento que ajuda a diferenciar uma geração da outra. Também se relaciona com a mediação das relações sociais, a transformação de processos cognitivos e emocionais e ao impacto nos hábitos de consumo.

Administração: a tecnologia é tema central para compreender diferenças entre Gerações X, Y e Z no ambiente organizacional, influenciando comportamentos, expectativas e habilidades. É vista como divisor geracional, moldando formas de comunicação, capacidade de realizar multitarefas e a dependência de dispositivos digitais. Nessa discussão, a Geração Y é associada ao domínio e adaptação a novas ferramentas, enquanto a Z é descrita como totalmente imersa no mundo hiperconectado. A tecnologia aparece como elemento que influencia a gestão de pessoas, a cultura organizacional e adaptação às inovações no mercado de trabalho.

Marketing: no Marketing, a tecnologia é tema central para diferenciar gerações e compreender seus impactos no

acesso à informação, comportamentos e hábitos de consumo. Molda desde a percepção de mundo até o design de produtos, como embalagens interativas conectadas à internet. Cada geração é influenciada por marcos tecnológicos distintos — da TV para os Baby Boomers às mídias sociais e aplicativos para Millennials e Geração Z — influenciando formas de comunicação, tomada de decisão e relação com marcas. Essa presença constante faz da tecnologia um fator-chave na construção de estratégias de mercado voltadas a diferentes perfis geracionais.

Psicologia: na Psicologia, a tecnologia é vista como elemento que redefine processos cognitivos, emocionais e relacionais entre as gerações. Nas mais jovens (Y, Z e Alpha), a tecnologia se relaciona com a identidade e influencia aspectos como capacidade de atenção, formas de sociabilidade e até a arquitetura neural. Ao mesmo tempo em que amplia conexões globais, também intensifica isolamentos afetivos e desigualdades entre as gerações.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O tema da participação política não é muito frequente na literatura investigada, tendo alguma relevância apenas em áreas como Sociologia e Antropologia, que a vinculam ao engajamento coletivo, movimentos sociais e construção de cidadania. Nesses casos, predominam discussões sobre estilos de participação e engajamento das diferentes gerações, destacando a relação das juventudes com as tecnologias digitais (Gerações Y/Z) e a organização da militância histórica das gerações mais velhas. Em áreas como Administração, Economia e Psicologia o tema é tratado de forma muito pontual ou indireta.

Antropologia: a participação social aparece em textos antropológicos que analisam as dinâmicas geracionais de constituição de militância e mobilizações coletivas (como movimentos juvenis, estudantis e LGBTQIAP+), sociabilidade e inserção em espaços públicos e engajamento social em ambientes digitais. O tema articula subjetividades coletivas, poder e cidadania, mas é pouco explorado, aparece mais em estudos focados em envelhecimento e juventude e menos em outros contextos mais abrangentes.

Sociologia: nos textos sociológicos, a participação social é vista como um fenômeno geracional que engloba organização coletiva e engajamento político, variando conforme o ciclo geracional e o contexto histórico. As dinâmicas geracionais se expressam, por exemplo, nos

movimentos políticos juvenis (como os dos anos 1960 no Brasil) e na participação institucionalizada de pessoas idosas em associações em busca de autonomia e visibilidade. O tema aparece em análises sobre movimentos políticos, grupos de aposentados e sociabilidade religiosa.

CONTEXTO POLÍTICO

A análise do contexto político não é tão importante na literatura geracional levantada quanto se poderia supor, considerando sua importância na conformação de marcos históricos e experiências coletivas. Quando o contexto político aparece com maior relevância na discussão sobre gerações, sobretudo em Sociologia e Antropologia, é articulado a atuação do Estado na definição de direitos e deveres dos grupos etários/geracionais, a transformações jurídicas e institucionais, a disputas de poder e a movimentos sociais. Em contrapartida, nas áreas da Psicologia e Gerontologia o tema é abordado de forma residual, frequentemente restrito à menção de eventos históricos ou ao impacto localizado de algumas políticas públicas nas trajetórias de indivíduos ou grupos, sem constituir eixo analítico estruturante.

Antropologia: trata da formação das gerações, das disputas de poder entre elas e dos marcos históricos que moldam identidades coletivas. O Estado é central ao definir direitos e deveres por idade/geração. Movimentos políticos como trabalhismo, feminismo, movimento negro e LGBTQIAP+ estruturam experiências de diferentes coortes etárias. Eventos como a ditadura militar e a abertura política marcam períodos geracionais, influenciando sociabilidade, visibilidade e reivindicações.

Sociologia: o contexto político define cortes geracionais e mostra como marcos históricos e políticas públicas moldam experiências e identidades. Os estudos destacam marcos como movimentos estudantis de 1968, a ditadura e o AI-5. Também abordam o papel do Estado na normatização

de direitos e os efeitos dos aparatos jurídicos nos modos de vida das gerações, tal como as legislações pró-natalistas. Movimentos ligados a grupos geracionais, como os dos estudantes e dos aposentados, refletem demandas por reconhecimento e redistribuição de recursos governamentais.

Arte e cultura aparecem sem centralidade na discussão geracional na maioria das áreas do conhecimento investigadas. É mais recorrente em Sociologia, Antropologia e Psicologia, que apresentam os movimentos culturais e artísticos de um contexto histórico e social, preferências estéticas e práticas artísticas como formadores de identidade e de pertencimento a uma geração. Além disso, o tema é abordado para explorar as relações intergeracionais em atividades culturais - práticas e equipamentos culturais que promovem iniciativas que integram diferentes gerações. Nas áreas da Gerontologia, Administração e, principalmente, Economia, a intersecção de geração com arte e cultura é mínima ou mesmo inexistente.

Sociologia: aborda arte e cultura como elementos que colaboram para formação de identidade de uma geração e de pertencimento a um grupo social dentro de uma mesma geração. Explora-se a influência de movimentos culturais e artístico - como a Jovem Guarda, cultura hippie, funk, hip-hop - na constituição geracional. Interseccionando com gênero e ciclos de vida, ainda há discussão sobre identidade, estilo de vida e de pertencimento por meio de preferências estéticas e práticas culturais e artísticas. Também discute como as representações geracionais por meio de obras de arte, sobretudo cinematográficas, documentam e moldam a percepção sobre uma geração e a relação entre as gerações.

Antropologia: ênfase em como as expressões culturais e artísticas colaboram para a construção da identidade de uma geração e de subgrupos de uma geração. Aborda como as preferências por estilos

musicais, a prática de frequentar eventos culturais e visitar determinados locais de convivência são elementos que formam um grupo geracional ou mesmo subgrupos geracionais - como por exemplo, homens jovens gays - especialmente nas análises que fazem intersecção entre contexto sociocultural, ciclo de vida, identidade de gênero e sexualidade. Destaca como as obras artísticas, principalmente filmes, influenciam nas representações da juventude e da velhice.

Psicologia: ênfase na arte e cultura como elementos que promovem a identidade de uma geração e também como aspectos que contribuem para relação intergeracional. Acerca da formação identitária, discute-se a interpretação da arte em diferentes gerações, bem como a vivência de movimentos culturais e artísticos de cada geração. Discute-se a promoção de programas e atividades culturais e de lazer como estratégia para aproximação intergeracional, superação de conflitos e construção de uma cultura solidária. Ainda sobre intergeracionalidade, trata de aspectos como a transmissão e a influência mútua de gostos culturais entre gerações.

CONSUMO

O tema do consumo aparece com relevância apenas em Administração e Marketing, onde é central para entender diferenças dos perfis geracionais dos consumidores e orientar estratégias para produtos e serviços. Em Antropologia, Psicologia e Sociologia, aparece de forma residual e pouco aprofundada. Economia e Gerontologia abordam pontualmente, focando em nichos de mercado como aquele para a terceira idade.

Administração: na administração, o consumo é amplamente estudado em articulação com o tema das gerações. Textos apontam que Baby Boomers, Geração X, Y e Z têm padrões e motivações distintas, influenciados por fatores culturais, tecnológicos e socioambientais.

A Geração X valoriza o consumo consciente, enquanto a Geração Z impulsiona mudanças, exigindo responsabilidade social e ambiental. O consumo é visto como fenômeno social que define identidades geracionais e orienta estratégias de mercado.

Marketing: o consumo é tema central nos trabalhos de Marketing, entendido como reflexo cultural das gerações e como elemento que influencia hábitos, valores e estratégias. A segmentação geracional revela diferenças, como o consumo simples das avós, o foco no bem-estar das mães e o consumo hedonista e ético dos Millennials e Geração Z. Essa visão é crucial para alinhar marketing às identidades e expectativas de cada público.

RELIGIÃO

A religião aparece de forma residual e pouco aprofundada nos debates sobre gerações. É mais recorrente em trabalhos nas áreas de Psicologia, Sociologia e Gerontologia, onde o tema é tratado com algum nível de contextualização histórica ou sociocultural, mas ainda sem análises robustas sobre seu papel nas diferentes gerações ou mesmo nas relações intergeracionais. Quando presente, o tema serve como elemento ilustrativo de diferenças entre gerações ou como componente de contextos culturais, raramente assumindo centralidade teórica ou analítica. Em áreas como Administração, Marketing e, sobretudo, Economia e Demografia, surge muito pontualmente como pano de fundo para outros debates.

Psicologia: o debate geracional raramente explora a religião de forma aprofundada, aparecendo de modo pontual e geralmente associada a análise de dinâmicas familiares. Quando presente, destaca-se seu papel histórico na formação de valores e na coesão familiar

intergeracional, especialmente pela influência da Igreja Católica no modelo tradicional de família e na transmissão de crenças ao longo de várias gerações. A religião também é abordada como prática social que molda comportamentos e sociabilidades e promove bem-estar na velhice, mas sem análises específicas sobre diferenças geracionais.

Sociologia: a religião aparece de forma pontual e sem aprofundamento, citada como sistema social que pode se articular com dinâmicas geracionais, mas raramente com análise sobre seu impacto em identidades ou relações intergeracionais. Alguns estudos mencionam grupos como mulheres católicas idosas e “velhos mais velhos”, cuja sociabilidade inclui obrigações religiosas, associadas à manutenção de valores tradicionais. No geral, a religião surge mais como pano de fundo do que como objeto central das análises.

MEIO AMBIENTE

O tema do meio ambiente praticamente não aparece na maioria das áreas de conhecimento investigadas nesse estudo. Apenas na Administração o tema foi observado com alguma centralidade, especialmente para abordar preocupação e conscientização ambiental das gerações no contexto das organizações e do consumo. Trata-se de uma importante lacuna na discussão geracional brasileira atual.

Administração: o meio ambiente é um tema pouco central ou mesmo

inexistente na maioria dos textos da área, com exceção de alguns estudos. Nestes, discute-se a relação das diferentes gerações com a responsabilidade social e ambiental das empresas, bem como o comportamento de consumo de diferentes gerações. É explorada a maior conscientização e preocupação ambiental das gerações Y e Z, que valorizariam empresas com gestão sustentável e preocupação ambiental, além de questionar os impactos do consumo desenfreado.

A síntese dos dados revela que tópicos como Tecnologia e Consumo são tratados com centralidade, mas quase que exclusivamente pelas áreas de Administração e Marketing, enquanto temas como Finanças Pessoais, Religião e Arte e Cultura aparecem apenas de forma secundária ou ilustrativa, sem aprofundamento analítico. Outras temáticas, como Contexto Político e Participação Social, embora esperados como centrais nesta discussão, aparecem de maneira tímida no material analisado, confinados principalmente à Sociologia e à Antropologia. A lacuna mais expressiva, contudo, é a do Meio Ambiente, um tema praticamente ausente em todo o espectro disciplinar investigado.

Essas lacunas limitam a profundidade e a relevância do debate geracional no país. A tímida exploração do Contexto Político e da Participação Social, por exemplo, pode despolitizar o conceito de geração, reduzindo-o a uma categoria de comportamento ou consumo, ignorando seu papel como sujeito de transformação e disputa por direitos. A ausência quase total do debate sobre o Meio Ambiente é particularmente alarmante, pois desconsidera a crise climática como uma experiência definidora para as gerações mais jovens e como um campo central de tensões sobre justiça intergeracional.

A lacuna no tema Religião ignora uma das transformações sociais mais profundas e geracionalmente marcadas do Brasil contemporâneo: a transição religiosa. Ao não aprofundar o tema, a literatura deixa de investigar questões cruciais, como o crescimento expressivo das denominações evangélicas no país e seus contornos geracionais, conflitos intergeracionais de crença ou mesmo a da crescente influência de grupos religiosos na política.

A pouca expressividade do tema Arte e Cultura na literatura investigada revela uma tendência a subestimar o papel que essas dimensões têm na construção da linguagem através da qual as gerações se expressam, se diferenciam e negociam seus valores no espaço público. Assim, o debate geracional perde oportunidade de tratar dos códigos, símbolos e linguagens que as gerações utilizam para dar sentido ao seu tempo e para se afirmar perante as outras.

Superar essas lacunas é, portanto, um passo fundamental para que a pesquisa acadêmica possa oferecer um retrato mais completo, crítico e conectado aos desafios que verdadeiramente moldam as gerações no Brasil contemporâneo.

4.4. Novos marcos temporais para a delimitação de gerações no Brasil?

Como discutido no capítulo 3, o conceito de geração refere-se à formação de um grupo que compartilha um mesmo período histórico e, portanto, está submetido a impactos de eventos e processos sociais, políticos, culturais e econômicos. Mas a noção de geração também pode ser associada à ideia de ciclo de vida (infância, juventude, velhice etc.) ou coorte etária, para fins de observação estatística. Sendo assim, a constituição de uma geração se relaciona com os fenômenos que compõem um contexto social específico, os quais exercem influência determinante nas trajetórias e nas visões de mundo dos sujeitos. Sob essa ótica, discutir gerações demandaria uma contextualização rigorosa da sociedade e da cultura em que vivem esses grupos geracionais.

Entretanto, as seções anteriores deste capítulo nos revelam que existe uma lacuna significativa na transposição desse debate para a realidade nacional. Observamos que categorias geracionais predominantes tendem a ser adaptadas de forma acrítica ao caso brasileiro, sem que as definições originais sofram traduções que incorporem os elementos formativos da sociedade brasileira.

Se assumirmos que o conceito de geração pressupõe experiências históricas compartilhadas, simplesmente transpor classificações geracionais de outros contextos para o Brasil, sem considerar as especificidades nacionais, esvazia o conceito de seu sentido original de experiência coletiva. Nesses casos, a geração acaba se reduzindo a um marco temporal, funcionando mais como um corte etário do que como um grupo socialmente constituído. Um exemplo é a utilização da tecnologia e do acesso à internet como delimitadores de experiências geracionais: no Brasil, a digitalização e o

acesso a diferentes tecnologias digitais ocorreram de maneira heterogênea e em tempos distintos daqueles observados originalmente em outros países, mostrando que essa fronteira temporal não reflete necessariamente a vivência coletiva brasileira. Além disso, acontecimentos históricos próprios, como a ditadura militar, a promulgação da Constituição de 1988 e diferenças contextuais entre áreas urbanas e rurais, também moldam de forma específica as experiências das gerações brasileiras.

No levantamento realizado por este estudo foram encontrados poucos trabalhos que, efetivamente buscam apontar novos marcos históricos e culturais no contexto nacional, articulando acontecimentos políticos, econômicos e culturais à vida das gerações brasileiras. Portanto, esta é uma lacuna importante no atual debate geracional brasileiro. Mas foi possível identificar poucas produções que se arriscam nesta direção; vamos apresentá-las a seguir. Esses estudos, encontrados principalmente nas áreas de Administração e Sociologia, trazem novidades para o debate geracional brasileiro ao buscar compreender quais marcos históricos e processos sociais efetivamente influenciam as experiências geracionais por aqui.

Nesta seção vamos apresentar alguns desses trabalhos e as inovações que eles propõem para a análise das gerações no Brasil. Buscaremos descrever quais as especificidades brasileiras identificadas por essas produções e quais marcos históricos e processos sociais seriam determinantes na definição das nossas gerações.

Nos deteremos mais diretamente sobre três produções que convergem em um ponto fundamental: a crítica à aplicação acrítica de modelos geracionais estrangeiros e a defesa de que a classificação das gerações no Brasil deve ser ancorada em marcos históricos, políticos, econômicos e sociais nacionais. Este exercício de “abrasileiramento” do conceito busca capturar a heterogeneidade e as especificidades da experiência geracional marcado por rupturas abruptas, o autoritarismo e as crises econômicas. Cada trabalho, à sua maneira, oferece uma chave de leitura para decifrar como os grandes eventos nacionais forjam valores, comportamentos e visões de mundo particulares.

Silva (2022) propõe um exercício de “abrasileirar” o conceito de geração, problematizando a importação direta de modelos internacionais que pouco dialogam com a realidade nacional. Sua pesquisa é orientada por uma preocupação em oferecer uma leitura inovadora e contextualizada para o campo de Administração, especificamente no que diz respeito ao universo do trabalho corporativo no Brasil. Este esforço é particularmente relevante diante do cenário de escassez de estudos nacionais apontado pela própria autora, que observa:

É importante pontuar a baixa quantidade de artigos científicos – principalmente no Brasil – sobre os grupos geracionais nas empresas brasileiras, mas também há poucas pesquisas a respeito dos integrantes da Geração Z nas organizações, por conta de ser a nova classe ingressante no mercado de trabalho. Logo, fica visível a necessidade de estimular estudos mais aprofundados sobre a carreira dos “Z’s”, a fim dessas necessidades serem compreendidas pelas empresas e incorporadas às suas competências organizacionais (Silva, 2022, p. 25).

Partindo justamente dessa premissa, a autora vai às classificações globais - *Baby Boomers*, Geração X, Y e Z -, geralmente ancoradas em experiências do chamado “primeiro mundo”, e busca situá-las dentro de marcos históricos do Brasil. Assim, em vez de reduzir as gerações a cortes etários universais, Silva as compreende como coletivos que se formam a partir de experiências compartilhadas em processos concretos da história brasileira. Nesse movimento, os *Baby Boomers* brasileiros deixam de estar vinculados apenas ao pós-guerra norte-americano e passam a ser entendidos em diálogo com o fim do Estado Novo, o varguismo e as crises econômicas enfrentadas pela economia nacional no período. A Geração X brasileira é marcada pela ditadura civil-militar, pela censura e pelo uso da TV como propaganda, mas também pela arte como resistência e pelas mudanças nas estruturas familiares. Já a Geração Y brasileira aparece no contexto da reabertura democrática e da globalização, com estabilidade econômica, maior acesso à educação e contato precoce com tecnologias. Por fim, a Geração Z é situada no Brasil das reformas neoliberais dos anos 1990, imersa na digitalização, redes sociais e novos valores ligados à inovação e ao empreendedorismo.

A pesquisa de Hooper (2017) no campo da Sociologia da Cultura também propõe uma leitura original sobre o conceito de geração a partir do contexto brasileiro. Em vez de simplesmente adotar classificações internacionais, a autora toma como ponto de partida a noção de “Geração AI-5”, categoria cunhada pelo sociólogo Luciano Martins em 1979 e retomada pelo psicanalista Jurandir Freire Costa em 1984, para refletir sobre os efeitos políticos, sociais e culturais do regime militar. Ao fazê-lo, Hooper demonstra como o estudo das gerações no Brasil deve dialogar com nossos próprios marcos históricos, sobretudo os traumáticos, como o AI-5, e como este evento conformou modos específicos de ser jovem e de se relacionar com a vida social e política brasileira.

A autora argumenta que a “Geração AI-5” é um conceito-chave para entender as gerações brasileiras, justamente por encapsular a complexa interação entre o autoritarismo político, a modernização acelerada e a inserção internacional do capitalismo, elementos que forjaram de modo singular a juventude da época. Diferente dos estudos que a precederam, sua

análise avança ao propor que esse fenômeno deve ser visto menos como um desvio patológico e mais como uma configuração geracional legítima, ainda que contraditória, fruto de um contexto histórico específico. Como Hooper conclui, é preciso entender a Geração AI-5 “*menos como um detour, ou um erro, e mais como uma configuração geracional*” (Hooper, 2017, p. 358), inserida no processo mais amplo de modernização do país.

A pesquisa de Milhome (2022) que é apresentada em sua tese³ propõe um deslocamento importante no debate sobre gerações ao questionar a simples importação de modelos estrangeiros, sobretudo norte-americanos, para explicar o contexto brasileiro. Seu trabalho parte da premissa de que as gerações se constituem a partir de experiências históricas coletivas, vividas durante o período de socialização juvenil e adulta inicial. Para a autora, essa inadequação dos modelos importados é um ponto de partida fundamental:

(...) compreende-se que a formação social do indivíduo brasileiro, dadas as circunstâncias sócio-histórico-culturais, apresenta especificidades que, ao buscar compreender o indivíduo brasileiro, não coadunam com características de indivíduos norte-americanos. Entende-se, então, diante da base que compôs a classificação de gerações para indivíduos norte-americanos, que esta não atende à sociedade brasileira e que, portanto, a utilização desta resulta em imprecisões de compreensão. Dessa forma, este trabalho toma como tese que a compreensão das gerações e das diferenças geracionais, no contexto brasileiro, têm especificidades inerentes a sua cultura e sociedade, refletindo em um conjunto de Valores Pessoais e Valores Relativos ao Trabalho particulares à indivíduos brasileiros (Milhome, 2022, p. 16).

Assim, acontecimentos políticos, sociais e econômicos de grande impacto nacional criam marcas que atravessam memórias, valores e comportamentos, configurando aquilo que Milhome define como gerações propriamente brasileiras.

A autora apresenta sete categorias geracionais que, longe de reproduzir classificações já difundidas, se enraízam em marcos nacionais. A Geração Nacionalista (1910-1929), por exemplo, foi moldada pelo contexto da Era Vargas e por uma educação voltada à disciplina e ao culto ao Estado. Já a Geração Pré-Ditadura (1930-1943) cresceu entre a instabilidade política do pós-Getúlio e os efeitos da Segunda Guerra, o que lhes imprimiu um *ethos* de escassez e de valorização do “ser” em detrimento do “ter”. Seguindo essa lógica, a Geração Reprimida (1944-1958) carrega a memória traumática da

³ A autora possui duas produções sobre o tema. Priorizamos aqui os resultados de sua tese de doutorado (MILHOME, 2022), por ser seu trabalho mais recente e abrangente. A classificação geracional da tese incorpora uma categoria adicional (quatro gerações, contra três no artigo) e apresenta ajustes nas datas demarcatórias. Para consultar a proposta inicial, ver Milhome e Rowe (2021).

repressão militar e do AI-5, reproduzindo valores de cautela, obediência e desconfiança social.

Nos anos seguintes, a Geração Diretas (1959-1968) emergiu como resposta ao fechamento autoritário, marcada pelo movimento popular de redemocratização e pela valorização da liberdade e da expressão coletiva. A Geração Hiperinflação (1969-1978), por sua vez, internalizou a instabilidade econômica e desenvolveu um perfil mais conservador, em busca de segurança frente ao colapso financeiro vivido no país. Já a Geração Social (1979-1991) experimentou a estabilização relativa e a expansão do acesso ao ensino superior, abrindo espaço para novas pautas sociais, como feminismo, diversidade sexual e debates raciais, ao mesmo tempo em que se inseriu em um cenário de globalização tecnológica. Por fim, a Geração 4.0 (1992-2005) é compreendida como uma geração ainda em formação, atravessada por eventos disruptivos como a pandemia de COVID-19, a precarização do trabalho e a ascensão de governos de perfil conservador e autoritário. Inserida desde cedo em um ambiente digital, essa geração valoriza a busca por inovação, realização e estímulos constantes, mas carrega também sentimentos de incerteza e desesperança em relação ao futuro.

O trabalho de Milhorne, portanto, não apenas propõe novas categorias geracionais, mas ilumina como os acontecimentos estruturantes do Brasil moldam visões de mundo, padrões de comportamento e expectativas sociais de diferentes grupos etários, reafirmando a importância de construir referenciais analíticos situados no contexto nacional.

Em contraste com o modelo clássico de classificação geracional, que utiliza marcos e experiências de países anglo-saxões como referência universal, os trabalhos de Silva (2021), Hooper (2017) e Milhorne (2022) trazem contribuições fundamentais para contextualizar este debate à realidade brasileira. A principal novidade apresentada por eles é a defesa de que os marcos geracionais no Brasil devem ser ancorados em eventos históricos, políticos e econômicos nacionais, e não em cortes etários rígidos ou experiências estrangeiras. Silva propõe uma releitura das gerações globais (*Baby Boomers*, X, Y, Z) à luz de processos brasileiros, como o fim do Estado Novo, a ditadura militar e a estabilização econômica. Hooper avança ao recuperar o conceito de “Geração AI-5”, demonstrando como um evento traumático específico (o Ato Institucional nº 5) forjou valores, comportamentos e uma subjetividade peculiar na juventude da época, marcada pelo autoritarismo e pela modernização conservadora. Já Milhorne realiza o esforço mais ousado, propondo sete categorias geracionais totalmente novas e baseadas em marcos nacionais, como a Geração Nacionalista (Era Vargas), a Geração Reprimida (Ditadura Militar), a Geração Hiperinflação (instabilidade econômica dos anos 80/90) e a Geração 4.0 (era digital e pandemia).

Um aspecto crucial que unifica as propostas desses autores é a identificação de eventos traumáticos nacionais como os principais formadores de geração. Dentre eles, o Regime Militar (1964-1985) e o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968 emergem com notável relevância, sendo tratados não como pano de fundo, mas como o epicentro de uma experiência geracional fundadora. Essa convergência ressalta que o autoritarismo e a repressão política são percebidos como forças tão decisivas na formação do caráter nacional quanto o pós-guerra foi para os europeus ou norte-americanos, solidificando o argumento de que a história política do Brasil é a matéria-prima essencial para qualquer classificação geracional significativa no país.

Especialistas consultados pelo estudo também chamam atenção para a força da ditadura na configuração das gerações brasileiras.

Pra mim a ditadura é o principal marco da nossa história recente, do século XX para cá, porque ainda hoje ela reflete muito na nossa vida, na nossa política, na nossa cultura. E quem não viveu a ditadura, é filho ou neto de quem viveu, então isso deixou marcas muito enraizadas” (Especialista 7, Administração).

Enquanto o modelo dominante fala em “*Baby Boomers*” do pós-guerra, o Brasil vivia o fim do Estado Novo e a era Vargas. Enquanto a Geração X global vivenciava o fim da Guerra Fria, a juventude brasileira carregava as marcas da repressão e da instabilidade econômica. É o que demonstram, por exemplo, as categorias propostas por Milhorne (2022), como a “Geração Diretas”, marcada pela luta pela redemocratização, ou a “Geração Hiperinflação”, cujos valores foram moldados pelo colapso econômico dos anos 1980 e 1990. Portanto, utilizar os marcos nacionais constitui uma premissa analítica indispensável para apreender a complexidade e as particularidades da formação geracional brasileira, onde os grandes eventos internacionais foram filtrados e ressignificados por dinâmicas locais. Dessa forma, a crítica central desses autores à aplicação acrítica dos modelos internacionais se confirma: as categorias clássicas são insuficientes para decifrar os valores, comportamentos e visões de mundo forjados pela história brasileira. Tais trabalhos revelam um caminho a explorar no debate geracional brasileiro, apontando para uma abordagem analítica ainda muito tímida por aqui, mas que começa a dar alguns passos importantes.

Este capítulo apresentou um panorama do debate geracional na produção brasileira. Explicitou achados do levantamento bibliográfico de estudos brasileiros que abordam o tema das gerações, especificamente nas seguintes áreas das Ciências Humanas: Administração, Marketing, Demografia, Economia, Psicologia, Gerontologia, Sociologia e Antropologia. Primeiro, apresentou-se, de forma mais ampla, como o debate sobre gerações vem sendo tratado em cada uma das áreas e, depois, de que forma a literatura brasileira faz intersecção de geração com outros marcadores sociais da diferença, como gênero, classe, raça e sexualidade. Foi possível identificar os temas predominantes e os temas pouco abordados no debate geracional nacional. Por fim, foram apresentados alguns estudos que vêm problematizando os marcos temporais que delimitam as gerações no Brasil e suas propostas inovadoras. Fizemos um esforço para apresentar, com base nos estudos do nosso escopo, os novos marcos temporais para delimitação de gerações no Brasil.

O panorama das abordagens geracionais nas diferentes áreas do conhecimento revela que o tema é abordado por três vieses: o macroestrutural, sobretudo na Demografia e Economia, focado no envelhecimento populacional e na sustentabilidade de sistemas previdenciários; o micro relacional, principalmente na Psicologia, Sociologia e Antropologia, centrado nas dinâmicas familiares; e o aplicado, notável na Administração e no Marketing, voltado para consumo e trabalho. Apesar de ser um debate multifacetado, observa-se, em todas as áreas, alguns gargalos, como a forte dependência de modelos geracionais importados e pouco adaptados à realidade brasileira, bem como a carência de estudos longitudinais que acompanhem as gerações ao longo do tempo, impedindo uma compreensão mais dinâmica de suas transformações.

Considerando que a sociedade brasileira é desigual, articulação da discussão geracional com outros marcadores sociais da diferença seria fundamental. A análise da produção nacional revelou que marcadores como gênero e classe são mais consolidados no debate geracional do Brasil, especialmente na Sociologia e Antropologia. Os estudos que propõem essa intersecção promovem um debate mais complexo sobre as desigualdades sociais entre e intra gerações. É comum, no entanto, que mesmo quando presentes, esses marcadores sejam subutilizados, reduzidos a variáveis de controle ou a recortes empíricos. A invisibilidade dos marcadores de raça e sexualidade nas pesquisas constrói grupos geracionais abstratos, implicitamente brancos e heterossexuais. A lacuna mais grave, portanto, é a falta de uma abordagem interseccional efetiva, que incorpore a raça e a sexualidade desde o desenho da pesquisa, reconhecendo como marcadores sociais estruturam as experiências históricas de diferentes grupos geracionais no Brasil.

A análise dos temas estratégicos demonstra que o debate geracional brasileiro se concentra em temas como Família, Valores Pessoais, Contexto Econômico e Trabalho nas diferentes áreas do conhecimento, revelando-se como fundamentais como compreensão das dinâmicas sociais geracionais. Já temas como Tecnologia e Consumo têm alguma centralidade em áreas das ciências aplicadas. Mas Finanças Pessoais, Religião, Arte e Cultura são temas apresentados de maneira secundária e sem aprofundamento analítico. O Contexto Político e a Participação Social são temas que precisamente contribuiriam para aprofundamento das características geracionais no contexto local, mas que são pouco explorados na literatura analisada. Por fim, chama a atenção a ausência quase total do debate sobre Meio Ambiente, o que desconsidera a crise climática como evento definidor para as novas gerações. Portanto, nota-se que lacunas temáticas importantes para serem exploradas nos estudos sobre geração no contexto brasileiro.

Apesar de a adoção do debate geracional internacional e suas categorias prevalecer na discussão nacional, o levantamento encontrou alguns estudos que se aventuram em propor novos marcos geracionais para o caso brasileiro. A lacuna que esses estudos buscam preencher é a ausência de um referencial analítico nacional, propondo um “abrasileiramento” do conceito com categorias baseadas em marcos históricos próprios, como a “Geração AI-5” ou a “Geração Hiperinflação”, afirmando que eventos traumáticos, como a Ditadura Militar, são o epicentro da formação geracional no país.

Em síntese, observamos um campo de estudos sobre gerações no Brasil que, apesar da riqueza teórica em certas disciplinas, possui algumas fragilidades. Metodologicamente, destaca-se a dependência de modelos estrangeiros e a falta de estudos longitudinais, bem como de uma abordagem interseccional que considera marcadores sociais estruturantes para realidade brasileira. Aponta-se para a negligência de temas como Contexto Político e Participação Social, que limita a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Como resultado, a maior problematização é a construção de um conceito de “geração” abstrato e descontextualizado da história brasileira. Em outras palavras, são poucos os estudos que propõem uma análise que contenha esses esforços. A partir disso, emerge uma clara agenda de pesquisa: a necessidade de estudos interdisciplinares e longitudinais, que sejam interseccionais do ponto de vista dos marcadores sociais da diferença, bem como o desenvolvimento de análises que explorem o impacto de fenômenos sociais relevantes para o território nacional, como a crise climática e a polarização política, consolidando assim, marcos temporais que reflitam as complexas e singulares trajetórias das gerações no Brasil.



5 INTERGERACIONALIDADE

Seoconceitodegeraçãodefineosgrupos,anoçãodeintergeracionalidade diz respeito à natureza de suas relações. Trata das interações e trocas entre pessoas de diferentes gerações que se manifestam de múltiplas formas: solidariedade (apoio emocional, instrumental e financeiro), conflito (disputa por recursos, valores e poder), transmissão cultural (transferência de conhecimentos, tradições e normas) e reciprocidade.

As relações entre as gerações no Brasil não ocorrem em um vácuo social, mas são profundamente moldadas por contexto particular: uma das mais rápidas e intensas transições demográficas do mundo. A alteração na estrutura etária do país, caracterizada pela queda vertiginosa da fecundidade e pelo aumento expressivo da expectativa de vida, constitui o palco sobre o qual os pactos, conflitos e colaborações intergeracionais são negociados. As relações entre as gerações se manifestam de formas distintas nos diversos âmbitos da vida social. Na família, no trabalho e na arena das políticas públicas, emergem dinâmicas complexas de solidariedade, conflito, cuidado e transmissão de valores, que refletem tanto as transformações demográficas quanto as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Uma análise aprofundada desses domínios revela como a intergeracionalidade serve de lente para as questões mais centrais do Brasil contemporâneo.

5.1 Panorama do tema da Intergeracionalidade

Estaseçãootemoobjetivodeanalisarcomootemadaintergeracionalidade é abordado em diferentes áreas do conhecimento, com base em uma revisão e sistematização da literatura acadêmica brasileira.

A seguir, exploraremos as perspectivas da Psicologia, Economia e Demografia, Sociologia e Antropologia, Administração e Marketing e Gerontologia, buscando mapear os principais enfoques, objetos de estudo e conclusões que caracterizam a produção científica brasileira sobre as relações entre gerações. A análise revela que o conceito é apropriado de maneiras distintas, refletindo os interesses teóricos e práticos de cada campo.

- **Psicologia**

O tema da intergeracionalidade é abordado na Psicologia como um fenômeno multifacetado que envolve transmissão cultural e de saberes e constitui campo tanto para solidariedade e cooperação quanto para

conflitos e distanciamentos. No geral, há um reconhecimento das mútuas influências e resistências, sendo a convivência intergeracional vista como um meio de enriquecimento intelectual, emocional e um desafio constante para gestores e indivíduos.

Ferrigno (2016b) destaca que a relação entre gerações é indissociável da educação e da construção da cultura, enfatizando o papel de idosos como mestres e alunos. Pereira (2014) e Ribeiro (2016) investigam a intergeracionalidade no ambiente familiar, focando na transmissão de valores e representações sociais entre pais, filhos e avós, e como essa transmissão ocorre em meio a tensões e mudanças. O trabalho de Borges et al. (2011) destaca a influência das aceleradas transformações sociais na constituição dos laços intergeracionais, questionando se há maior diferenciação ou homogeneização de valores, já que o ideal de juventude é atualmente perseguido por todas as gerações. Já França et al. (2010) enfatizam a importância de programas intergeracionais em comunidades, escolas e organizações com objetivo de superar preconceitos (ageismo) e estimular a solidariedade e a cidadania.

• **Economia e Demografia**

O tema da intergeracionalidade é abordado de forma central em estudos de Economia e Demografia. A discussão tende a se concentrar em duas perspectivas: a) nas relações familiares e nos fluxos de suporte intergeracional e, b) no pacto intergeracional que sustenta as políticas de Previdência e Seguridade Social.

Camarano (2002; 2003) e Alonso (2011) revelam que a co-residência das diferentes gerações de um grupo familiar muitas vezes reflete a necessidade econômica dos jovens. Tais trabalhos destacam que as transferências de recursos (financeiros e trabalho de cuidados) nas famílias brasileiras são bidirecionais e mostram que idosos frequentemente atuam como provedores das gerações mais jovens. Esse tipo de trabalho destaca, portanto, os mecanismos de solidariedade intergeracional que sustentam a sobrevivência material dos grupos familiares.

Além disso, o tema da intergeracionalidade é crucial na discussão da sustentabilidade da Previdência Social. O trabalho de Costanzi et al. (2017), entre tantos outros, trata da crescente razão de dependência previdenciária e da pressão sobre as gerações ativas para sustentar os inativos. Este é o tipo de perspectiva que salienta as fricções e conflitos intergeracionais em um contexto econômico mais amplo.

A pesquisas de Ribeiro et al. (2014) e Coutinho et al. (2014) focam na transmissão da pobreza e das desigualdades educacionais e sociocomportamentais entre gerações, mostrando como as condições dos pais (capital cultural, social e econômico) influenciam as trajetórias e oportunidades dos filhos, podendo perpetuar ou quebrar ciclos de privação. Aqui o foco está na transmissão intergeracional familiar de privilégios e desvantagens sociais e econômicas.

• Sociologia e Antropologia

Na produção socioantropológica, o tema da intergeracionalidade é abordado como um campo complexo de relações, caracterizado tanto por solidariedade quanto por tensões. Há uma atenção especial ao âmbito familiar e às (re) definições de papéis geracionais nessa esfera.

Domingues (2002) ressalta a influência mútua na constituição das gerações, uma geração só se constitui na relação com a outra, no entrelaçamento interativo com outras subjetividades coletivas, ou seja, no exercício da intergeracionalidade. Ele também dá destaque à dimensão de poder, constitutiva das relações intergeracionais.

Brandão e Côrte (2016) e Adriana de Oliveira Alcântara (2010) analisam o aumento das famílias multigeracionais devido à longevidade e discutem as trocas e transferências de apoio (material, instrumental e funcional).

O tema da intergeracionalidade é abordado de maneira central por Motta (1999; 2017) em seus textos, que descreve as famílias multigeracionais como espaços fundamentais onde coexistem múltiplas gerações e se redefinem as relações afetivo-sociais. Ela destaca o papel da “geração pivô” (principalmente filhas) no apoio em cuidados e financeiro a centenários e gerações mais jovens, além de explorar as complexas relações de poder, hierarquia e, por vezes, violência que se manifestam nesse convívio. A abordagem de Motta aprofunda a análise das relações e dinâmicas intergeracionais concretas, especialmente no contexto brasileiro, ressaltando o papel da mulher e as intersecções com gênero, classe e raça. Alcântara (2010) também analisa a realidade da “geração pivô” (mulheres que apoiam pais, filhos e netos) e salienta que, contrariando estereótipos, as gerações mais velhas frequentemente atuam como provedoras para as mais jovens, confrontando a ideia de dependência. Seus estudos mostram que a co-residência nem sempre garante apoio intenso e que os conflitos são inerentes às diferenças socioculturais entre gerações, como os diferentes pontos de vista entre avós, filhos e netos.

Ramos (2014) também foca nas relações entre avós e netos, mostrando como a casa dos avós é um espaço privilegiado de socialização e como a distância geográfica pode ser superada por meio de tecnologia para manter a proximidade afetiva. Já o trabalho de Medeiros et al. (2019) aborda a intergeracionalidade discutindo o planejamento gestacional e suas implicações para o ambiente familiar mais amplo, envolvendo pais, avós e outros filhos na dinâmica da chegada de um novo membro.

Já Barros (1989; 2013) explora a intergeracionalidade na transmissão de memórias e valores, observando o “fosso geracional” devido às rápidas mudanças sociais, mas também a coexistência e negociação de códigos culturais e a reinvenção de papéis, como o retorno ao trabalho pós-aposentadoria e o papel das avós como provedoras.

• Administração e Marketing

O tema da intergeracionalidade é abordado nos textos de Administração e Marketing principalmente pelas diferenças de valores, desafios ou conflitos entre diferentes gerações, com destaque para o ambiente de trabalho e os padrões de consumo.

Os estudos da área de Administração frequentemente apontam para diferenças no uso da tecnologia (Severo et al., 2017), nas expectativas de carreira (Fantini e Souza; 2015; Rudge et al., 2017), nos valores no trabalho (Milhome, 2022; Milhome e Rowe, 2021) e nos padrões de consumo (Moraes, Andrade Neto, Souza, 2016; Indalécio et al., 2021). Há um consenso sobre a necessidade de as organizações desenvolverem estratégias de gestão e liderança adaptadas para lidar com a diversidade geracional, buscando minimizar conflitos e otimizar a contribuição de cada grupo para a performance organizacional.

Já no Marketing, a questão intergeracional é abordada pelo ponto de vista da transmissão cultural e de valores e sua influência no consumo. A pesquisa empírica de Vollmer (2013), por exemplo, revela como as gerações mais velhas (avós) expressam maior proximidade com a natureza e engajamento ambiental do que as mais jovens e defende o argumento de que hábitos de consumo e descarte são influenciados pelas experiências geracionais. Já Batista e Bessa (2023) enfatizam a influência da juventude na padronização do consumo e valores estéticos das gerações coexistentes, destacando que as gerações mais jovens têm um papel fundamental na segmentação publicitária. Ambos os trabalhos abordam a constante redefinição de comportamentos entre as gerações.

• Gerontologia

O tema da intergeracionalidade é consistentemente abordado nos textos como uma estratégia fundamental para promoção do bem-estar, superação de preconceitos e construção de uma sociedade mais inclusiva.

Castro et al. (2024) dedica-se extensivamente a este tema, defendendo a “intergeracionalidade” e a “educação intergeracional” como meios de capacitar a pessoa idosa, promover seu protagonismo e desmistificar estigmas relacionados ao envelhecimento. O texto de Vieira et al. (2024) inclui a dimensão de “envolvimento familiar e da comunidade” e “atividades intergeracionais” como aspectos cruciais na autoavaliação da qualidade do cuidado em ILPIs, reconhecendo o valor da interação para a saúde mental e a autonomia dos idosos. Pazos et al. (2024) aponta a “intergeracionalidade” como uma das medidas para a redução do etarismo nos ambientes de trabalho, pois o convívio entre diferentes gerações fomenta novos aprendizados, experiências e respeito. Barbosa et al. (2023) enfatiza a necessidade de um “pacto social de educação” que promova “reconexão, respeito e empatia intergeracional” para combater eficazmente o etarismo e suas consequências. O trabalho de Antunes (2010), embora não use o termo explicitamente, ilustra a prática da intergeracionalidade dentro da comunidade travesti, onde as mais velhas servem de “modelo” e “referência” para as mais novas, transmitindo sabedoria e estratégias de sobrevivência. Barros e Barros (2014) abordam a intergeracionalidade tratando das diferenças de valores, comportamentos e oportunidades das diferentes gerações.

De modo geral, a intergeracionalidade é vista como um recurso que promove a troca de conhecimentos e experiências, bem como suporte social entre pessoas de diferentes idades, contribuindo para a desconstrução de estereótipos, para o fortalecimento de vínculos e para a melhoria da qualidade de vida para todas as gerações.

A análise das diferentes áreas do conhecimento evidencia que a intergeracionalidade também é um conceito polissêmico e multifacetado, cujo tratamento varia significativamente conforme a lente disciplinar. Enquanto a Economia e a Demografia destacam os fluxos materiais e o pacto previdenciário, a Sociologia e a Antropologia aprofundam a análise das dinâmicas de poder e redefinição de papéis na esfera familiar. A Psicologia foca nos impactos subjetivos e relacionais, ao passo que a Administração e o Marketing adotam uma visão pragmática sobre a gestão de diferenças no

trabalho e no consumo. Por fim, a Gerontologia confere à intergeracionalidade um caráter normativo, enxergando-a como uma ferramenta estratégica para o combate ao etarismo e a promoção de uma sociedade mais inclusiva.

Um esforço de análise transversal da produção dessas áreas revela a forte presença de dois aspectos importantes que detalharemos a seguir: **Dualidade entre Solidariedade e Conflito entre as gerações e Transmissão Intergeracional.**

A análise da literatura permite observarmos que, em todas as áreas investigadas, emerge uma dualidade central da discussão sobre intergeracionalidade: a relação entre gerações é vista simultaneamente como um espaço de solidariedade, trocas e transmissão cultural, e como uma arena de tensões, conflitos por recursos e disputas de valores. O olhar panorâmico para essa produção sobre intergeracionalidade revela a natureza intrinsecamente dual do conceito, manifestada na coexistência permanente de solidariedade e conflito.

Longe de ser um campo de relações harmoniosas ou puramente conflituosas, o convívio entre gerações se revela como um espaço dinâmico de negociação contínua. Essa tensão fundamental não se restringe a uma única esfera, perpassando desde as interações mais íntimas no ambiente familiar até as grandes estruturas que organizam a sociedade, como o mercado de trabalho e os sistemas de bem-estar social. Compreender essa dualidade é, portanto, essencial para analisar como os laços intergeracionais são formados, mantidos e transformados no contexto contemporâneo.

Por um lado, a dimensão da solidariedade se materializa em formas robustas de cooperação e suporte mútuo, sendo a família seu principal lócus. Estudos evidenciam intensos fluxos de apoio financeiro, muitas vezes dos mais velhos para os mais novos, além de trocas de cuidados, suporte emocional e transmissão de saberes que enriquecem todas as gerações envolvidas. Em contrapartida, a dimensão do conflito emerge em diversas frentes: nas disputas macroeconômicas por recursos, como no debate sobre a sustentabilidade da Previdência Social, que opõe os interesses de ativos e inativos, nos choques de expectativas e valores no ambiente de trabalho e nas tensões cotidianas dentro da própria família, onde diferentes visões de mundo se confrontam. Em síntese, é no gerenciamento dessa tensão constante entre a colaboração e a divergência que as relações intergeracionais se definem e se redefinem continuamente.

Já a transmissão intergeracional, outro aspecto recorrentemente abordado nos estudos investigados, constitui processo fundamental que conecta as gerações, além de encarnar o principal mecanismo de reprodução social e, por vezes, de transformação social. Mais do que simples transferência

de bens, este conceito abrange também o legado simbólico que uma geração deixa para a seguinte, moldando identidades, comportamentos e oportunidades. A literatura costuma analisar este fenômeno a partir de duas grandes dimensões que operam de forma interligada: uma vertente cultural e simbólica, relacionada à construção de visões de mundo, e outra material e estrutural, que define as condições objetivas da existência. Compreender como essas duas facetas se articulam é crucial para desvendar a maneira como as sociedades perpetuam suas características ao longo do tempo.

No plano cultural e simbólico, a transmissão se dá de forma mais fluída e imaterial, envolvendo a transferência de valores, memórias familiares e coletivas, representações sociais, tradições e saberes práticos. É nesse campo que se formam os laços afetivos e o senso de pertencimento, com pais e avós atuando como agentes primordiais na socialização das novas gerações. De forma igualmente decisiva, a dimensão material e estrutural refere-se à herança de diferentes formas de capital — econômico (patrimônio e renda), social (redes de contato) e cultural (educação formal e informal). Este legado estrutural é determinante para as trajetórias de vida, pois pode tanto perpetuar ciclos de pobreza e desigualdade, limitando as oportunidades dos descendentes, quanto assegurar a continuidade de privilégios, facilitando o acesso a recursos e posições de poder. As duas dimensões estão profundamente imbricadas, pois as condições materiais de uma família influenciam os valores que ela transmite, e vice-versa, tornando a transmissão intergeracional um processo complexo e central para a análise das dinâmicas sociais.

A seguir, uma síntese dos aspectos centrais na discussão sobre intergeracionalidade nas áreas analisadas no estudo:

- **Dualidade entre Solidariedade e Conflito:**

- *Cooperação e Suporte Mútuo entre as gerações:* troca de saberes, apoio emocional, financeiro e de cuidados, especialmente no ambiente familiar.
- *Tensões e Distanciamentos entre as gerações:* conflitos de valores, disputas por recursos (como na Previdência Social) e choques de expectativas no trabalho e na família.

- **Transmissão Intergeracional:**

- *Cultural e Simbólica:* transferência de valores, memórias, representações sociais, tradições e saberes entre gerações.
- *Material e Estrutural:* herança de capital econômico, social e cultural que perpetua ou quebra ciclos de pobreza, desigualdade e privilégios.

5.2. Intergeracionalidade nas dinâmicas e esferas sociais

Nesta seção vamos aprofundar o debate sobre intergeracionalidade. Com base na revisão da literatura interdisciplinar, foi possível identificar como a questão da intergeracionalidade aparece com mais frequência na produção acadêmica brasileira. Ela se expressa como um aspecto importante da organização e estruturação das seguintes esferas e dimensões da sociedade: família, cuidado, trabalho, ferramentas sociais de combate ao etarismo e políticas públicas. O conteúdo a seguir está organizado para explorar cada uma delas: a família, como lócus primordial das trocas; o cuidado, como expressão da interdependência; o ambiente de trabalho, como novo espaço de convivência; a intergeracionalidade como ferramenta social para o combate ao etarismo e, por fim, seu papel na estruturação do pacto social e das políticas públicas de bem-estar social.

O objetivo da seção é mostrar como a literatura trata das dinâmicas intergeracionais nessas esferas e apresentar alguns exemplos práticos e concretos dos desafios e potencialidades das relações geracionais que aí se revelam. A análise se guiará pela exploração de uma dualidade recorrente na literatura e presente na seção anterior: a tensão permanente entre a solidariedade — expressa no apoio mútuo e na transmissão de saberes e recursos — e o conflito, manifesto em disputas por autoridade, choques de valores e tensões sobre a alocação de recursos públicos.

Compreender a dimensão da intergeracionalidade na sociedade brasileira é essencial para análise de alguns dos desafios mais urgentes da sociedade contemporânea. É através dessas relações que se negociam o cuidado com os mais vulneráveis, a inovação nos ambientes de trabalho, a luta contra o preconceito etário e, em última instância, o futuro do pacto social que une as diferentes gerações em um projeto de nação com seu sistema de bem-estar social.

5.2.1. Família

A literatura apresenta a família como uma esfera social intergeracional por excelência. É na relação entre pais e filhos, bem como entre avós e netos, que se observa não apenas questões acerca da sociabilidade, envolvendo conflitos e solidariedade, mas também da transmissão cultural e material.

No levantamento da literatura, identificamos que a família, enquanto lócus privilegiado da relação intergeracional, é amplamente debatida nas seguintes áreas: Sociologia, Psicologia, Gerontologia, Economia e Demografia. Boa parte de tais estudos são pesquisas empíricas, sendo metodologias qualitativas na Sociologia, Antropologia e Psicologia, e quantitativas na Gerontologia, Economia e Demografia. As áreas do conhecimento que abordam a intergeracionalidade familiar costumam tratar o assunto por meio de noções como ciclo de vida e papéis sociais.

Vários estudos se dedicam à discussão da coabitação intergeracional. No Brasil, é comum que o espaço doméstico seja moradia de família com três ou mais gerações. Essas condições variam, por exemplo, conforme a classe social. Esse tipo de convivência intergeracional pode ser motivado por necessidades financeiras, frequentemente das gerações mais jovens. Mas não apenas, uma vez que também envolve demandas de cuidado de dependentes, como crianças ou pessoas idosas.

Desemprego, divórcio, viuvez, filhos que não saem nunca da casa dos pais são as razões que explicam porque, no Brasil, as gerações mais velhas coabitam cada vez mais com as mais jovens. Retornar para a casa familiar, ou ir morar na casa de um(a) filho(a) introduz uma nova dinâmica na organização doméstica: a reorganização do espaço – abrir,

AVOSIDADE: INTERGERACIONALIDADE FAMILIAR

A avosidade é a relação intergeracional entre avós e netos, caracterizado por efeitos mútuos de sociabilidade e transmissão cultural. Nessa relação, não apenas os avós são fundamentais na vida social de seus netos, uma vez que os netos também são sujeitos ativos para sociabilização de seus avós. É nesse convívio que avós e netos se reconstituem e se renovam mutuamente (Oliveira, 2011; Ramos 2014).

Esta relação distingue-se daquela entre pais e filhos por algumas particularidades: enquanto os pais costumam ser os cuidadores primários, os avós atuam como um recurso de apoio familiar no cuidado das crianças, contribuindo diretamente para o seu crescimento e desenvolvimento (Ramos, 2014).

A casa dos avós muitas vezes se torna um "segundo lar" ou uma extensão da moradia das crianças, com regras de comportamento mais flexíveis e a liberdade para brincar. Assim, para os netos, a casa dos avós é um espaço privilegiado para a construção de amizade, cumplicidade, afeto e brincadeiras. A vivência na casa dos avós é potencializada quando o ambiente é distinto do cotidiano das crianças, fornecendo experiências mais diversas para o desenvolvimento pessoal e social (Ramos, 2014).

A distância geográfica é um fator determinante para a periodicidade do contato, mas hoje as tecnologias de comunicação desempenham um papel crucial em encurtar simbolicamente as distâncias. Essa nova forma de se relacionar

criar lugares para receber o novo(s) membro(s); a adaptação das regras, horários e tarefas às necessidades e atividades de cada um, e do grupo em particular (Peixoto e Luz, 2007, p. 171).

A literatura também destaca a redefinição dos papéis sociais geracionais no âmbito familiar. Na coabitação, o papel de avós, pais e filhos é constantemente negociado, conforme as trocas de ajudas ou solidariedades intergeracionais. Essa redefinição, no entanto, também pode envolver conflitos, especialmente quando alguém que detinha autonomia e autoridade, ou mesmo um papel social de provedor da família, passa a ser dependente.

A coabitação pode ser lida, então, como um fator que estimula a solidariedade familiar nos períodos mais difíceis da vida de cada um de seus membros. Isso não significa, no entanto, que as trocas intergeracionais tenham aumentado ou diminuído e, sim, que as relações familiares adquiriram uma outra dinâmica, pois a re-coabitação sempre acarreta uma inversão dos papéis familiares: alguém perderá a autoridade (chefia) familiar, cedendo seu lugar para outro. Por exemplo, algumas mães viúvas perdem a autoridade doméstica quando acolhem um filho (ou filha) com dificuldade financeira, ainda que sejam as provedoras e proprietárias do imóvel; às vezes, perdem até sua própria independência. Outras mães viúvas conseguem garantir a autoridade doméstica e, neste caso, o filho (ou filha) dependente perde a chefia da sua casa, mas nem sempre da sua família. Uma terceira possibilidade é quando a mãe viúva vai morar na casa de um filho (ou filha), tornando-se “visita”, sem possibilidades de participar das decisões domésticas (Peixoto e Luz, 2007, p. 175).

não só fortalece os laços, mas também proporciona uma transmissão de aprendizados de netos para avós, onde a geração mais jovem socializa a mais velha no uso dessas tecnologias, ensinando-os a mexer no computador e a se comunicar virtualmente, por exemplo. Assim, avós e netos descobrem novas formas de cuidar, conviver e aprender reciprocamente, enriquecendo suas percepções do mundo (Oliveira, 2011; Ramos, 2014).

A relação entre avós e netos, no entanto, pode ocorrer na condição em que os avós são os principais cuidadores de seus netos - sendo mais recorrente em famílias em que os pais trabalham fora e não há suporte do Estado ao cuidado (Oliveira, 2011, Ramos, 2014; Rabelo et al, 2014). Nesses casos, é comum que os avós se sintam confusos sobre o seu papel na relação com os netos. Estudos indicam que quando os avós atuam como cuidadores secundários, há maior leveza na relação, mas quando são os cuidadores primários por imposição externa, há maior tendência a conflitos e sobrecarga emocional (Rabelo et al., 2014; Ferrigno, 2009, 2024).

A avosidade enquanto uma relação intergeracional caracterizada pela liberdade e desenvolvimento baseado em brincadeiras, considera que os avós desempenhem papel de avós e os netos desempenhem papel de netos (Oliveira, 2011; Ramos, 2014; Rabelo et al, 2014; Ferrigno, 2009; Ribeiro, 2016).

A literatura também discute os fluxos de transferência intergeracional de recursos financeiros. Observa-se que, no contexto brasileiro, as mulheres idosas frequentemente atuam como provedoras, sobretudo pelo desenvolvimento das políticas de seguridade social (com acesso às pensões após se tornar viúvas, por exemplo) e pelo envelhecimento predominantemente feminino.

Chama-se a atenção para a importância da contribuição da renda da idosa no orçamento familiar. Nas famílias de idosas, ela foi de 46,4% e nas com idosas, 26,4%. A contribuição da renda do benefício previdenciário na renda dessas famílias foi de 34,3% nas famílias de idosas e 15,8% de nas com idosas. Em muitos casos, o benefício social constitui-se na única fonte de renda das famílias que, como já se viu, não são famílias compostas apenas por idosos. Parece haver em curso, então, uma importante mudança nas relações de gênero. A maior parte das idosas de hoje passou a vida adulta desempenhando papéis tradicionais femininos [...]. Hoje, chefiam metade das famílias onde vivem, contribuindo significativamente para o orçamento destas. Isto se deve em grande parte ao recebimento do benefício da Previdência Social. Ou seja, o que parece estar acontecendo é que as mulheres, quando envelhecem, passam do seu papel tradicional de dependentes para o de provedoras. Esta, dentre outras mudanças, tais como o aumento das famílias de três gerações, tem levado a que os idosos, de uma maneira geral, estejam liderando uma mudança social de grande porte (Camarano, 2003, p. 57).

A transmissibilidade de recursos financeiros é assunto debatido em estudos sobre mobilidade social no Brasil, que demonstram uma forte persistência intergeracional de vantagens e desvantagens, ou seja, a posição de classe e a renda dos filhos estão fortemente correlacionadas às de seus pais. Essa transmissão é ainda mais acentuada quando atravessada pela questão racial. A “herança de classe” beneficia desproporcionalmente os brancos, indicando que a raça continua a ser um divisor fundamental nas chances de vida, mesmo quando se controla o nível educacional.

Há, hoje, uma razoável literatura, no Brasil, acerca da disparidade educacional entre brancos e negros (pretos e pardos), notadamente estudos de natureza quantitativa. Tais estudos sugerem que, mesmo controlando as variáveis de origem social, ainda há diferenças significativas no processo de escolarização formal entre brancos e negros (Hasenbalg e Silva, 1992, 2003; Soares e Alves, 2003; Barbosa, 2009); (Coutinho et al., 2014, pp. 71-72).

Procuramos evidenciar ao longo do texto similitudes e dessemelhanças nos caminhos trilhados no interior do sistema escolar pelos jovens das camadas populares. Percebemos que a maioria dos sujeitos da pesquisa pertencia a famílias com baixíssimo capital cultural, social e simbólico. A inserção precoce no mundo do trabalho revelou histórias marcadas pela exclusão e falta de

perspectivas, reiterando o ciclo intergeracional da pobreza e da deseducação. O abandono da escola não é o desdobramento da entrada no mundo do trabalho, mas o seu contrário. Em famílias de baixa renda, aqueles que não demonstram “aptidões” para os estudos, devem iniciar-se como trabalhadores. Isto é, dada a baixa rentabilidade escolar, o caminho a ser percorrido é o do trabalho (Coutinho et al., 2014, pp. 144-145).

Para além da transmissão de capital econômico e escolar, a relação entre gerações na família também é vista como fundamental na continuidade ou renovação de valores e comportamentos. A relação intergeracional no âmbito familiar, sobretudo nos estudos da Psicologia, é entendida como uma dinâmica que colabora para ensinamentos mútuos, em que pais ou avós ensinam seus filhos ou netos, mas também aprendem com eles, sendo fundamental para manutenção da vida social.

A família na atualidade continua sendo o espaço onde valores e costumes geralmente são transmitidos de uma geração para outra. Se os conhecimentos não fossem repassados intergeracionalmente – e, comumente, tal transmissão ocorre no contexto familiar –, seria impossível o acúmulo de cultura humana ao longo do processo histórico, já que a vida de cada ser humano é por um período finito e curto de tempo (Court, 2005; Tomasello, 2003, p.); (Pereira, 2014, p. 33).

A educação informal, por sua vez, se dá nas trocas espontâneas de experiências e opiniões entre as pessoas no cotidiano das relações na família, na escola, no trabalho e em outros espaços públicos. Nessas situações todos aprendem com todos, sem que uma intencionalidade fique clara ou sem que haja necessariamente consciência e valorização pelo que se assimila na relação com o outro. A maioria do que se aprende na vida, na família e fora dela, desde a relação do bebê com sua mãe, ocorre nessa informalidade. Assim como, para dar um exemplo dentro de nossa temática, o relacionamento entre avós e netos igualmente suscita um processo educativo informal. Daí a inquestionável importância dessas relações para a inserção cultural da criança e do adolescente (Ferrigno, 2016, p. 217).

A família é, portanto, uma esfera social privilegiada para se investigar a intergeracionalidade. Passando por estudos que discutem a sociabilização de ambientes domésticos em que convivem diferentes gerações, além das redefinições de papéis sociais no âmbito familiar, passando por análises de solidariedades intergeracionais e conflitos. Além disso, inclui-se estudos que abordam as transmissões financeiras e culturais intergeracionais.

Ainda que esses estudos sejam fundamentais para compreender as

dinâmicas sociais na família em uma sociedade que envelhece e aumenta a convivência entre diferentes gerações, destaca-se que são escassas as pesquisas que tratam das famílias fora do padrão heteronormativo. Alguns estudos até citam uma crescente mudança nos formatos de família, mas poucos exploram suas análises geracionais considerando esses grupos familiares.

5.2.2. Cuidado

No contexto brasileiro, o cuidado é essencialmente familiar, ou seja, se dá por meio de uma relação intergeracional no interior da família. O cuidado é fundamental para manutenção e reprodução da vida em diferentes fases e idades, mas há uma demanda de cuidado particular para crianças e pessoas idosas. O cuidado das crianças costuma ser exercido pelos pais ou avós e o das pessoas idosas é geralmente oferecido pelos filhos ou netos. Com o envelhecimento acelerado da população no país e a inexistência de políticas públicas de cuidado, a família é a principal instituição cuidadora, e esse cuidado é intergeracional.

No levantamento da literatura, identificamos que o cuidado, enquanto uma dinâmica social intergeracional, é um assunto recorrente na maioria das áreas das ciências humanas: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Gerontologia, Economia e Demografia.

Ainda que existam estudos mais teóricos, a maioria consiste em investigações empíricas. Na Sociologia, Antropologia e Psicologia predominam pesquisas qualitativas, com base em dados primários. Já na Gerontologia e Demografia, há uma base mais quantitativa, baseando-se em dados secundários.

Os textos que discutem o cuidado costumam se atentar à relação intergeracional na família, entre pais-filhos crianças, avós-netos e filhos-pais idosos. Especialmente na Gerontologia, o cuidado intergeracional, para além da dinâmica familiar, aparece também em instituições de cuidado, como Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) (Castro et al., 2024; Vieira et al., 2024).

Os textos aprofundam a análise do cuidado intergeracional, em boa parte, na chave da dualidade entre solidariedade e conflito. O cuidado entre

Pesquisas sobre as cuidadoras familiares de pessoas idosas revelaram a complexidade das relações intergeracionais na dinâmica do cuidado (Vieira, Ribeiro & Shiraishi, 2023; Vieira et al., 2024; Vieira & Shiraishi, 2025).

Com o aumento da longevidade no Brasil, intensificam-se as demandas de cuidado de pessoas idosas por aqui, onde são escassas as políticas públicas de cuidado para essa população, e prevalece uma obrigação moral do cuidado familiar. Neste cenário, a responsabilidade de cuidar recai quase que exclusivamente sobre as famílias, em particular sobre as mulheres, geralmente filhas ou netas. Sabe-se que às mulheres também se atribui o cuidado das crianças da família. Então, para dar conta das múltiplas demandas de cuidado, são produzidos diferentes arranjos familiares baseados nas relações intergeracionais entre avós, mães, filhos e netos. Esses arranjos são marcados por dinâmicas de solidariedade, conflito e transmissão cultural.

As pesquisas citadas revelam que os arranjos familiares construídos para o cuidado de uma pessoa idosa são diversos. O arranjo de cuidado concentrado é observado quando uma única cuidadora familiar tem a responsabilidade de cuidar das pessoas idosas da família, geralmente é uma relação entre filha (cuidadora) e mãe (pessoa idosa cuidada), mas também pode ser entre neta (cuidadora) e avó (pessoa idosa cuidada). O arranjo de cuidado compartilhado é menos comum, mas se dá quando há mais de uma cuidadora para uma pessoa idosa, como por exemplo, o caso de duas filhas que cuidam de uma mãe (Vieira & Shiraishi, 2025).

gerações, seja de crianças ou de pessoas idosas, é explorado como uma forma de solidariedade, sobretudo, no âmbito familiar, especialmente por ser socialmente concebido como um espaço de afeto. Porém, a literatura também destaca que nessa dinâmica social há conflitos e pode envolver sobrecarga emocional da pessoa cuidadora e, em alguns casos, até mesmo violência contra os dependentes. Essa discussão é comum, sobretudo nos estudos da Psicologia:

Durante a infância um dos espaços de maior circulação das crianças é a casa dos avós: nela os netos despendem grande parte do seu dia a dia, vivenciando experiências significativas de socialização. Quando não estão na escola, é muitas vezes sob o cuidado dos avós que brincam, desenvolvem temas escolares e realizam tarefas. Mais que isso, durante a primeira infância, quando os pais trabalham fora do ambiente doméstico e muitos meninos e meninas não têm acesso a instituições de Educação Infantil, os avós constituem-se como um recurso familiar importante na guarda das crianças, ensinando-lhes as primeiras palavras, as primeiras letras e os primeiros passos. Por isso, os avós não são apenas 'representantes da família' das crianças: eles são figuras centrais, que contribuem diretamente para o seu crescimento e desenvolvimento (Ramos, 2014, p. 782).

Embora a maioria dos idosos desfrute de boas condições de saúde, a dependência é um elemento importante das relações pais idosos-filhos adultos ou idosos. Quando o cuidado se faz necessário, manifestam-se expectativas que devem ser atendidas em nome da saúde das relações (Sechrist et al, 2012). A crescente dependência dos pais pode levar a um desequilíbrio

Essas duas formas de organizar a família para o cuidado já testemunham a multidimensionalidade das relações intergeracionais, mas outros arranjos de cuidado são ainda mais complexos, como nos casos em que há sobreposição de cuidados e uma combinação híbrida de arranjos.

No arranjo de cuidados sobrepostos, uma única pessoa assume a responsabilidade pelo cuidado simultâneo de múltiplos familiares, como crianças, pessoas idosas e adultos dependentes. Esse cenário descreve a realidade do que vem sendo chamado de "geração sanduíche", onde uma pessoa cuida da geração ascendente e da descendente ao mesmo tempo. O estudo (Vieira & Shiraishi, 2025) apresenta o exemplo de uma mulher que cuida de seus dois filhos, sendo um autista, bem como de seu sogro e sogra idosos com Alzheimer. Outra cuidadora apresentada pelo mesmo estudo concilia o cuidado da mãe idosa com Alzheimer e da filha adulta com deficiência cognitiva. Nesses casos, observa-se sobrecarga física e emocional que pode levar ao esgotamento e ao comprometimento da saúde e bem-estar de quem cuida. Há ainda a possibilidade de que as famílias tenham arranjos complexos que articulam cuidados sobrepostos e compartilhados, chamados aqui de arranjos híbridos. Isso ocorre, por exemplo, quando as famílias se organizam coletivamente para revezar e distribuir o cuidado para múltiplos beneficiários do mesmo grupo. Nesses arranjos, a responsabilidade é distribuída entre vários membros da família e observa-se uma fluidez dos papéis em que até a pessoa idosa que recebe cuidado pode atuar cuidando de outros familiares em algumas situações, evidenciando a estrutura intergeracional deste

de poder entre as gerações e ao conflito (Wethington & Dush, 2007). Conquanto a concepção geral seja de que a família é uma facilitadora das condições para o equilíbrio emocional do idoso, ela pode atuar no sentido oposto, exercendo maus tratos e abusos contra os idosos que necessitam de cuidados (Rabelo et al., 2014, p. 146).

Mesmo que de forma tímida, a Antropologia e a Gerontologia abrem espaço para discutir o cuidado intergeracional - desempenhado por uma pessoa adulta para com uma pessoa idosa - fora do âmbito familiar heteronormativo. Nos textos em que há interseccionalidade de geração com sexualidade, como os de Henning (2014 e 2008) e de Antunes (2010), explora-se o cuidado de pessoas idosas nas “famílias de escolha” de grupos identitários, sobretudo entre as travestis.

Essas redes de suporte social no decorrer da vida e no processo de envelhecimento são tidas como elementos de suma importância entre os homens maduros que integraram minha investigação, especialmente para aqueles que se identificavam como homossexuais. Em seus relatos, tais redes de suporte social são vistas como divididas em ao menos duas principais categorias êmicas: as “famílias de sangue” e as “famílias de coração” (Henning, 2014, p. 336).

A literatura analisada também explora a transmissão da função do cuidado no âmbito familiar, interseccionando com aspectos de gênero. Isso porque aborda o papel atribuído socialmente às mulheres da família no cuidado dos dependentes, desde a relação mãe-filho criança, passando pela relação avó-neto criança até filha-pais idosos ou mesmo neta adulta-avós.

mecanismo de solidariedade familiar.

Importante destacar que, em praticamente todos os arranjos de cuidado familiar de pessoas idosas, há uma inversão de papéis sociais e na hierarquia de poder e autoridade dentro da família. Isso porque a pessoa idosa que agora necessita de cuidado, já foi a cuidadora de quem hoje lhe cuida (filhos, netos, sobrinhos ou irmãos mais novos). Tal mudança pode gerar frustração, vergonha e resistência por parte da pessoa idosa que se vê perdendo autonomia e pode questionar a competência ou arbítrio de quem lhe cuida. Assim, observa-se relações de cuidado intergeracional permeadas por amor e afeto, mas também por embates. Apesar de ser uma relação permeada por afetos, nota-se conflitos diários em função desses novos arranjos familiares. É comum que as cuidadoras descrevam seus familiares idosos como “teimosos”, contrastando-os com crianças que seriam mais submissas às regras do cuidado. A inversão de papéis familiares e as disputas de poder no grupo familiar caracterizam as dinâmicas intergeracionais de cuidado, exigindo negociações e adaptações ao novo cenário.

As relações intergeracionais de cuidado também envolvem elementos de transmissão cultural no âmbito familiar. O estudo (Vieira et al, 2024) traz o caso de uma neta que cuida de sua avó e revela que essa relação de cuidado intergeracional permitiu que ela entrasse em contato com a história de sua família e pudesse aprender e manter conhecimentos ancestrais de preparação de alimentos, chás e remédios. Ela reconhece tal transmissão intergeracional como a melhor parte da relação de cuidado.

Como a função do cuidado da criança e da pessoa idosa costuma recair especificamente sobre as mulheres das famílias, é comum que se encontre nas famílias brasileiras, as mulheres que integram o que se chama de “geração sanduíche”: mulheres que cuidam tanto de seus filhos, como também de seus pais. Consiste-se, pois, em uma intergeracionalidade dupla.

O cuidado com membros dependentes da família é determinado pelas trocas intergeracionais e um assunto com fortes características de gênero. Em geral, são as mulheres as mais dependentes de cuidado e as tradicionais “cuidadoras”. Cuidar de netos é, em geral, visto como uma extensão do trabalho doméstico feminino (Camarano, 2003, p. 38).

É comum que a Sociologia explore como as condições da cuidadora familiar pode afetar suas condições de vida, demonstrando que a função de cuidar prejudica sua independência financeira:

Ainda que a participação dessas mulheres seja importante para a manutenção econômica do grupo doméstico, verificaram-se uma concepção bastante hierárquica do sistema de distribuição de autoridade na família e uma visão de que cabe aos homens a responsabilidade pelo sustento da casa, enquanto o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos são deveres femininos (Machado & Barros, 2009, p. 376).

O cuidado intergeracional também é abordado quando se discute a transmissão de recursos e apoio entre as diferentes gerações da família. Explora-se, por exemplo, não apenas os custos da dependência de pessoas idosas, como também o papel da pessoa idosa como provedora de recursos para gerações mais novas na dinâmica do cuidado. Sobre tudo na Sociologia, Antropologia e Economia e Demografia, apresenta-se a complexidade desse cuidado intergeracional, que envolve não apenas apoio, por exemplo, nas demandas fisiológicas, mas também as trocas de recursos materiais e financeiros.

Cuidar dos netos é uma prática recorrente no Brasil, pois são poucas as creches e as escolas maternas da rede pública e as do ensino fundamental funcionam somente meio período, obrigando os pais a lançarem mão de sistemas informais de guarda das crianças, como seus pais aposentados. Este fenômeno é bastante comum nas camadas populares brasileiras, principalmente quando as filhas divorciadas (mas não só) retornam à casa dos pais porque seus salários são baixos, os aluguéis altos e as pensões alimentares versadas pelos ex-maridos são, também, baixas ou inexistentes. Nessas condições, é impossível, para as mães que trabalham, pagar alguém para cuidar dos filhos durante as horas de trabalho. São, então, as avós que ajudam os seus filhos/as, assumindo a tarefa de prover e educar os netos (Peixoto & Luz, 2007, p. 186).

Diferentemente do que acontece no grupo feminino das camadas populares, as aposentadorias e pensões garantem uma vida mais ou menos tranquila para as entrevistadas dos segmentos médios, sobretudo para as casadas e viúvas de militares oficiais. Nesse sentido, verificou-se que algumas entrevistadas ainda hoje ajudam os filhos e netos e lhes possibilitam viagens e estudos. Para duas entrevistadas – Lindalva, 83 anos, e Antônia, 69 anos –, entretanto, são as filhas que lhes dão parcial ou totalmente o suporte financeiro. Essas transações, ajudas e cuidados em diferentes direções têm um caráter afetivo e de obrigação moral em função dos laços familiares, redefinindo para esse segmento social o sentido de necessidade material e afetiva (Machado & Barros, 2009, p. 377).

A mulher brasileira, mesmo idosa, continua desempenhando o seu papel de cuidadora, mas assumiu também o de provedora. Observou-se uma melhoria absoluta e relativa nas suas condições de vida, medidas por indicadores de rendimento, o que repercutiu nas suas famílias. Do ponto de vista dos arranjos familiares, são crescentes as taxas de chefias de família femininas e decrescentes as de mulheres classificadas na categoria de “outros parentes”. Além disso, apenas 40% das famílias de idosas podem ser chamadas de “ninhos vazios”. As demais podem ser caracterizadas como “ninhos que estão se enchendo de filhos e netos”, onde a renda da mulher assume um papel muito importante no orçamento familiar (Camarano, 2003, p. 59).

Por fim, a relação intergeracional no cuidado levanta a discussão sobre a reconfiguração dos ambientes domiciliares, envolvendo a necessidade de coabitação entre pais e filhos.

Nas famílias em que três gerações – avós, pais e netos – passam a viver juntas, criam-se arranjos familiares para melhor administrar o cotidiano. Para Camarano “eles são uma forma importante de transferência e suporte entre gerações. (...) No momento de enxugamento do papel do Estado, observa-se que tem cabido às famílias grande parte do cuidado com seus segmentos “dependentes”. Esse cuidado se traduz em parte pela co-residência o que, em certas situações, beneficia as gerações mais novas e, em outras, as mais velhas (...) O fato de compartilhar o espaço físico possibilita o compartilhamento de renda, cuidados domésticos, das crianças, transporte, cuidados médicos etc., ou seja, acredita-se que os arranjos familiares afetam e são afetados pelas condições de vida” (Peixoto & Luz, 2007, p. 177).

Considerando que, no Brasil, o cuidado se dá em grande medida no ambiente doméstico com a participação de diferentes gerações da família, não é de se estranhar que a literatura brasileira acerca das relações intergeracionais se dedique tanto à exploração desse assunto. Quando se trata do tema do cuidado, a intergeracionalidade se demonstra complexa, revelando a bidirecionalidade das relações entre as gerações, bem como as dinâmicas de solidariedade e de conflito.

5.2.3 Ambiente de Trabalho

O ambiente de trabalho brasileiro hoje é muito diverso em termos etários, com a convivência inédita de até quatro gerações na mesma organização, cada uma com seus valores, estilos de comunicação e expectativas. Esse cenário apresenta tanto desafios significativos quanto oportunidades únicas para as organizações.

A intergeracionalidade no ambiente de trabalho é tema relevante na literatura, sobretudo na área da Administração. Os estudos costumam ser empíricos, variando entre métodos qualitativos e quantitativos. Como vimos no capítulo anterior, a maior parte dos estudos dedicados a essa questão se baseiam nas classificações geracionais dominantes (*Baby Boomer*, *Geração X*, *Millennials*) e as investigações buscam não apenas identificar padrões de comportamento de cada grupo geracional, como também analisar a relação entre eles, explorando aspectos de solidariedade e conflito.

Estudos apontam que atualmente um dos principais desafios enfrentados pelas lideranças é a gestão de equipes intergeracionais. É comum que os líderes de equipe sejam de uma geração distinta da geração da sua equipe, assim, deparam-se com a dúvida sobre como lidar com as diferenças no que diz respeito aos comportamentos e visões sobre o trabalho.

O grande desafio que tem se apresentado para os gestores consiste em adotar um modelo de liderança que mobilize essas pessoas, marcadas por diferenças históricas e socialmente construídas, a assumirem comportamentos que se prestem ao alcance dos objetivos organizacionais (Morais, s.d, p.184).

A inserção da geração mais jovem no mercado de trabalho vem despertando o interesse de estudiosos

Existem algumas formas de promover uma intergeracionalidade produtiva no ambiente de trabalho. Destaque para os programas em que profissionais mais jovens atuam como mentores de colaboradores mais experientes. Por inverter a lógica tradicional da transmissão de conhecimento, as empresas denominam tal dinâmica como mentoria reversa¹²³.

O objetivo desses programas é criar um ambiente de aprendizado intergeracional onde o conhecimento é compartilhado em duas direções, desmantelando hierarquias e promovendo um ambiente mais colaborativo e coeso. Essa abordagem busca promover a troca de aprendizados, especialmente em temas como novas tecnologias, comportamento de mercado, cultura digital e habilidades técnicas. A ideia é que líderes e colaboradores de gerações mais velhas aprendam com as perspectivas e habilidades das novas gerações.

Almeja-se que esse tipo de iniciativa impulse o engajamento das equipes, promova o desenvolvimento de habilidades técnicas e inovação, contribuindo para um ambiente de trabalho mais igualitário, aberto e inclusivo. Apesar dos benefícios, a mentoria reversa não está isenta de desafios. Entre os obstáculos mais comuns estão a resistência cultural ou o preconceito que uma geração possa ter em relação à outra. Entende-se, pois, que superar esses desafios é crucial para garantir o sucesso e a

do comportamento humano, bem como suscitando nos gestores – seus antecessores, dúvidas sobre como agir diante de suas características (Comazzetto et al., 2016, p. 146).

É evidente que o mercado de trabalho sempre foi multigeracional, mas devido ao menor tempo de surgimento de uma geração para a outra refletem maiores diferenças sobre valores e expectativas que possuem (Flach et al., 2022, p. 69).

As diferenças geracionais representam um desafio não apenas para gestores, também são notáveis na relação interpessoal no interior da equipe. A diversidade geracional tende a ser representada como desafiadora, pois essas pesquisas colocam o conflito no centro das análises. A literatura aponta que esses conflitos intergeracionais no trabalho são motivados por divergências nas visões sobre estabilidade, hierarquia, flexibilidade e autonomia, por exemplo. Mas, alguns estudos já apontam que algumas vezes, tais conflitos estão mais atrelados a preconceitos formados a partir dos estereótipos de cada geração, e menos por seus comportamentos efetivos.

O primeiro passo para o desenvolvimento de estratégias para atender o ambiente multigeracional é identificar como as gerações percebem o local de trabalho, enquanto a diversidade geracional promove uma gama mais ampla de talentos, também pode apresentar ideias conflitantes e estereótipos. Para os *Baby Boomers*, a Geração X precisa de uma ética de trabalho mais forte, enquanto a Geração X enxerga os *Boomers* como obcecados por trabalho, e a Geração Y se encontra cercada de possibilidades e tendem a não permanecer muito tempo em um trabalho, também exigindo das organizações estímulo constante e a oportunidade de desenvolver suas habilidades (Flach et al., 2022, p. 75).

¹ Disponível em: <<https://online.pucrs.br/blog/mentor-reversa-aprendizado-jovens>>. Acesso em: agosto de 2025.

² Disponível em: <<https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/como-estruturar-um-programa-de-mentor-reversa-na-empresa/>>. Acesso em: agosto de 2025.

³ Disponível em: <<https://online.pucrs.br/blog/mentor-reversa-gestao-talentos>>. Acesso em: agosto de 2025.

Esse conflito pode estar muito mais atrelado a elementos estereotípicos do que efetivamente a uma realidade de comportamento do indivíduo (Milhome, 2022, p. 565).

Além dessas divergências, alguns estudos apontam que podem existir conflitos nos processos de transformações organizacionais. Assim, mudanças nos métodos de trabalho ou na implementação de novas tecnologias podem gerar desconforto para alguma geração mais que para outra. Essas diferenças também podem vir a se traduzir em disputas no interior do ambiente de trabalho.

Dessa forma, as mudanças radicais dentro das organizações com o surgimento das novas gerações exigem repensar o modo como as coisas são feitas e é também um dos maiores motivos de conflitos entre as gerações (Cortucci, 2012); (Flach et al., 2022, pp. 73-74).

Importante destacar também nessa discussão de intergeracionalidade no trabalho, o fenômeno do etarismo, que afeta principalmente os profissionais com mais de 50 anos, criando barreiras para sua contratação e/ou progressão na carreira.

Desta forma, os idosos seriam classificados como um “grupo minoritário desprivilegiado” segundo Barron (1961), na medida em que seriam descartados da dinâmica social e colocados em uma condição degradante e em uma posição inferiorizada em relação aos demais membros do grupo. Estas condições poderiam levar ainda a uma discriminação destes indivíduos, uma vez que não mais possuiriam qualquer tipo de status ou valorização perante os demais, perdendo assim o seu poder de participação e deliberação na esfera coletiva (Alonso, 2008, p. 16).

Apesar dos desafios, a diversidade geracional pode ser vista como uma oportunidade dentro das organizações. Os estudos apontam que equipes intergeracionais, quando bem geridas, podem ser mais inovadoras e produtivas. Para usufruir desse potencial, as empresas precisam criar uma cultura que estimule a transferência de conhecimento em mão dupla. Uma prática inovadora que tem ganhado espaço no Brasil é a mentoria reversa, na qual profissionais mais jovens orientam líderes seniores em temas como tecnologia, mídias sociais e diversidade. Algumas empresas brasileiras têm implementado programas do tipo, relatando ganhos em empatia, inovação e na quebra de barreiras hierárquicas.

No contexto organizacional contemporâneo, torna-se cada vez mais relevante o estudo das diferentes gerações ativas no mercado de trabalho, dentre essas os denominados *Babies Boomers*, Geração X e Geração Y, em virtude de suas diferentes formas de agir, pensar e ver o mundo. É preciso entender que as diferenças geracionais

existem e que, se bem administradas, podem trazer significativos ganhos às organizações (Comazzetto et al., 2016, p. 146).

Em síntese, atualmente os ambientes de trabalho são espaços sociais que se sustentam na intergeracionalidade, onde há disputas e conflitos, mas também potencial de aprendizado, transformação e inovação. Não é por acaso que nas áreas de Administração e Marketing o tema das gerações e da intergeracionalidade tenham ganhado tanta relevância. Mas, cabe reiterar uma ressalva feita em outras seções deste estudo: há uma tendência a estereotipação das gerações neste tipo de abordagem e essas visões acabam por acentuar as diferenças e conflitos. Nesse sentido, faltam estudos que problematizem as concepções de geração utilizadas nos debates sobre intergeracionalidade no trabalho.

5.2.4. Ferramenta Social de Integração

Considerando o contexto em que há preconceitos e estigmas associados às diferentes gerações, bem como uma tendência à segregação geracional em algumas esferas sociais, há um movimento na direção de defender ações de promoção da intergeracionalidade visando convivência, inclusão e combate ao etarismo. Nessa perspectiva a intergeracionalidade é vista em seu potencial de ferramenta de transformação social.

No levantamento da literatura, as pesquisas que exploram os potenciais da intergeracionalidade como ferramenta social para melhor integração entre as gerações são mais recorrentes na Psicologia e na Gerontologia. As investigações desenvolvidas são em sua maioria qualitativas, com coleta empírica de dados, como entrevistas. Tais estudos se deparam com as relações conflituosas entre as gerações, assentadas nas representações socialmente construídas sobre cada uma, e buscam soluções práticas de enfrentamento a esse desafio.

O etarismo ou ageísmo consiste em um preconceito contra as pessoas idosas e envolve uma série de representações negativas a respeito dessas pessoas, que são vistas como incapazes ou improdutivas, sobretudo pelas gerações mais novas. Esse estigma etário, segundo Barbosa et al. (2023), pode ter sido intensificado pela pandemia de COVID-19, quando a digitalização se fortaleceu e as pessoas idosas foram consideradas grupo de risco.

O estigma que permeia a velhice/envelhecimento foi impulsionado durante a pandemia, quando atitudes preconceituosas fizeram algumas pessoas pensarem que a pandemia era um “problema das pessoas idosas” e apenas essas deveriam estar em isolamento social, uma vez que a velhice é associada a gasto

A Ação Griô é uma política pública que promove a transmissão de conhecimento entre gerações. O projeto Ação Griô Nacional surgiu como uma das quatro linhas de ação do Programa Cultura Viva, criado pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2004, na gestão de Gilberto Gil. A iniciativa nasceu de um convite do MinC à Associação Grãos de Luz e Griô, uma ONG de Lençóis (BA), para criar e coordenar uma proposta de valorização do patrimônio imaterial. A missão da Ação Griô é fortalecer a identidade e a ancestralidade do povo brasileiro, reconhecendo o lugar político, sociocultural e econômico dos mestres da tradição oral na educação. Sua proposta central é integrar os saberes da tradição oral aos espaços formais de ensino, como escolas e universidades públicas, fomentando uma rede nacional de transmissão oral entre gerações. O termo “griô” é uma adaptação da palavra francesa “griot”, que se refere a contadores de histórias, músicos e genealogistas de comunidades do noroeste da África, que desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva (Lopes, 2011).

A estrutura do projeto, organizada em uma rede de transmissão oral que articula comunidades, ONGs e escolas, estabelece um mecanismo formal e sustentado para que a cultura e os saberes populares sejam passados adiante, de geração em geração. A transmissão de saberes,

econômico, fardo social e símbolo de improdutividade (Barbosa et al., 2023, p. 2).

Dentre os desafios do envelhecimento, temos o ageísmo ou idadismo, termo desenvolvido por Butler em 1969, que se refere a qualquer preconceito relacionado à idade⁶. Essa discriminação influencia na formação de estereótipos, como a representação de improdutividade. O idadismo tem sido evidenciado pelas organizações políticas e, em 2022, a Organização Mundial da Saúde (OMS) instituiu uma campanha de combate à discriminação, através do Relatório Mundial sobre o Idadismo. Nele, o idadismo é tido como prejudicial à saúde física, mental e econômica, sendo considerada uma barreira para um envelhecimento saudável (Pazos et al., 2024, p. 2).

O preconceito de idade contra pessoas idosas pode se somar a estigmas de outros marcadores sociais. É o que demonstra Henning (2014, 2008) e Antunes (2010), que analisam as condições de envelhecimento de pessoas da comunidade LGBTQIAP+. Destaca-se a estigmatização das travestis, que tiveram uma trajetória marcada pelo preconceito, que se intensifica ao chegar na velhice.

Expressões estereotipadas acerca das percepções que se tem sobre outras pessoas com base na idade são agravadas pela intersecção de marcadores sociais de discriminação ao longo da vida: quando a pessoa estigmatizada passa a ter as mesmas crenças sobre sua identidade que aquelas de quem a estigmatiza (Barbosa et al, 2023, p. 8).

As travestis, por exemplo, são excluídas e por vezes aniquiladas da sociedade, pois não se enquadram as

cultura e conhecimento ocorre por meio da integração planejada dos griôs e mestres no cotidiano escolar, com a mediação da figura do “griô aprendiz”, que tem a função de conectar os saberes da tradição oral com a tradição escrita da escola. Essa transmissão acontece de forma lúdica e afetiva, utilizando diversas linguagens como teatro, brincadeiras, artesanato e música. Em outras palavras, ocorre de forma integrada com as práticas culturais locais (Lopes, 2011).

A proposta conecta diretamente os griôs e mestres de tradição oral, que são detentores de saberes ancestrais, com crianças, adolescentes e jovens estudantes. Busca-se a valorização do patrimônio imaterial, que depende da ação das pessoas e da transmissão intergeracional do conhecimento para garantir sua preservação e continuidade. Ao levar pessoas idosas com baixa escolaridade para dentro de ambientes formais de educação, o projeto não só valida seus conhecimentos, mas cria um espaço de diálogo e aprendizado mútuo entre as gerações (Lopes, 2011)

normas de gênero estabelecidas. São submetidas a tratamento para serem corrigidas. Já as travestis em processo de envelhecimento, sofrem dupla estigmatização, a de estar envelhecendo, e a de estar envelhecendo como travesti (Antunes, 2010, p. 20).

Nesse sentido, é comum que as produções acadêmicas que versam sobre etarismo identifiquem a necessidade da desconstrução dos estereótipos relacionados ao envelhecimento, reproduzido pelas gerações mais novas. Assim, defende-se ações de conscientização e projetos educacionais para inclusão das pessoas idosas em áreas e espaços associadas à juventude, como a tecnologia e inovação.

As demandas trazidas por este estudo afirmam a necessidade da desconstrução da ideia que envelhecer é um processo penoso e de sobrevivência, da necessidade de maior inclusão socioprofissional e midiática dos conteúdos apropriados, com foco na educação em saúde para o aumento do letramento digital. Também é essencial ensinar medidas de enfrentamento para que as pessoas idosas saibam manejar situações preconceituosas (Barbosa et al., 2023, p. 10).

Como forma de construir uma sociedade para as pessoas de todas as idades e promover sociabilidade com solidariedade, muitos autores defendem a construção e disseminação de Programas Intergeracionais (PI), que estimulem trocas de experiências entre gerações.

Os Programas Intergeracionais (PI) consistem em uma interação intencional planejada e sistemática entre grupos de pessoas de idades diferentes, buscando compartilhamento de experiências, conhecimentos, habilidades e sentimentos. Esse tipo de iniciativa foi fomentado inicialmente na Europa a partir de diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Daí resultaram espaços de trocas de aprendizagem entre diferentes gerações e estratégias para potencializar as políticas sociais e de saúde para o desenvolvimento do bom envelhecimento nesses países (Castro et al., 2024, p. 3).

As práticas intergeracionais vêm demonstrando que é possível efetuar uma mudança na mentalidade da comunidade em relação à imagem do idoso e o resgate da memória de um povo através de seu patrimônio vivo. Esses resultados podem e devem ser multiplicados por outras organizações públicas e privadas (França et al., 2010, p. 529).

Para enfrentarmos tais dificuldades, devemos aprender a lidar com o distanciamento imposto pelos valores sociais, mas também com o que esses valores escondem ou camuflam. Sob o véu que caracterizam discursos que só pretendem produzir boa imagem,

conflitos são escamoteados, impedindo sua superação. O conflito de gerações, aberto ou velado, pode, de alguma 88 forma estar presente. O fato animador, apesar dessas persistentes resistências, é que no programa SESC Gerações tem havido resultados favoráveis, de modo que após um tempo de convívio durante um curso ou uma oficina cultural, há o surgimento de laços de amizade entre os participantes (Ferrigno, 2009, pp. 87-88).

Entre as ações dessa natureza que se destacam no contexto brasileiro, estão as promovidas pelo SESC São Paulo (Serviço Social do Comércio de São Paulo) (Ferrigno, 2024). O SESC Gerações é um programa socioeducativo do SESC São Paulo implementado em 2003, que desenvolve atividades intergeracionais com ênfase no lazer, na cultura e nas artes, como música, teatro, literatura, cinema e atividades físicas. O objetivo é promover a coeducação e o desenvolvimento da solidariedade entre gerações, superando o distanciamento social entre jovens e pessoas idosas, bem como o preconceito de idade.

5.2.5. Pacto Social e Políticas Públicas

A intergeracionalidade constitui uma base fundamental do pacto social organizador do nosso sistema de bem-estar, principalmente na garantia do cuidado e no âmbito de transmissão de recursos financeiros que sustentam a Previdência Social. Trata-se de um sistema apoiado na solidariedade e interdependência geracional. Porém, diante da transição demográfica, muitos estudos alertam para os conflitos de interesses enraizados no desequilíbrio da relação de dependência entre as gerações.

As pesquisas que tratam a intergeracionalidade por essa perspectiva são, em sua maioria, das áreas da Economia e Demografia. Costumam ser pesquisas quantitativas, baseada em dados secundários, possibilitando uma análise mais abrangente da realidade brasileira, buscando intersecção com o contexto legal das políticas públicas.

O envelhecimento populacional exerce uma pressão crescente sobre o sistema de previdência social brasileiro, que opera em regime de repartição simples, onde os trabalhadores ativos financiam os benefícios dos aposentados. A mudança na razão de dependência revela que há cada vez menos contribuintes para cada beneficiário, o que coloca em risco a sustentabilidade do sistema. Aqui os conflitos intergeracionais se observam na tensão econômica entre a população ativa (contribuintes) e a inativa (aposentados).

Por conta do processo de envelhecimento populacional, a razão entre o grupo formado pelas pessoas com idade entre 20 e 64 anos e o grupo de pessoas com 55 anos ou mais de idade passará de 3,2 em 2014 para 1,36 em 2060. Isto denota que deverá haver uma queda da relação entre potenciais contribuintes e beneficiários, ou seja, no longo prazo haverá uma quantidade reduzida de

Economia da longevidade é um conceito amplo que busca renovar a forma de interpretar o envelhecimento populacional, focando não no custo, mas na oportunidade para a geração de riqueza e desenvolvimento econômico. É definida como a soma de toda a atividade econômica que atende às necessidades de pessoas com mais de 50 anos, incluindo os produtos e serviços que consomem diretamente e a atividade econômica gerada por esses gastos. É considerada não um nicho de mercado para idosos, mas um “mercado transversal” que engloba diversos setores da economia, como tecnologia da informação e comunicação, habitação, transporte, saúde, turismo e cuidados de longa duração (Felix, 2019). Não se limita a “produtos para idosos”, uma vez que propõe uma adaptação de toda a estrutura de produção econômica para uma nova configuração demográfica e familiar, com menos crianças e mais idosos.

A consolidação dessa tendência impactaria todas as gerações, alterando a cesta de consumo e se adaptando às necessidades da sociedade como um todo. Esse movimento também alteraria a dinâmica intergeracional de uma sociedade, fortalecendo as relações intergeracionais ao invés de acirrar seus conflitos. Experiências internacionais, como a da França, demonstram que a implementação de

pessoas em idade ativa, contribuindo para a Previdência Social, para cada pessoa em idade de elegibilidade para uma aposentadoria, ao menos quando consideradas as regras atuais de elegibilidade, notadamente para a ATC [Aposentadoria por Tempo de Contribuição]. A projeção do total de trabalhadores ocupados, mantendo constante o nível de ocupação por sexo e idade individual, mostra que o total de trabalhadores ativos iria crescer até 2035, quando então começaria a cair em termos absolutos. Em termos relativos, o nível de ocupação chegaria a seu máximo em 2029 (cerca de 50% para pessoas de 16 anos ou mais de idade) e cairia de forma contínua até 2060 (para o patamar de 45%). Este resultado denota que a demografia tende a afetar de forma negativa o crescimento econômico, caso não ocorram alterações no mercado de trabalho e no nível de ocupação por idade e sexo (Costanzi et al., 2017, p. 20).

Apesar de os dois processos [envelhecimento populacional e queda da mortalidade] responsáveis pelo aumento da longevidade terem sido resultado de políticas e incentivos promovidos pela sociedade e pelo Estado e do progresso tecnológico, as suas consequências têm sido vistas, em geral, com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, os setores produtivos e as famílias. Por exemplo, em 1994 um documento do Banco Mundial afirmava que o aumento da expectativa de vida ao nascer e o declínio da fecundidade nos países em desenvolvimento estão provocando a “crise da velhice”. Esta é traduzida por uma pressão nos sistemas de previdência social a ponto de pôr em

uma política de economia da longevidade ajuda a combater o preconceito contra a pessoa idosa e promove uma vivência intergeracional. Além disso, estimula o empreendedorismo entre os mais velhos e sua participação como investidores em novos negócios, fortalecendo os laços econômicos e sociais entre as gerações (Felix, 2019).

Essa abordagem representaria a mudança de paradigma do Estado. Em vez de uma visão puramente fiscalista, que vê o envelhecimento apenas como uma despesa para a Seguridade Social, propõe-se uma transição do “Estado-Providência” do pós-guerra para um “Estado Solidário ou Acompanhante”. Este novo modelo aproveitaria o potencial demográfico para o crescimento econômico sem abandonar seu papel social (Felix, 2019). Ao fazer isso, fomenta um novo pacto social baseado na solidariedade e na cooperação intergeracional (Felix, 2019).

risco não somente a segurança econômica dos idosos, mas também o próprio crescimento econômico [Simões (1997, p. 169)]; (Camarano, 2002, p. 1).

Nesse contexto, as sucessivas propostas de reforma da previdência são frequentemente enquadradas no debate público como uma questão de “justiça intergeracional”. O argumento central é que as regras atuais representariam um pacto insustentável, no qual as gerações mais novas seriam obrigadas a contribuir por mais tempo e sob condições mais duras para custear os benefícios das gerações mais velhas, que se aposentaram mais cedo e com regras mais generosas.

Também é importante enfatizar que a gravidade da trajetória esperada a médio e longo prazo não deve obscurecer a necessidade de reformas em caráter urgente, uma vez que a despesa previdenciária no país já se encontra em patamar elevado – e, atualmente, em uma conjuntura de graves problemas fiscais e dificuldades para elevar a carga tributária –, e a demora na tomada de decisões pode gerar a necessidade de ajustes mais duros e bruscos no futuro (Costanzi et al., 2017, p. 63).

Essa visão é predominante no debate demográfico e econômico, mas existem movimentos de crítica a essa perspectiva. Alguns estudos defendem que esse argumento tende a ocultar as profundas desigualdades intrageneracionais (dentro de uma mesma geração) e o papel crucial que os benefícios previdenciários desempenham na redução da pobreza entre os idosos e na sustentação de suas famílias, como visto anteriormente.

Até hoje, esse tema foi tratado exclusivamente pelo lado da despesa. De uma forma até doentia, poder-se-ia afirmar com legitimidade sustentada pela esfera pública e pela literatura, centrada de maneira monocórdia na questão da Seguridade Social, em específico na Previdência Social. Através das lentes fiscalistas de boa parte desses economistas, o envelhecer é apenas um fardo nas contas de governos nos níveis federal, estadual e municipal. Durante muitas décadas, essa miopia era global (Felix, 2019, p. 12).

Apesar da importância que o benefício da Previdência Social está representando na renda das famílias, ou seja, a política previdenciária estar apresentando resultados bastante positivos do ponto de vista de uma política social, o seu financiamento não é uma questão equacionada. Uma das grandes preocupações do Estado brasileiro na atualidade é com a chamada “crise da Previdência,” originada pelo déficit do sistema de repartição simples. Essa preocupação, traduzida quase sempre por parte do Estado em medidas de redução do benefício, tem gerado um forte sentimento de insegurança entre a população idosa (Camarano, 2003, p. 60).

Assim, alguns autores (Felix, 2019; Camarano, 2003) defendem que a sustentabilidade do sistema previdenciário não pode ser analisada apenas por uma lógica estritamente fiscalista, centrada em cortes de gastos, sob pena de comprometer conquistas históricas de proteção social e de inclusão, especialmente para as mulheres e para a população idosa. O desafio consiste em equilibrar a preservação dos benefícios sociais – que garantem renda, bem-estar e coesão familiar – com estratégias que fortaleçam a capacidade de financiamento do sistema. Nesse sentido, busca-se desconstruir a ideia de guerra geracional e promover a valorização do envelhecimento como um ativo econômico, não apenas como prejuízo (Felix, 2019). As soluções possíveis passam pela valorização do envelhecimento como potencial gerador de riqueza, seja pela ampliação da participação dos idosos em atividades produtivas e sociais, seja pela promoção de políticas que ampliem a base contributiva e fomentem maior distribuição de renda. Assim, a previdência deixa de ser vista apenas como fonte de despesas e se consolida como parte de um pacto social renovado, capaz de assegurar direitos e sustentabilidade intergeracional.

Ao se pensar a “reforma da Previdência”, deve se levar em conta, por um lado, a justaposição de benefícios das mulheres e, de outro, os efeitos benéficos da universalização da Seguridade Social trazida pela Constituição de 1988 sobre a renda das idosas e suas famílias. Espera-se que as novas gerações possam também experimentar ganhos como os das idosas de hoje. Espera-se também que este momento propício para a população idosa não seja apenas um ponto na história brasileira (Camarano, 2003, p. 60).

Todavia, depois do início da citada crise de 2008, os países ricos perceberam que esta concepção fiscalista da demografia apenas acentuaria um capitalismo de desconstrução – desconstrução de tudo o que custara duas guerras mundiais para ser construído em termos de bem-estar social. Em outras palavras, a desconstrução de um amplo pacto (social, financeiro, produtivo, cultural) em nome da democracia e da paz. Apesar de a visão fiscalista ainda ser hegemônica, evidentemente, com forte pressão para corte de despesas sociais em todo o planeta, emergiu uma nova visão sobre o envelhecimento populacional. Ela valoriza menos o caráter de despesa da dinâmica demográfica e acentua mais uma estratégia de superar desafios pelo lado da receita, isto é, da geração de riqueza suscitada pelo novo perfil da população. Alguns países perceberam que confinar o tema do envelhecimento apenas na coluna dos custos só desconstruirá os alicerces sociais, sem substituí-los por uma conformação promissora, principalmente em termos de distribuição de renda (Felix, 2019, pp. 12,13).

Esta seção aprofundou o debate sobre a intergeracionalidade, analisando como ela estrutura e organiza esferas e dinâmicas sociais: a família, o cuidado, o ambiente de trabalho, seu uso como ferramenta social e seu papel nas políticas públicas.

A intergeracionalidade é uma relação fundamental em diferentes esferas e dinâmicas sociais. A bidirecionalidade das trocas intergeracionais, que vão além da transmissão unilateral de conhecimento dos mais velhos para os mais novos, revela a complexidade dessa relação. Além disso, observa-se que as dinâmicas geracionais são atravessadas por outros marcadores sociais, como gênero, raça e classe, que perpetuam desigualdades ao longo das gerações e estabelecem disputas entre elas.

Com base na literatura, observamos que as relações intergeracionais em todas as esferas analisadas são marcadas por uma tensão constante entre solidariedade e conflito. A solidariedade é visível, por exemplo, no suporte financeiro de idosos às suas famílias, no cuidado com os mais vulneráveis e na transmissão de saberes e cultura. Por outro lado, o conflito emerge em disputas por autoridade, especialmente quando há inversão de papéis na família devido à coabitação ou ao cuidado, em diferenças de valores e expectativas no ambiente de trabalho, e em tensões sobre o pacto social no debate da previdência.

Mas parte da literatura também destaca ações práticas de enfrentamento para o conflito geracional: à nível micro, a necessidade de superar visões estereotipadas sobre as gerações e à nível macro, repensar o envelhecimento não como um fardo, mas uma oportunidade econômica e social. A literatura aponta, portanto, que os conflitos fazem parte da natureza das relações intergeracionais, pois elas se assentam na diferença, e isso não deve ser visto necessariamente como um problema. De toda forma, há potencial para apostar em uma convivência mais solidária entre as gerações em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva.



6 APONTAMENTOS FINAIS

Este estudo, realizado a partir de mais uma parceria entre CEBRAP e Itaú Viver Mais, investigou o tema das gerações no Brasil. Partiu da premissa de que a questão geracional, embora tenha ganhado espaço no debate público, ainda pode ser qualificada e tornar-se uma noção estratégica para a interpretação das relações e desigualdades sociais do contexto brasileiro

Esta pesquisa exploratória buscou construir um balanço da produção nacional sobre a temática, visando a identificação de seus principais avanços e lacunas.

Os principais objetivos desta empreitada foram: sistematizar o que vem sendo produzido no contexto nacional sobre gerações, elaborar problematizações sobre a forma como a questão é tratada atualmente e apoiar a construção de uma reflexão sobre intergeracionalidade, seus desafios e oportunidades, além de apontar uma agenda de pesquisa.

O estudo realizou ampla revisão bibliográfica interdisciplinar, como foco na produção das Ciências Humanas brasileiras, e um conjunto de entrevistas com pesquisadores especialistas no tema das gerações no Brasil.

A sistematização desse material qualitativo permitiu identificar a forma com que cada área está abordando a dimensão geracional, como essa questão se articula com outros marcadores sociais da diferença - gênero, raça, classe e sexualidade- quais temas aparecem com mais frequência nesses debates e quais estão ausentes. O esforço também permitiu analisar como a intergeracionalidade - relação entre as gerações - aparece nesse debate.

Este estudo não objetivou analisar em profundidade os resultados de todos os estudos mapeados, nem elaborar conclusões sobre as gerações brasileiras. Buscou apresentar um panorama da produção brasileira, apontar problematizações e questionamentos, e abrir novas perspectivas sobre o debate geracional no Brasil. Com isso, espera-se também qualificar a reflexão sobre o tema e fortalecer a discussão, semeando novos esforços nessa direção.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos achados do estudo, algumas provocações estimuladas por eles e, por fim, sugestões de uma agenda de pesquisa sobre o tema das gerações que pode (e deve) avançar em uma sociedade que envelhece e busca incluir e integrar os diferentes grupos geracionais.

6.1. Síntese dos Achados do Estudo

Debate Sobre Gerações

- **Estágio Atual do debate geracional:** discussão muito difundida, mas com pouco aprofundamento teórico e empírico, o que desperdiça o potencial de compreensão das complexas dinâmicas de diferenciação e desigualdade na sociedade contemporânea. No âmbito acadêmico, a noção de geração ainda carece de maior refinamento, está distante de consensos consolidados e seus usos são diversificados.
- **Polissemia do termo:** o termo “Gerações” é polissêmico e tem diferentes usos. Esses se articulam, de alguma forma, com a dimensão temporal da experiência humana, mas permitem tratar de diferentes perspectivas e objetos de análise. Essa imprecisão facilita usos superficiais da noção e dificulta o diálogo interdisciplinar.
- **Classificações Predominantes:** as categorias geracionais que predominam no debate hoje são: *Baby Boomers*, Geração X, Geração Y (*Millennials*), Geração Z e Geração Alfa. Têm origem no mundo corporativo e mercadológico norte americano nos anos 1950 e se popularizaram nas décadas de 1980 e 1990. São muito utilizadas em pesquisas mercadológicas e para analisar hábitos de consumo e relações nos ambientes de trabalho. Tal abordagem visa melhorar estratégias de marketing e produção de bens e serviços, além de promover integração e redução de conflitos geracionais no ambiente de trabalho.
- **Críticas às Categorias Predominantes:** são consideradas ferramentas úteis, mas que devem ser aplicadas com senso crítico e contextualização, pois tendem a simplificar realidades complexas e engessar representações. A literatura acadêmica aponta uma série de críticas a essas categorias geracionais, como: falta de rigor científico, arbitrariedade dos cortes temporais, etnocentrismo, homogeneização e reforço de estereótipos.
- **Universalização x Contextualização:** a crítica à universalização das categorias dominantes não implica sua completa rejeição. É importante conhecer a abordagem e suas limitações para aprender a partir delas e superá-las. Podem ser úteis se usadas como enquadramentos gerais ou como “tipo ideal”, mas é fundamental contrastar as características e os marcos definidores das gerações “universais” com as realidades específicas, para iluminar as especificidades das formações geracionais locais. Importante

consolidar uma abordagem contextualizada das gerações na realidade brasileira, visando uma análise mais nuançada que reconhece tanto as influências globais quanto as particularidades locais, evitando a importação acrítica e o isolacionismo analítico.

- **Pertinência do conceito de gerações para a compreensão da sociedade:** a partir da revisão das contribuições socioantropológicas para o debate geracional, o estudo evidenciou o potencial desta discussão para a compreensão das dinâmicas, relações e desigualdades sociais no mundo contemporâneo. Na perspectiva socioantropológica, o conceito de gerações é uma ferramenta analítica valiosa para compreender como grupos humanos se estruturam no tempo e reagem a transformações históricas.
- **Aprendizados da perspectiva socioantropológica:** as gerações não são só agrupamentos etários, mas grupos que compartilham posição histórica e experiência coletiva de socialização. Experiência compartilhada de grandes eventos molda visões de mundo, padrões de comportamento e valores sociais. Geração se refere ao potencial de um grupo desenvolver determinadas características típicas de seu tempo, tornando-se predisposto a certas visões de mundo por terem compartilhado vivências próprias daquele contexto. Mas esta “predisposição” não se concretiza de forma imediata ou integral: o processo é complexo e mediado por outras experiências e identidades sociais - como gênero, classe, raça e sexualidade - e eventos de menor alcance territorial, mas de grande importância local ou comunitária. Além disso, aqui é um conceito necessariamente relacional, que analisa interações e interdependências, e demanda olhar para as relações intra e extra grupos geracionais. Importam as dinâmicas de classificação e diferenciação dos grupos geracionais, essenciais para análise das desigualdades, poder, hierarquias e dominação entre grupos. Ainda, é importante observar os rituais e processos que articulam grupos etários a papéis sociais na dinâmica das sociedades.
- **Dimensão geracional não é analisada como marcador social da diferença:** a pesquisa identificou que a dimensão etária e geracional não vem sendo efetivamente trabalhada como um marcador social da diferença e que essa virada seria muito benéfica, tanto para o debate geracional, quanto para as análises das desigualdades sociais. Marcador social da diferença refere-se a atributos sociais e culturais mobilizados para identificar, distinguir, classificar e, frequentemente, hierarquizar pessoas em uma sociedade, produzindo desigualdades e legitimando formas de exclusão. Os principais marcadores no debate social hoje são: gênero, raça, classe e sexualidade. Existem

outros - como nacionalidade, deficiência, religião e idade – que ainda não têm o mesmo destaque.

Panorama do Debate Geracional no BR

- **Balanco do debate geracional nas diferentes áreas do conhecimento:** As entrevistas com especialistas e a revisão bibliográfica interdisciplinar revelaram que os estudos sobre geração podem ser muito diversos entre si e se distribuir entre 3 tipos principais de abordagens analíticas: macro, micro e aplicada. Os estudos macroestruturais tratam das gerações a partir de fenômenos sociais mais amplos, como mudanças demográficas ou pacto social que sustenta o sistema de bem-estar social, mais comum em áreas como Demografia e Economia. Já os estudos micro relacionais, na Psicologia, Sociologia e Antropologia, analisam as gerações no âmbito das micro relações, como na esfera familiar. Por fim, as abordagens aplicadas, recorrentes na Administração e no Marketing, tratam da relação entre gerações, consumo e mundo do trabalho.
- **Articulação do debate geracional com gênero, raça, classe e sexualidade:** a pesquisa identificou que o cruzamento analítico de geração com outros marcadores sociais acontece com mais frequência nos estudos macroestruturais e micro relacionais, sendo pouco presentes nas pesquisas aplicadas. As intersecções mais presentes na produção analisada são com gênero em primeiro lugar, e com classe em segundo. O marcador racial, embora estruturante das dinâmicas sociais brasileiras, é pouco analisado no debate geracional. Já o marcador de sexualidade é quase irrelevante na discussão geracional analisada. O que o levantamento encontrou é que muitas pesquisas empíricas fazem o levantamento dos atributos de gênero, classe, raça e sexualidade dos informantes e grupos a serem analisados, mas acabam subutilizando esses dados, reduzindo-os a variáveis descritivas e não incorporando-os como dimensões estruturantes da interpretação das dinâmicas geracionais.
- **Geração em uma perspectiva interseccional:** embora ainda seja incipiente na maioria dos trabalhos, os poucos estudos que a adotam demonstram seu imenso potencial analítico para desvendar as complexas dinâmicas que estruturam a sociedade brasileira, tornando-a um caminho indispensável para o futuro da pesquisa na área.

- **Temas predominantes no debate geracional brasileiro:** a revisão bibliográfica mostrou que alguns temas e questões (entre aqueles estratégicos para a compreensão da realidade social) predominam no debate geracional brasileiro. São temas estruturantes deste debate: família, visões de trabalho, contexto econômico e políticas públicas.
- **Gerações e Família:** as visões sobre família aparecem com importância no debate geracional brasileiro. Aponta-se que as mudanças geracionais impactam nas composições familiares e apresenta-se a família como um espaço primordial de interação intergeracional. É o *lócus* privilegiado de transmissão intergeracional de valores, comportamentos e condições sociais, além de ser uma esfera de solidariedade e conflito entre as gerações.
- **Gerações e Trabalho:** as visões sobre trabalho aparecem de forma central no debate geracional, especialmente na Administração, Economia e Sociologia. A literatura explora como as experiências sociais e históricas que definem as gerações moldam as suas perspectivas sobre o trabalho. Discute-se as diferenças geracionais na relação dos trabalhadores com as empresas e corporações, e como isso, potencializa conflitos intergeracionais e como podem ser superados. Os estudos também tratam do acesso a melhores oportunidades e condições de trabalho e como esse acesso se distribui entre as diferentes gerações.
- **Gerações e Economia:** o contexto econômico é tema recorrente na produção brasileira sobre gerações. Tratado como dimensão estrutural da experiência geracional e, muitas vezes, apresentado como elemento que delimita e separa uma geração da outra. Aparece com centralidade em áreas como Sociologia, Demografia/Economia, Administração e Sociologia. Entre os eventos mais mobilizados estão crises econômicas, abertura de mercados, processos de estabilização monetária e impactos econômicos de desastres ou epidemias, como o caso da pandemia de COVID-19. Os eventos econômicos brasileiros destacados são a hiperinflação da década de 1980 e o Plano Real. Os estudos que articulam geração e economia no Brasil também tendem a tratar do fim do bônus demográfico e das reformas ligadas à Previdência Social.
- **Gerações e Políticas Públicas:** o tema das políticas públicas é frequente nas discussões geracionais. Aparece com centralidade em estudos de Sociologia, Antropologia, Economia/Demografia, Gerontologia e Psicologia. A abordagem geracional das políticas públicas é normalmente articulada à perspectiva do ciclo de

vida (da infância à velhice). Analisa-se como diferentes políticas públicas - saúde, educação, previdência, habitação e assistência – são formuladas para diferentes grupos etários e geracionais e se relacionam com desigualdades e direitos.

- **Lacunas e temas ausentes no debate geracional brasileiro:** o estudo também identificou temas e questões (entre aqueles estratégicos para a compreensão da realidade social) pouco presentes ou mesmo ausentes no debate geracional brasileiro. As lacunas no debate são representadas pela ausência de uma série de temas, dos quais se destacam: Participação Social, Contexto Político, Cultura e Arte, Religião e Meio Ambiente.
- **Gerações e Meio Ambiente:** a ausência quase total do debate sobre o Meio Ambiente na produção nacional sobre gerações é particularmente alarmante, pois desconsidera a crise climática como uma experiência definidora para gerações mais jovens e como um campo central de tensões sobre justiça intergeracional.
- **Gerações e Religião:** a lacuna no tema Religião ignora uma das transformações sociais mais profundas e geracionalmente marcadas do Brasil contemporâneo: a transição religiosa. Ao não aprofundar o tema, a literatura deixa de investigar questões cruciais, como o crescimento expressivo das denominações evangélicas no país e seus contornos geracionais, conflitos intergeracionais de crença ou mesmo a da crescente influência de grupos religiosos na política.
- **Novas classificações e marcos geracionais no contexto brasileiro:** a produção nacional avançou pouco em novas propostas de classificação geracional a partir do contexto brasileiro. Os poucos estudos que inovam nessa direção defendem a necessidade de um olhar mais cuidadoso para os eventos históricos nacionais que foram estruturantes da constituição dos grupos geracionais por aqui. Estes estudos destacam a Ditadura Militar, a Constituição de 1988 e a mudança da moeda para o real.

Intergeracionalidade

- **Foco na dimensão relacional:** o conceito de geração define os grupos, a noção de intergeracionalidade trata as relações entre eles: interações e trocas entre pessoas de diferentes gerações. Ao tratar de intergeracionalidade, a literatura tende a destacar algumas características dessas relações: solidariedade (apoio emocional,

instrumental e financeiro), conflito (disputa por recursos, valores e poder) e transmissão cultural (transferência de conhecimentos, tradições e normas).

- **Intergeracionalidade em contexto:** as relações entre as gerações no Brasil não ocorrem em um vácuo social, também são moldadas por um contexto social particular: uma das mais rápidas e intensas transições demográficas do mundo. A alteração na estrutura etária do país afeta as condições em que pactos, conflitos e colaborações intergeracionais são negociados. Uma análise aprofundada desses fenômenos mostra que a intergeracionalidade é um recorte analítico que ilumina questões e problemas do Brasil contemporâneo.
- **Solidariedade x Conflito:** o olhar panorâmico para a produção sobre intergeracionalidade revela a natureza intrinsecamente dual do conceito, manifestada na coexistência permanente de solidariedade e conflito. A relação entre gerações é vista, simultaneamente, como um espaço de solidariedade, trocas e transmissão cultural, e como uma arena de tensões, conflitos por recursos e disputas de valores. Não é um campo de relações harmoniosas ou puramente conflituosas, o convívio entre gerações é uma arena dinâmica de negociação contínua. Essa tensão não se restringe a uma única esfera, perpassa as interações mais íntimas no ambiente familiar até as grandes estruturas que organizam a sociedade, como o mercado de trabalho e os sistemas de bem-estar social. Compreender essa dualidade é essencial para análise dos laços intergeracionais no contexto contemporâneo.
- **Transmissão intergeracional:** a transmissão intergeracional é outro elemento constitutivo da discussão geracional e diz respeito a trocas e transferências simbólicas e materiais. Os estudos analisam a transmissão de valores, hábitos, memórias, representações sociais e tradições, aspectos constitutivos das dinâmicas de reprodução e transformação cultural. Mas também são abordados elementos ligados à reprodução material, como a herança de capital econômico, falta de oportunidades escolares e ciclos de pobreza.
- **Intergeracionalidade familiar:** a família é apresentada como espaço social intergeracional por excelência. É nele que ocorrem experiências socializadoras estruturantes de solidariedade, conflito e transmissão cultural e material entre uma geração e outra. Estudos brasileiros dão atenção especial à coabitação intergeracional e às relações entre pais e filhos e avós e netos.
- **Cuidado intergeracional:** no contexto brasileiro o cuidado é

essencialmente familiar, ou seja, se dá por meio de uma relação intergeracional no interior da família. Os textos discutem o cuidado intergeracional na família entre pais-filhos crianças, avós-netos e filhos-pais idosos. Tratam do cuidado intergeracional na chave da dualidade entre solidariedade e conflito. O cuidado entre gerações, seja de crianças ou de pessoas idosas, é explorado como forma de solidariedade, baseada na responsabilidade e no afeto. Mas também se destaca que há conflitos, estranhamentos e resistência e, em alguns casos, até mesmo violência. Estudos estão tratando da chamada “Geração sanduíche”, mulheres que são responsáveis pelo cuidado de duas gerações, a dos pais idosos e dos filhos menores de idade.

- **Intergeracionalidade nos ambientes de trabalho:** o ambiente de trabalho brasileiro hoje é muito diverso em termos etários, com a convivência inédita de até quatro gerações na mesma organização, cada uma com seus valores, estilos de comunicação e expectativas. Os desafios colocados pela convivência intergeracional nos ambientes de trabalho é uma grande preocupação no debate geracional, principalmente na área da Administração. Assim, pesquisas tendem a analisar as diferenças e as discordâncias, buscando meios de superá-las. Mas, destaca-se que o cenário de diversidade geracional também apresenta oportunidades; pesquisas apontam que equipes intergeracionais podem ser mais inovadoras e produtivas se houver uma cultura institucional que estimule a transferência de conhecimento em mão dupla. Outros estudos indicam que, algumas vezes, os conflitos intergeracionais estão mais atrelados a preconceitos e estereótipos geracionais do que a seus comportamentos efetivos. Outro ponto importante da análise intergeracional no trabalho é o etarismo, que afeta principalmente os profissionais com mais de 50 anos e cria barreiras para contratação e progressão na carreira.
- **Ferramenta Social de Integração:** considerando que existem preconceitos e estigmas associados às diferentes gerações, assim como uma tendência à segregação geracional, há uma corrente no debate geracional que propõe ações de promoção da intergeracionalidade visando convivência, inclusão e combate ao etarismo. Tais estudos costumam se deparar com as relações conflituosas entre as gerações, assentadas nas representações socialmente construídas sobre cada uma, e buscam soluções práticas de enfrentamento a esse desafio. Nessa perspectiva, a intergeracionalidade é vista em seu potencial de ferramenta de transformação social.
- **Pacto Social intergeracional:** a literatura e os especialistas ouvidos pela pesquisa sublinham que a intergeracionalidade é estruturante

do pacto social que organiza o nosso sistema de bem-estar social, principalmente na garantia do cuidado e no financiamento da Previdência Social. Trata-se de sistemas apoiados na solidariedade e interdependência geracional. Porém, diante da transição demográfica e do envelhecimento populacional, muitos estudos alertam para os conflitos de interesses enraizados no desequilíbrio fiscal da relação de dependência entre as gerações. Outros trabalhos, no entanto, criticam essa visão fiscalista e defendem que, com o envelhecimento surgem oportunidades econômicas e possibilidades de renovação do pacto social, baseado na solidariedade e na cooperação intergeracional.

6.2. Problematizações para a construção de uma agenda de pesquisa

- **Esforços institucionais e coletivos de fortalecimento da agenda geracional:** a pesquisa indica que a área de estudos geracionais ainda está em fase incipiente no país e são necessários esforços institucionais para fortalecer uma agenda de pesquisa coletiva sobre o tema, com elaborações teóricas e desenhos metodológicos aderentes à realidade brasileira.
- **Superação da instabilidade conceitual:** conceito de “geração” é mobilizado ora como coorte demográfica, ora como posição na linhagem familiar ou como um grupo sócio-histórico com consciência coletiva. A superação da superficialidade no uso do termo “geração”, frequentemente reduzido a faixas etárias ou a grupos com características estereotipadas, é um passo analítico e metodológico essencial.
- **Questionamento da noção de gerações globais:** necessidade de superar uma visão genérica e universalizante de “geração”. Um evento histórico, uma crise econômica ou uma transformação cultural não são vivenciados da mesma forma por todos os membros de um mesmo grupo geracional.
- **Análise Contextualizada:** fica evidente a necessidade de uma perspectiva contextualizada da análise geracional que supere a mera transposição de modelos e valorize a singularidade dos contextos locais na formação de suas gerações. A compreensão das dinâmicas geracionais em um país exige um olhar atento aos eventos críticos e processos de transformação que marcam sua própria história. A análise geracional no Brasil não pode prescindir da compreensão de como a cultura, a política e as desigualdades sociais conformam as experiências de cada geração. Este esforço implica questionar

quais vozes e quais experiências geracionais foram historicamente silenciadas ou subrepresentadas nas análises predominantes.

- **Gerações e desigualdades:** as persistentes desigualdades sociais no Brasil deveriam ser elementos de análise nas dinâmicas geracionais, pois revelariam como a suposta experiência geracional comum não se sustenta no país. O acesso a bens materiais e simbólicos, incluindo educação de qualidade e tecnologias digitais é desigual, restringindo a participação de segmentos da população a vivências consideradas definidoras de uma geração em contextos mais homogêneos.
- **Dimensão geracional como marcador social da diferença:** esta pesquisa aponta para a compreensão de que a noção de geração pode oferecer uma grande contribuição ao debate dos marcadores sociais da diferença, introduzindo tempo vivido e experiência histórica compartilhada como dimensões estruturantes da identidade social.
- **Interseccionalidade que incorpore idade e geração:** este levantamento identificou que a maioria dos estudos sobre geração não tem uma abordagem interseccional. E, por outro lado, a dimensão etária, as desigualdades e as discriminações relacionadas à idade e posição geracional vem sendo pouco problematizadas até agora no debate interseccional. Essa tendência enfraquece o potencial do debate geracional para a interpretação das diferenças e desigualdades na realidade brasileira. Esta pesquisa encontrou pistas de que, ao articular a geração com outros marcadores, surgem oportunidades de enriquecimento da compreensão das desigualdades sociais, tão marcantes na realidade brasileira. Fica evidente a importância de consolidar um debate interseccional nos estudos sobre gerações. Cruzar o debate geracional com outros marcadores sociais da diferença é um passo metodológico essencial para conferir complexidade e precisão à análise, desfazendo generalizações e revelando as múltiplas e desiguais realidades que coexistem dentro de um mesmo recorte geracional.
- **Enfrentamento de temas estratégicos e emergentes:** a pesquisa revelou que o debate geracional brasileiro não tem enfrentado algumas questões estratégicas para a compreensão da sociedade brasileira, tais como meio ambiente e religião. Avanços nessas direções são necessários. A análise geracional de questões emergentes – como Inteligência Artificial e polarização política, por exemplo – também devem estar no horizonte.
- **Lacunas metodológicas:** este levantamento identificou uma grande carência de estudos longitudinais em quase todas as áreas. Pesquisas

longitudinais permitem análises históricas e uma compreensão mais dinâmica e robusta de como as gerações se transformam e interagem ao longo do tempo.

- **Intergeracionalidade em famílias fora do modelo tradicional:** são abundantes estudos sobre gerações e intergeracionalidade no âmbito familiar. Porém, identificou-se uma escassez de estudos sobre famílias fora do modelo tradicional, uma oportunidade a se explorar.
- **Intergeracionalidade em comunidades tradicionais:** as relações geracionais assumem outras configurações em comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhas e indígenas, onde a relação com a ancestralidade e o território conecta as gerações. Estudos que investiguem as gerações nesses contextos comunitários tendem a iluminar importantes questões sobre intergeracionalidade e experiências plurais de envelhecimento.
- **Levantamento de iniciativas de promoção da intergeracionalidade:** o estudo identificou que há um crescente interesse da produção nacional por ações de promoção da intergeracionalidade e algumas iniciativas inovadoras no Brasil e em outros países. Um levantamento dessas iniciativas e suas boas práticas é um caminho frutífero para a compreensão das dinâmicas intergeracionais fora de espaços como família e trabalho, que tendem a ser o foco das pesquisas sobre intergeracionalidade.
- **Novas perspectivas para os conflitos econômicos intergeracionais:** no debate geracional brasileiro há predominância de uma narrativa “fiscalista” e economicista que enquadra o envelhecimento como um “problema” ou “fardo”, alimentando a retórica de “guerra geracional” que negligencia as dimensões de solidariedade e interdependência entre as gerações. Novas perspectivas, como a da Economia da Longevidade, surgem na contramão e sugerem que há espaço para fomentar inovações neste debate.
- **Superação de estigmas:** abordagens analíticas e metodológicas que permitam construir novos olhares para cada geração e ultrapassar estigmas e estereótipos são urgentes. Estudos tendem a analisar gerações jovens a partir de algumas temáticas entendidas como juvenis, tais como planos de futuro e inovações, enquanto as gerações mais velhas são abordadas pelo viés da memória e da história de vida passada. Pesquisas que partam de outras premissas são muito importantes. Nesse sentido, pode-se investigar as memórias dos jovens e os sonhos das pessoas idosas ou mesmo as inovações desenvolvidas pelas gerações mais velhas.



7 REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Col. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Da velhice da praça à velhice da roça**: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Gustavo Tomaz de; ITUASSU, Cristiana Trindade; MOURA, Luiz Rodrigo Cunha. O sentido do consumo para membros das gerações X, Y e Z. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 22, n. 2, pp. 605–636, 2016.

ALONSO, Fábio. **Envelhecimento e vulnerabilidade**: a inserção do idoso na família e o sentido dos fluxos intergeracionais na geração de capital social. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2011.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** 2010. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARBOSA, Isis Bastos; ARAÚJO, Pricila Oliveira de; MUNIZ, Vinícius de Oliveira; COSTA SOARES, Isabela Machado Sampaio; SOUSA, Anderson Reis de; CARVALHO, Evanilda Souza de Santana. “Vá para casa, seu idoso!” Ageísmo na pandemia da COVID-19: netnografia na plataforma Youtube™. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 26, e230049, 2023.

BARBOSA, L. (Org.). **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo**. Sulina, 2012.

BARROS, Janaína Carvalho; BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memórias de Velhos: Rememorando a Trajetória de Vida e a Sociabilidade nas Relações Familiares. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 17, n. 3, pp. 337-358, dez. 2014.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Experiências Femininas na Maturidade. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, 2013.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 29–42, 1989.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Testemunho de vida**: um estudo antropológico de mulheres na velhice. Org: Barros, Myrian Moraes de. Rio de

Janeiro. Editora FGV, 1998.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 52, pp. 109–132, 2006.

BATISTA, A. T. M.; OLIVEIRA, L. Bessa. As gerações como público de segmentação em campanhas de publicidade. **Revista Anais do Interprogramas Secomunica**, v. 7, n. 1, 24 nov. 2023.

BORGES, Carolina de Campos; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. **Estudos de psicologia**, v. 16, n. 2, Ago 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000200008>>. Acesso em: 20 set. 2025.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. in: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Vera; CÔRTE, Beltrina. Narrativas do Envelhecimento. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 19, n. 1, pp. 121–148, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), jan. 2002. (Texto para Discussão, n. 858).

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

Camargo, Brígido Vizeu et al. Representações Sociais do Envelhecimento entre Diferentes Gerações no Brasil e na Itália. *Psicologia em pesquisa*, v. 8, n. 2, pp. 179–188, dez. 2014. Disponível em: DOI:10.5327/Z1982-1247201400020007. Acesso em: 20 set. 2025.

CASTRO, Ana Paula Ribeiro de; PINTO, Antonio Germane Alves; GUIMARÃES, José Maria Ximenes; TORRES, Geanne Maria Costa; MORAIS, Ana Patrícia Pereira. Intergeracionalidade e promoção da saúde: reflexões e desafios na atenção à pessoa idosa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 27, e230093, 2024.

CHIUZI, Rafael Marcus; PEIXOTO, B. R. G.; FUSARI, G. L. **Conflito de gerações nas organizações**: um fenômeno social interpretado a partir da teoria de Erik Erikson. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, pp. 579–590, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2011000200018&script=s-ci_arttext>. Acesso em: 20 set. 2025.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Ed. Boitempo.

2020.

COMAZZETTO, Letícia Reghelin; VASCONCELLOS, Sílvia José Lemos; PERRONE, Cláudia Maria; GONÇALVES, Julia. A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 1, pp. 145-157, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001352014>>. Acesso em: 20 set. 2025.

COSTANZA, D.P.; RUDOLPH, C.W.; ZACHER, H. **Are generations a useful concept?** Acta Psychologica, n. 241, 2023, Article 104059.

COSTANZI, Rogério Nagamine; ANSILIERO, Graziela. **Impacto fiscal da demografia na previdência social**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2017.

COUTINHO, Henrique Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant'Anna; FERNANDES, Flávio Cireno. **Transmissibilidade intergeracional da pobreza: visões e percepções**. Recife: [s.n.], ago. 2014. (Relatório de Pesquisa).

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero [Internet]. Brasília, Distrito Federal: Unifem. 2004.

DEBERT, Guita. **A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. In: Velhice ou Terceira Idade. Org: BARROS, Myrian Moraes de. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1998.

DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.

DÍAZ, S. C.; LÓPEZ, L. M.; RONCALLO, L. L. Entendiendo las generaciones: una revisión del concepto, clasificación y características distintivas de los Baby Boomers, X y Millennials. In: **Clío América**, n. 11, v. 22, pp.188-204. Disponível em: Doi: 10.21676/23897848.2440. Acesso em: 20 set. 2025.

DOMINGUES, José Maurício. **Gerações, modernidade e subjetividade coletiva**. In: **Tempo Social**, 2002, v. 14, n. 1.

FANTINI, Carolina Aude; SOUZA, Naiara Célida dos Santos de. Análise dos fatores motivacionais das gerações baby boomers, X, Y e Z e as suas expectativas sobre carreira profissional. **Revista iPecege**, v. 1, n. 3/4, pp. 126–145, 2015.

FELIX, J. S. Economia da longevidade: um caminho para o desenvolvimento econômico. **Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento**, v. 29, n. 73, pp. 14b-31b, abr. 2019.

FELIX, Jorge. **Economia da longevidade**: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional. 2007. Artigo apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Economia da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2007.

FERRIGNO, José Carlos. A psicologia das derradeiras fases da vida. **Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento**. dez. 2016, v. 27, n. 66, pp. 81b-86b.

FERRIGNO, José Carlos. **Da infância à velhice**: o fenômeno cultural das gerações. São Paulo: Edições Sesc, 2024.

FERRIGNO, José Carlos. **O conflito de gerações**. 2009. 253 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

FERRIGNO, José Carlos. O Idoso como mestre e aluno das novas gerações. In: ALCÂNTARA, A.; CAMARANO, A.; GIACOMIN, K. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2016. pp. 212-223.

FLACH, Rosiane Oswald et al. Mercado de Trabalho Multigeracional: Um estudo sobre as Especificidades e Percepções das Gerações. **Revista Conexão**. n. 10, 2022.

FLORES, L. P. O. O envelhecimento da população brasileira. **Revista Redeca**, v.2, n. 1. Jan-jun. 2015, pp. 86-100.

FRANÇA, L. et al. Programas intergeracionais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, pp. 519-531, 2010.

GASSET, Jose Ortega. El tema de nuestro tiempo, 12 ed. Madrid. **Revista de Occidente**, 1956.

GROISMAN, Daniel. A velhice, entre o normal e o patológico. **Revista História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, pp. 61-78, jan./abr. 2002.

HENNING, Carlos Eduardo. **As diferenças na diferença**: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, Santa Catarina. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92044>>. Acesso em: 20 set. 2025.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: Velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Revista Horizontes Antropológicos**, n. 23, v.47, pp. 283-323, 2017.

HENNING, Carlos Eduardo. **Paizões, tiozões e tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

HOOPER, Silvana Seabra. Geração e Juventude: O Debate Sobre a Geração AI-5. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 59, pp. 337–362, 2017.

KELLY, R. Idealização e Mal-Estar na Infância: Geração Pandêmica? In: KELLY, R. & SILVA, K (Orgs.). **Geração pandêmica?** Reflexões sobre a infância e a adolescência em tempos de pandemia. 1 ed. Curitiba: Appris, 2023.

LOPES, Juliana. A Ação Griô: Uma Proposta Política Nacional. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Pontos de Cultura: Olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Organizadores: BARBOSA, Federico & CALABRE, Lia. Brasília. IPEA, 2011, pp. 140 –155.

MACEDO, R. M.; MEDEIROS, T. M. “Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: diálogos necessários para o ensino em saúde”. In: **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 49, N. 144, e 9507, Jan-Mar 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2025.v49n144/e9507/pt>>. Acesso em: 20 set. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, pp. 369-393, maio/ago. 2009.

MARÍAS, j. El metodo histórico de las generaciones. 4 ed. Madrid. **Revista de Occidente**, 1967.

MEIRELES, Amanda Paulina Pinheiro de; SANTANA, Carla Maria; FERREIRA, Danielle Oliveira; RIBEIRO, Kécia Cristina; BRITO, Max Leandro de Araújo. A importância do planejamento gestacional para diferentes gerações de mulheres. **Res., Soc. Dev.**, v. 8, n. 2, p. e2282661, 2019.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; FARIA, Vilma Santos Pereira

de; LOPES, Ana Lúcia Magri. A construção da identidade profissional: estudo com gestoras das gerações Baby Boomers, X e Y. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 17, Edição Especial, pp. 832–843, 2019.

MENDES, Farab Rejenne Corrêa; CÔRTE, Beltrina. O ambiente da velhice no país: por que planejar? **Revista Kairós**. São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 197-212, jan. 2009.

MILHOME, Jaqueline Cavalcante. **Gerações brasileiras**: uma proposta de classificação e identificação dos valores pessoais e no trabalho. 2022. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2022.

MILHOME, Jaqueline C.; ROWE, Diva Ester Okazaki. **Gerações Brasileiras apresentam diferentes Valores no Trabalho?** XXIV SEMEAD Seminários em Administração, 2021.

MORAIS, Frederico Lopes. O desafio das lideranças: assegurar a produtividade com pessoas de diferentes gerações. **ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas** São Paulo, pp. 176–187, 2016.

MORAIS, Marizangela Gomes de; ANDRADE NETO, João Cordeiro de; SOUZA, Adimilson Alves. Influência da Geração “Z” na Relação de Consumo. RAU/UEG. **Revista de Administração da UEG**, v. 7, n. 2, pp. 95–113, 2016.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, pp. 265–289, ago. 2010.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 13, pp. 191-221, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. Centenários no Brasil: gênero e relações de família. In: **Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, 31, 2017, Montevideo. Anais... Montevideo: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2017.

MOTTA, Alda Britto da. **Chegando para idade**. In: Velhice ou Terceira Idade. Org: BARROS, Myrian Moraes de. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1998.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**. 42, pp. 201-248, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/CYYSsFmdHWTGNcBqYQKQ9Rw/?lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2025.

NAKAGAWA, T.; KOBAYASHI, E. “Let us move forward: Comment on “are

generations a useful concept?”. In: **Acta Psychol** (Amst). 2024 Jun; n.246, v.104286.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha-de; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, Gerações e Trabalho: é possível falar em Geração Y no Brasil? **Organização & Sociedade**. Salvador. v. 19, n. 62, pp. 551–558, 2012.

PAZOS, Priscila de Freitas Bastos; FERREIRA, Aldo Pacheco. Pessoa idosa, mercado de trabalho, idadismo e a saúde do trabalhador: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. v. 27, e240004, 2024.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 29, pp. 171-191, 2007.

PEREIRA, Melina de Carvalho. **Entre pais e filhos**: um estudo intergeracional sobre valores. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

RABELO, Dóris Firmino; NERI, Anita Liberalesso. A complexidade emocional dos relacionamentos intergeracionais e a saúde mental dos idosos. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, pp. 138-153, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2025.

RAMOS, Anne Carolina. Sobre Avós, Netos e Cidades: Entrelaçando Relações Intergeracionais e Experiências Urbanas na Infância. **Revista educação e sociedade**. Campinas, v. 35, n. 128, p. 629–996, 2014.

RAMOS, R. B. A.; MENDES, F. R. C.; KUMON, M. T.; SILVA, V. P. da; SILVA, A. I. da; GOMES, L. Envelhecimento populacional uma realidade brasileira. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 21, pp. 225-233, 1987.

RIBEIRO, Atos de Lima; CHIUSOLI, Cláudio Luiz. **Geração X e Y**: diferenças entre o uso dos recursos tecnológicos. [S.l.: s.n.], 2023.

RIBEIRO, Fernanda Siqueira. Representações sociais de família por diferentes gerações e sua relação com a memória social. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

RIBEIRO, L.; BENEVIDES, A. **A pobreza intergeracional no Brasil é**

transmitida por fatores sociocomportamentais? XXII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – XXII ENABER, 2024.

RUDGE, Marina; REIS, Germano Glufke; NAKATA, Lina; PICCHIAI, Djair. Geração Y: um estudo sobre suas movimentações, valores e expectativas. **ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas**. São Paulo, v. VII, n. 01, pp. 406–421, 2017.

SANTOS, E. de S.; MARTARELLO, R. de A.; FAJARDO, R. de C. A. Semelhanças e divergências comportamentais de consumo das gerações Y e Z diante da responsabilidade socioambiental empresarial. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 7, pp. 69122–69134, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n7-205>>. Acesso em: 20 set. 2025.

SEVERO, Eliana Andréa; CEOLIN, Carla Cristina; GUIMARÃES, Julio Cesar Ferro de; SOUZA, Isadora Ribeiro Amaral de; DECESARO, Leonardo. O significado do trabalho para as gerações X e Y no Sul do Brasil. **Revista Perspectivas Contemporâneas**. v. 12, n. 2, pp. 04–18, 2017.

SILVA, Viviane Xavier de Lima e; MARQUES, Ana Paula de Oliveira. Considerações sobre a sexualidade dos idosos nos textos gerontológicos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. [Recife], v. 12, n. 2, pp. 295–303, 2009.

SILVA, Wila Patricia de Oliveira. **Desenvolvimento geracional**: um estudo sobre as gerações Baby Boomer, X, Y e Z e os conflitos existentes entre elas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Instituto Três Rios, Três Rios, 2022.

SOUZA, Carolina M. B. de. Gerações e Envelhecimento: um campo de pesquisa em construção. **Caderno CRH**. Salvador, v. 19, n. 46, pp. 143–147, 2006.

SOUZA, Elisandra Aparecida de. **Geração Alpha**: saúde mental e seus impactos na aprendizagem durante a pandemia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Centro Universitário UNIFACIG, Manhauçu, 2021.

VACCARI, L. C.; COHEN, M.; ROCHA, A. M. C. Hiato entre Atitude e Comportamento Ecologicamente Conscientes: Um Estudo com Consumidores de Diferentes Gerações para Produtos Orgânicos. **Revista Gestão.Org**. v. 14, Edição Especial, pp. 44–58, 2016.

VIEIRA, Bruno Luís de Carvalho; MARTINS, Arianne Correa; FERREIRA, Raquel Conceição; VARGAS, Andréa Maria Duarte. Construção e validação de conteúdo de instrumento de autoavaliação da qualidade do cuidado em instituição de longa permanência para pessoas idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. v. 27, 2024.

VIEIRA, Priscila; RIBEIRO, SHIRAISHI, Juliana. **Envelhecimento e cuidado**: estudo sobre cuidadoras familiares de pessoas idosas. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Envelhecimento_Cuidado_Estudo_Sobre_Cuidadoras-Familiares_CEBRAP.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **Cuidado em família**: as particularidades do cuidado familiar de pessoas idosas. Coleção Documentos de Trabalho, Redes “Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world” e “Cuidado, direitos e desigualdades”, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, n. 11, pp. 1-35, 2025. Disponível em: <https://cuidado.cebrap.org.br/wp-content/uploads/2025/04/WhoCares_DT14.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

VIEIRA, Priscila et al. **Envelhecimento, Cuidado e Raça**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap. 2024. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/envelhecimento-cuidado-e-raca/>>. Acesso em: 20 set. 2025.

VOLLMER, Lara Cristina. **Narrativas de consumo e cotidianidade**: o discurso verde presente em embalagens e suas apropriações por mulheres de diferentes gerações. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) São Paulo, 2013.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 25, n. 2, pp. 237–263, ago. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200004>>. Acesso em: 20 set. 2025.

